



CONJUNTURA
INTERNACIONAL

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Vice-Reitora: Patrícia Bernardes

Assessor Especial da Reitoria: José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Paulo Roberto de Sousa

Pró-reitores: Extensão - Wanderley Chieppe Felipe; Gestão Financeira - Paulo Sérgio Gontijo do Carmo; Graduação - Maria Inês Martins; Logística e Infraestrutura - Rômulo Albertini Rigueira; Pesquisa e de Pós-graduação - Sérgio de Moraes Hanriot; Recursos Humanos - Sérgio Silveira Martins; Arcos - Jorge Sundermann; Barreiro - Renato Moreira Hadad; Betim - Eugênio Batista Leite; Contagem - Robson dos Santos Marques; Poços de Caldas - Iran Calixto Abrão; São Gabriel - Miguel Alonso de Gouvêa Valle; Serro e Guanhães - Ronaldo Rajão Santiago



EDITORA PUC MINAS

Diretor: Patrus Ananias de Sousa

Coordenação editorial: Cláudia Teles de Menezes Teixeira

Assistente editorial: Maria Cristina Araújo Rabelo

Revisão: Virgínia Mata Machado

Marina Todde Vilela

Comissão editorial: João Francisco de Abreu (PUC Minas); Maria Zilda Cury (UFMG); Mário Neto (Fapemig); Milton do Nascimento (PUC Minas); Oswaldo Bueno Amorim Filho (PUC Minas); Regina Helena de Freitas Campos (UFMG)

Conselho editorial: Antônio Cota Marçal (PUC Minas); Benjamin Abdalla (USP); Carlos Reis (Univ. de Coimbra); Dídima Olave Farias (Univ. del Bío-Bío - Chile); Evando Mirra de Paula e Silva (UFMG); Gonçalo Byrne (Lisboa); José Salomão Amorim (UnB); José Viriato Coelho Vargas (UFPR); Kabengele Munanga (USP); Lélia Parreira Duarte (PUC Minas); Leonardo Barci Castriota (UFMG); Maria Lúcia Lepecki (Univ. de Lisboa); Philippe Remy Bernard Devloo (Unicamp); Regina Leite Garcia (UFF); Rita Chaves (USP); Sylvio Bandeira de Mello (UFBA)

EDITORA PUC MINAS: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Rua Dom Lúcio Antunes, 180 • 30535-630 • Coração Eucarístico • Tel: (31) 3319.9904 • Fax: (31) 3319.9907 • Belo Horizonte • Minas Gerais • Brasil • e-mail: editora@pucminas.br



CONJUNTURA
INTERNACIONAL

ISSN 1809-6182

Conjuntura Internacional

Publicação do Departamento de Relações Internacionais
vinculada ao Curso de Graduação e ao Programa
de Pós-Graduação



PUC Minas

Belo Horizonte

v. 11 n. 1

p. 1 - 94

1º sem. 2014

Conjuntura Internacional

Conselho Executivo

Prof. Javier Alberto Vadell

Prof. Júlio Buere

Luiza Santana de Oliveira

Conselho Editorial

Amado Luiz Cervo, UnB

Antônio Carlos Lessa, UnB

Antônio Jorge Ramalho da Rocha, UnB

Carlos Augusto Canedo, PUC Minas

Carlos Aurélio Pimenta Faria, PUC Minas

Clóvis Brigagão, UCAM

Domício Proença Júnior, UFRJ

Eduardo Jose Viola, UnB

Eugênio Diniz, PUC Minas

Flávia de Campos Mello, PUC SP

Guy de Almeida, PUC Minas

Henrique Altemani, PUC SP

João Pontes Nogueira, PUC Rio

José Flávio Sombra Saraiva, UnB

Léa Guimarães Souki, PUC Minas

Leonardo Nemer Caldeira Brant, PUC Minas

Marcelo Galuppo, PUC Minas

Maria Elizabeth Marques, PUC Minas

Maria Izabel Valladão de Carvalho, UnB

Mônica Herz, PUC Rio

Nizar Messari, PUC Rio

Onofre dos Santos Filho, PUC Minas

Oswaldo Bueno Amorim Filho, PUC Minas

Paulo Luiz Moreaux Lavigne Esteves, PUC Rio/PUC Minas

Ricardo Seitenfus, UFSM

Sônia de Camargo, PUC Rio

Taiane Las Casas Campos, PUC Minas

Tullo Vigevani, Unesp

Assistentes de Editoração

Vinícius Tavares, PUC Minas

João Pedro Silveira Martins, PUC Minas

Apoio

Departamento de Relações Internacionais

Chefe do Departamento: Professor Jorge Lasmar

SUMÁRIO

Apresentação Conjuntura Internacional: 10 anos.....07

Leonardo Ramos

Geraldine Duarte

Poder inteligente e acomodação: os EUA durante o governo Obama09

Smart Power and accommodation: the US during Obama's government

Diego Santos Vieira de Jesus

O Regionalismo Pós-Liberal na América do Sul18

Post Liberal Regionalism in South America

Wilson Mendonça Júnior

União Europeia: desafios de uma comunidade internacional25

Europe Union: challenges of an international community

Péricles Pedrosa Lima

Why Politics? The crisis of political leadership in Europe and its consequences

.....35

Kai Enno Lehmann

Narrativas alternativas sobre o conflito somali: descontinuidades e especificida-

des históricas43

Alternative narratives about Somali conflict: discontinuities and historical specificities

Marta Moreno

Reflexões sobre o papel da mídia transnacional nos levantes árabes contempo-

râneos58

Reflections on the role of transnational media in contemporary Arab uprisings

Silvia Ferabolli

Quo vadis, Hamas? Where are you going, Hamas?72

Liana Araújo Lopes

A Ásia no sistema internacional e a China como pivô.....83

Asia and China in the international system as pivot

Paulo Fagundes Visentini

Chamada de Artigo92

Apresentação

Dossiê Conjuntura Internacional: 10 anos

Professor Leonardo Ramos

Professora Geraldine Duarte¹ • Maio de 2014

O boletim eletrônico Conjuntura Conjuntura Internacional é uma iniciativa do Departamento de Relações Internacionais da PUC Minas que busca estimular a realização de análises sobre a conjuntura internacional, suscitando reflexões sobre questões contemporâneas que digam respeito ao campo das Relações Internacionais. Sua origem foi em maio de 2004, e desde então tem publicado de maneira ininterrupta análises, resenhas e artigos relacionados ao estudo da Conjuntura Internacional.

Em 2012, o projeto sofreu uma reformulação: até aquele momento, o Conjuntura Internacional publicava quase exclusivamente artigos produzidos pelos alunos de graduação do curso de Relações Internacionais da PUC Minas. Os efeitos benéficos de tal iniciativa na formação acadêmica de tais alunos era notável, mas já havia uma percepção da necessidade de ir além: com o crescimento da área de Relações Internacionais no Brasil e, mais especificamente, com o aumento do número de cursos de pós-graduação na área, percebeu-se a necessidade de ampliação dos espaços para debates entre pós-graduandos e pós-graduados no que dizia respeito aos temas de conjuntura internacional. Assim, sem perder seu caráter de iniciação científica, o Conjuntura Internacional criou duas frentes de trabalho: em maio de 2012 foi criado o blog Conjuntura Internacional, que visa a publicação semanal de artigos e resenhas sobre questões conjunturais. Essas análises são elaboradas por alunos do curso

de graduação em Relações Internacionais vinculados ao projeto e são organizadas, geralmente, em torno das regiões mundiais. Trata-se de análises breves, de duas a quatro páginas, que visam informar e estimular a reflexão dos leitores acerca de temas atuais. Já em setembro de 2012 foi criado o Boletim Conjuntura Internacional, revista acadêmica de periodicidade quadrimestral, que tem por objetivo ampliar o espaço para a produção acadêmica de Relações Internacionais no Brasil, em especial no que concerne às questões de caráter conjuntural. São aceitos para publicação análises conjunturais, artigos e resenhas elaborados por profissionais e estudantes de pós-graduação em Relações Internacionais e áreas afins.

Embora sejam recentes, tais iniciativas têm apresentado resultados extremamente significativos: com relação ao blog, desde maio de 2012 foram publicados 85 textos que, no total já foram objeto de mais de 30.000 acessos em mais de 70 países, dentre os quais se destacam Portugal, Estados Unidos, Angola, Moçambique, Cabo Verde, Reino Unido, Itália, Equador e França. Já o boletim publica agora seu 5º número, e até o presente momento já teve quase 10.000 acessos².

É neste contexto que se insere o presente o dossiê: como fruto de um seminário internacional de alta qualidade organizado tanto para comemorar os 10 anos de tal iniciativa, quanto para marcar sua reformulação, cujos frutos já se manifestam.

APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS DA REVISTA

Em primeiro lugar, Diego Santos discorre sobre o poder dos Estados Unidos durante o governo Obama. Posteriormente, Wilson Mendonça Junior aborda o Regionalismo Pós-Liberal na América do Sul. Em terceiro lugar, Péricles Pedrosa nos apresenta os desafios que encaram a União Europeia. Kai Enno Lehmann, por sua vez, afirma que a crise Europeia é de natureza

¹ Professores do Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Contato: lcsramos@pucminas.br e geraldine_rosas@hotmail.com.

² Data de acesso (*blog* e Boletim): 20/05/2014.

política e debate sobre suas consequências. Marta Moreno nos apresenta uma abordagem contra hegemônica sobre o conflito Somali e suas construções e narrativas ocidentais. Silvia Feraboli reflete sobre o papel da mídia transnacional nos levantes árabes contemporâneos, destacando aspectos importantes da relação entre relações internacionais e o jornalismo internacional. Liana Araújo Lopes, por sua vez, discorre sobre a trajetória do Hamas desde sua fundação. Por fim, Paulo Fagundes Visentini debate acerca da Ásia no sistema internacional e demonstra como a China pode ser um pivô decisivo nesta nova configuração.

Agradecemos a todos que, de uma forma ou de outra estiveram presentes e contribuíram para o sucesso da iniciativa, com destaque para os alunos e professores que estiveram – e estão – envolvidos no projeto e para o Departamento de Relações Internacionais da PUC Minas pelo apoio incondicional ao longo destes 10 anos na estruturação, reestruturação e manutenção do Conjuntura Internacional. Obrigado a todos e boa leitura!



Poder inteligente e acomodação: os EUA durante o governo Obama¹

Diego Santos Vieira de Jesus² • Maio de 2014

Resumo:

O objetivo é explicar a estratégia norte-americana de acomodação dos interesses de grandes potências, economias emergentes e Estados hostis aos EUA durante o governo de Barack Obama. Argumenta-se que a adoção da estratégia de acomodação pelos EUA mostrou-se relacionada ao conceito de “poder inteligente”, mas não atingiu plenamente os resultados almejados pela administração Obama.

Palavras-chave: EUA, Barack Obama, poder inteligente

Abstract:

The purpose is to explain the U.S. strategy of accommodation of interests of major powers, emerging economies and hostile states during the Barack Obama's administration. The adoption of a strategy of accommodation by the U.S. was related to the concept of “smart power”, but it did not fully achieve the desired results.

Key words: United States; Barack Obama; smart power

¹ Uma versão mais ampla das reflexões apresentadas neste artigo será apresentada no artigo “A crise da potência inteligente: os EUA e a grande estratégia de acomodação no Governo Obama”, que será publicado na Revista de Sociologia e Política em 2014.

² * Doutor em Relações Internacionais e professor da Graduação e da Pós-Graduação lato sensu em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI / PUC-Rio). dsvj@puc-rio.br

Conforme se desenvolveu o governo do presidente norte-americano Barack Obama – cujo primeiro mandato teve início em 2009 –, ficou gradativamente evidente a tensão entre a retórica do presidente, com sua aspiração a mudanças fundamentais, e sua forma pragmática de governar e a precaução política. O objetivo deste artigo é explicar a estratégia norte-americana de acomodação dos interesses de grandes potências, economias emergentes e Estados hostis aos EUA durante o governo de Barack Obama. Argumento que a adoção da estratégia de acomodação pelos EUA mostrou-se relacionada ao conceito de “poder inteligente”, mas não atingiu plenamente os resultados almejados pela administração Obama.

De acordo com Colin Dueck (2011, p.13-18), a grande estratégia dos EUA durante a administração Obama era baseada numa perspectiva de acomodação. Obama acreditava que as rivalidades internacionais poderiam ser acomodadas pelo exemplo norte-americano e pela sua própria liderança pessoal. Cabe examinar mais a fundo como tal perspectiva de acomodação foi definida. Com a proposta de “refazer a América”, Obama alcançou reformas liberais ou progressivas em inúmeras áreas da política doméstica como saúde pública e regulação financeira, o que teve inúmeras implicações para a grande estratégia norte-americana. Os recursos deveriam ser transferidos, em termos relativos, dos gastos com segurança nacional para

os gastos econômicos e sociais domésticos, e, particularmente diante do quadro de crise econômico-financeira iniciada na segunda metade da década de 2000, era preciso potencialmente evitar novos compromissos internacionais custosos. Os argumentos políticos domésticos foram complementados com a adoção de uma perspectiva de acomodação de interesses, visões e desejos de adversários ou rivais potenciais no exterior. Simultaneamente, Obama demonstrou que poderia ser mais ofensivo ao fazer cálculos em relação a inimigos já existentes, como ficou claro na caça a Osama bin Laden e no uso de ataques com veículos aéreos não-tripulados contra suspeitos de envolvimento em atividades terroristas no Paquistão. A categoria de atores cujos valores e interesses centrais eram irreconciliáveis com os dos EUA era pequena na visão da administração Obama, e raramente tais ameaças pareciam chegar ao nível de atores estatais. Dessa forma, a suposição central parecia ser a de que virtualmente qualquer Estado poderia ser engajado de forma bem sucedida, independentemente do tipo de regime. Assim, a grande estratégia não seria desenvolvida por meio da promoção arrojada da democracia ou da interdependência econômica no exterior, mas da acomodação mútua de interesses. Ademais, Obama sinalizava que, quando se tratava da atuação internacional dos EUA, o papel do presidente era crucial na definição de escolhas e prioridades, as quais envolviam tradeoffs políticos

domésticos. Ele estava determinado a manter as principais decisões acerca da atuação internacional dos EUA nas suas próprias mãos e as tomar com cuidado, demonstrando sua confiança na habilidade de pessoalmente analisar, articular e gerir os vários estágios do processo de formulação da decisão (DUECK, 2011, p.13-18).

Sustento neste artigo que a grande estratégia de acomodação adotada pelos EUA durante a administração Obama está relacionada à noção de “poder inteligente”, que informou as posições dessa administração e que se tornou o centro de sua atuação internacional. Tal expressão foi popularizada por Hillary Clinton na sua audiência de confirmação perante o Senado como secretária de Estado na administração Obama. Segundo Clinton (2009), o conceito se referia ao conjunto completo de ferramentas à disposição dos EUA – diplomáticas, econômicas, militares, políticas, jurídicas e culturais – e à seleção da ferramenta ou da combinação de ferramentas adequadas para cada situação. Joseph S. Nye Jr. (2009), um dos especialistas que cunhou o conceito de “poder inteligente” e primeiramente o desenvolveu nos círculos acadêmicos, aponta que poder é a habilidade de se afetar o comportamento de outros atores a fim de se alcançar o que se deseja. Enquanto o poder bruto (“hard power”) refere-se à habilidade de se obterem resultados preferidos pela coerção e/ou intimidação a partir de recursos militares e/ou econômicos, o poder brando (“soft power”) refere-se à ha-

bilidade de se obterem resultados preferidos pela atração ideológica e cultural e/ou persuasão. O “poder inteligente” denota a habilidade de combinação de recursos de poder bruto e poder brando dependendo de quais deles seriam mais decisivos numa dada situação. Nye Jr. diz ter desenvolvido o conceito em 2003 a fim de responder à percepção equivocada de que o poder brando sozinho poderia produzir uma atuação internacional mais bem-sucedida (NYE JR., 2009). Segundo a Comissão sobre Poder Inteligente do Center for Strategic and International Studies (2012, p.7) – presidida pelo próprio Nye Jr. e por Richard L. Armitage –, a expressão “poder inteligente” refere-se à combinação de estratégias que confiam em recursos de poder bruto com as de poder brando, numa perspectiva que destaca a necessidade de um aparato militar forte, mas investe também pesadamente em alianças, parcerias e instituições de todos os níveis a fim de expandir a influência norte-americana e estabelecer a legitimidade das ações dos EUA.

Na próxima seção, apresentarei os principais pilares da atuação internacional dos EUA durante a administração Obama. A seguir, examinarei por que muitos resultados almejados por tal administração não foram plenamente atingidos.

Os pilares da atuação internacional dos EUA no governo Obama

De acordo com Martin S. Indyk et al. (2012), a atuação internacional dos EUA imaginada pela administração Obama baseava-se em três pilares: a melhoria da relação com a China; o fortalecimento da cooperação entre os EUA e os Estados do Oriente Médio; e o revigoramento do progresso nos campos da não-proliferação e do desarmamento nucleares. Quanto ao primeiro pilar, a equipe de Obama aceitou que a importância relativa da China no mundo era crescente e que os EUA não tinham mais a mesma margem de manobra do passado. Assim, um dos principais objetivos da administração Obama foi tornar a China um ator mais responsável na ordem internacional, que aceitasse os objetivos e as regras básicos do sistema e contribuísse para seu sucesso, mas várias lideranças chinesas ainda viam seu Estado como um Estado em desenvolvimento cuja obrigação era primeiramente conquistar o crescimento econômico, não ter responsabilidades globais. Durante o governo Obama, os EUA mantiveram-se preocupados com a possibilidade de que a China buscasse utilizar seu poder militar e econômico crescente na Ásia a fim de buscar vantagens diplomáticas e de segurança à custa dos EUA. Ademais, a administração Obama mostrou-se consciente de que a maior parte dos Estados na Ásia desejava que os EUA ajudassem a contrabalançar as pressões chinesas, mas não ao custo de fazer com que tivessem que escolher entre as duas potências (INDYK, LIEBERTHAL & O'HANLON,

2012). No que dizia respeito a temas como a mudança do clima, os EUA ofereceram a realização de cortes significativos nas emissões de carbono pelos EUA, na expectativa de que tal posição conduziria a concessões semelhantes por outros Estados como a China (DUECK, 2011, p.16). Observa-se, assim, a adoção de uma grande estratégia de acomodação na direção da China, estratégia que tinha em seu centro o conceito de poder inteligente. Num primeiro momento, Obama enfatizou mais os recursos de poder brando, mas não dispensou os elementos de poder bruto, gradativamente sinalizados em face de posturas chinesas mais assertivas.

Nos assuntos relacionados ao Oriente Médio, Obama buscou dar continuidade ao combate ao terrorismo, mas ele não abraçou a noção de uma “guerra global contra o terror” como a administração de George W. Bush. Em vez disso, ele procurou gradativamente colocar fim à guerra no Iraque enquanto focou mais no combate às operações da al Qaeda no Afeganistão, Paquistão e outros locais a fim de eliminar a ameaça dessa organização aos EUA e ao mundo. A expectativa de Obama era a de que uma série de ações significativas dos EUA e dos seus aliados ajudaria a facilitar esforços transnacionais de contraterrorismo, enquanto minasse o apoio no mundo islâmico a grupos extremistas (DUECK, 2011, p.16-17). Loy (2011, p.26) aponta que a estratégia de Obama para combater o terrorismo era clara: um aparato de inteligência

melhorado, uma cooperação intensificada com aliados acerca desse tema, relações preemptivas com comunidades muçulmanas a fim de impedir ações terroristas e um foco no impedimento da aquisição de armas de destruição em massa por terroristas (LOY, 2011, p.26). Observa-se que o presidente buscou também aplicar recursos de poder bruto que fazem parte de uma grande estratégia baseada na noção de poder inteligente. Como argumentei acima, Obama enfatizou que poderia ser mais ofensivo ao fazer cálculos em relação a inimigos já existentes, mas, no âmbito da grande estratégia de acomodação, a categoria de atores cujos valores e interesses centrais eram irreconciliáveis com os dos EUA era pequena, e raramente tais ameaças pareciam chegar ao nível de atores estatais.

No Iraque, Obama buscou conciliar suas posições na época da primeira campanha presidencial com as realidades com as quais se depa-rou. Assim, tornou mais lenta a retirada das tropas norte-americanas daquele Estado e as trouxe de volta para os EUA no fim de 2011, de acordo com o cronograma definido por Bush e pelo primeiro-ministro iraquiano Nouri al-Maliki em 2008 (INDYK, LIEBERTHAL & O'HANLON, 2012). Obama buscou preservar o compromisso de transferência de um esforço militar liderado pelas tropas norte-americanas para um esforço civil liderado pelos diplomatas norte-americanos no Iraque. No Afeganistão e no Paquistão, ele apontou o objetivo de desman-

telar e derrotar a al Qaeda e impedir o crescimento de sua capacidade de ameaçar os EUA e seus aliados no futuro. Para esses últimos objetivos, ele mobilizou recursos militares e civis, mas limitou concomitantemente a exposição norte-americana ao não enfatizar tais objetivos e lançar iniciativas políticas paralelas (LOY, 2011, p.25, 29-30).

Diante dos levantes populares no contexto da Primavera Árabe – particularmente no Egito –, a administração Obama verificou a necessidade de responder às aspirações democráticas de grande parte da população. Alguns especialistas criticaram a resposta dos EUA e a classificaram como tépida no apoio aos protestos (LOY, 2011, p.27-28). Obama colocou-se ao lado de demandas populares por liberdade e democracia no mundo árabe e ajudou a derrubar governos no Egito, na Líbia e no Iêmen, enquanto procurou proteger os interesses dos EUA no Golfo Pérsico. No Egito, o apoio de Obama à preservação do papel dos militares foi importante na conquista de um rápido começo do processo de transição, mas a aposta na atuação das Forças Armadas egípcias como parceiras da democracia não surtiu o efeito esperado, em especial quanto à proteção dos direitos das minorias. No caso da Líbia, ao repetidamente defender a derrubada de Muamar Kadafi quando a resolução do Conselho de Segurança da ONU que justificava a intervenção militar da OTAN não previa isso, Obama confirmou as acusações russas e chinesas

de que o Ocidente distorcera as intenções das resoluções das Nações Unidas a fim de atender a seus próprios interesses (INDYK, LIEBERTHAL & O'HANLON, 2012).

Ao assumir a presidência, Obama mostrou-se determinado a buscar a paz e a segurança num mundo sem armas nucleares, como ele colocara em Praga em abril de 2009. A Rússia seria essencial nesse esforço, de forma que o presidente buscou “reiniciar” as relações com tal Estado a fim de eliminar os atritos causados pela expansão da OTAN até as fronteiras da Rússia e pela determinação de Bush de desdobrar um sistema de defesas antimísseis na República Tcheca e na Polônia. O Novo START, assinado com o presidente russo Dmitry Medvedev em março de 2010 para a redução dos arsenais nucleares norte-americanos e russos, foi uma manifestação da nova parceria, destinada a definir um exemplo para o resto do mundo (INDYK, LIEBERTHAL & O'HANLON, 2012). Obama buscou dar um novo início às relações dos EUA com a Rússia, que, no momento inicial de seu governo, estavam em seu ponto mais crítico desde o fim da Guerra Fria. Assim, por mais de um ano e meio desde seu discurso em Praga, Obama procurou trabalhar para obter um novo tratado acerca da redução de armas nucleares com a Rússia. Tanto a negociação como a ratificação do Novo START foram difíceis, mas a entrada do tratado em vigor permitiu a Obama realizar três objetivos principais: a promoção da

estabilidade estratégica na relação entre as duas potências nucleares ao reduzir suas armas estratégicas; o renascimento e o aprimoramento de um sistema rigoroso de verificação como o do START I e a reinserção da redução de armas nucleares na agenda internacional (LOY, 2011, p.25-26).

Já o Irã e a Coreia do Norte estavam no centro da questão da proliferação nuclear. Obama buscou primeiramente engajar o Irã, mas, quando esses esforços trouxeram poucos frutos, ele passou a pressionar Teerã. Como parte da agenda de não-proliferação, Obama procurou garantir que aqueles que quebrassem as regras nessa área enfrentariam consequências crescentes. Os esforços iniciais de Obama para engajar o Irã conferiram a ele uma maior credibilidade quando ele buscou apoio mais amplo para sanções. Assim, pode-se compreender a aprovação de uma resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas em junho de 2010, que estipulava sanções mais duras contra o Irã. As tentativas de alterar o comportamento da Coreia do Norte tiveram alguns benefícios: por meio da articulação clara das consequências do desenvolvimento contínuo de tecnologia nuclear e de mísseis com o desdobramento de recursos militares dos EUA no Nordeste da Ásia, a administração ampliou os incentivos à China para que ela tentasse limitar a Coreia do Norte e fortaleceu sua cooperação com a Coreia do Sul e o Japão. Por meio de intensos esforços diplomáticos, Obama

conseguiu persuadir a China e a Rússia a cooperar com os EUA para ampliar os custos dos comportamentos recalcitrantes da Coreia do Norte (INDYK, LIEBERTHAL & O'HANLON, 2012). Obama veio oferecendo uma série de propostas de acomodação, como a intensificação dos esforços para a ratificação do Tratado de Proibição de Testes Nucleares (CTBT, na sigla e inglês), a negociação do Novo START e o apoio ao objetivo de eliminação das armas nucleares na expectativa de provocar esforços similares na direção do desarmamento nuclear em Estados como a Coreia do Norte. (DUECK, 2011, p.16).

As limitações à atuação internacional dos EUA

Grande parte dos resultados desejados pela administração Obama na implementação da grande estratégia de acomodação dos EUA – em cujo centro estava o conceito de “poder inteligente” – não foi atingida pela cooperação limitada por parte de governos estrangeiros. No que diz respeito à mudança do clima, por exemplo, a administração ofereceu reduções significativas nas emissões de carbono pelos EUA, mas a resposta chinesa foi essencialmente uma recusa a realizar quaisquer reduções comparáveis em termos absolutos. No âmbito da não-proliferação e do desarmamento nucleares, a administração buscou acomodar a Rússia na expectativa de também atingir sucesso em relação ao Irã. Com muitas de suas demandas atendidas no Novo

START e a inclusão de um entendimento informal sobre as defesas antimísseis no tratado, a Rússia respondeu ao auxiliar a aprovação de sanções contra o Irã nas Nações Unidas. Entretanto, tais sanções mostraram pouco resultado no que diz respeito à conquista de mais transparência por parte do regime iraniano quanto ao seu programa nuclear. Os elementos de acomodação na perspectiva inicial acerca do contraterrorismo adotada pela administração Obama tiveram um destino semelhante (DUECK, 2011, p.19-20). Concessões no nível doméstico surtiram efeitos positivos para a agenda da administração Obama, mas muitas vezes ficaram aquém dos resultados esperados pela administração. Por exemplo, embora a ratificação do Novo START tenha sido finalmente obtida, grande parte dos senadores republicanos votou contra o tratado, mesmo com o compromisso da administração Obama de ampliar os gastos com a modernização das armas nucleares e as defesas antimísseis em resposta às demandas republicanas. O caminho difícil para a ratificação do Novo START alimentou preocupações entre os membros da administração Obama de que os planos para a ratificação do CTBT – rejeitado pelo Senado em 1999 – poderiam fracassar. Tal resultado poderia complicar os esforços da administração Obama para fortalecer o compromisso internacional com o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). A ratificação do Novo START, embora tivesse sido um feito importante, não

sinalizou o fim das divisões partidárias sobre as políticas externa e de segurança nacional (SKIDMORE, 2012, p.50).

No caso de governos hostis aos EUA, a grande estratégia de acomodação não teve completamente os efeitos esperados. Por exemplo, quanto à Cuba, Obama começou a eliminar algumas sanções econômicas a fim de conquistar concessões por parte da família Castro, como a liberalização política ou a atenuação da hostilidade aos EUA. Nenhuma grande concessão foi feita, como também ocorreu no caso do Irã. Tanto a Venezuela sob o governo de Hugo Chávez como a Coreia do Norte sob as administrações de Kim Jong Il e Kim Jong Un mantiveram-se hostis e provocadoras aos EUA. No que diz respeito a regimes que combinavam rivalidade e cooperação com os EUA – dentre os quais se podem citar China e Rússia –, é possível indicar que eles continuavam a ver os EUA sob a administração Obama como uma ameaça estratégica à sua posição e à sua integridade, mas buscavam a cooperação com os EUA em algumas áreas como comércio e controle de armas. A China e a Rússia mostraram-se mais interessadas nas concessões de Obama a seus interesses e prioridades, não na trajetória pessoal do presidente ou nas visões da administração norte-americana para uma ordem internacional liberal. Em casos em que Obama ofereceu a acomodação, mas foi contra interesses nacionais vitais das duas potências, elas simplesmente declinaram a oferta de

qualquer acomodação recíproca e proporcional. Nenhuma das duas, por exemplo, mostrou a intenção de acabar com seus arsenais nucleares, e ambas pareceram encorajadas pelas implicações das retiradas estratégicas dos EUA sob a administração Obama, uma vez que isso as deixaria numa posição mais forte nas suas próprias vizinhanças (DUECK, 2011, p.21-24). De forma mais ampla, é possível observar que Estados da América Latina, da Ásia e da África vieram questionando cada vez mais as assimetrias político-econômicas nas principais instituições internacionais e pressionando por cada vez mais ações dos EUA para a solução da crise iniciada na segunda metade da década de 2000. O caso do BRICS é emblemático disso. Os membros do agrupamento trouxeram em suas cúpulas temas variados que tocam em pontos importantes para os EUA e seus aliados na Europa Ocidental, como a gestão da crise econômica global; a reforma das instituições de governança econômica e financeira e meios de combate ao protecionismo (LEHNE, 2012). A postura de acomodação adotada por Obama não reduziu o teor das críticas dos membros do agrupamento com relação às posições dos EUA nesses temas.

Nos aliados genuínos dos EUA – como o Reino Unido ou o Japão –, a popularidade de Obama em comparação à de George W. Bush foi maior, mas isso não se traduziu em concessões políticas significativas por parte dos governos. Aliados europeus dos EUA não se mostraram

mais entusiasmados em cooperar com a administração Obama do que em relação à administração norte-americana anterior, nem alteraram suas preferências centrais de atuação internacional em resposta à popularidade de Obama. Obama impôs um tom distante em relação a aliados tradicionais dos EUA, como o Reino Unido, e pareceu esperar que aliados como Israel, Polônia e Geórgia se alinhassem com sua grande estratégia de acomodação em relação a adversários (DUECK, 2011, p.21-24).

Considerações Finais

É possível apontar algumas mudanças necessárias ao melhor funcionamento da grande estratégia de acomodação adotada pelos EUA na administração Obama. Os EUA deveriam desenvolver uma estrutura jurídica para o uso das capacidades de poder inteligente, o que exige a definição de um conceito mais claro de ameaças assimétricas. Ademais, a inabilidade de promoção das perspectivas de poder inteligente por conta de falhas organizacionais nas próprias agências se configuram como um obstáculo, o que exige a promoção da coordenação e da acessibilidade aos recursos de poder bruto e brando, bem como uma campanha estratégica de comunicação voltada para a educação sobre os valores democráticos e a discussão sobre a natureza das ameaças. Em face da crise econômico-financeira iniciada em 2008, a necessidade de recursos apresenta mais um obstáculo à implementação do poder, de forma que o orçamento

norte-americano precisaria ser revisto a fim de que os programas não-militares de atuação internacional recebam mais verbas (CACI, 2009).

Referências

- CACI. 2009. Dealing With Today's Asymmetric Threat to U.S. and Global Security. Symposium Three: Employing Smart Power.
- CENTER FOR STRATEGIC AND INTERNATIONAL STUDIES. 2012. CSIS Commission on Smart Power: a smarter, more secure America. Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies.
- CLINTON, Hillary Rodham. 2009. Nomination Hearing To Be Secretary of State. U.S. Department of State website. Disponível em: <<http://www.state.gov/secretary/rm/2009a/01/115196.htm>>. Acesso em: 20 maio 2013.
- DREZNER, Daniel W. 2011. Does Obama Have a Grand Strategy? *Foreign Affairs*, v.90, n.4, jul./ago.
- DUECK, Colin. 2011. The Accommodator: Obama's Foreign Policy. *Policy Review*, p.13-28, out./nov.
- INDYK, Martin S.; LIEBERTHAL, Kenneth G. & O'HANLON, Michael E. 2012. Scoring Obama's Foreign Policy. *Foreign Affairs*, v.91, n.3, maio/jun.
- LEHNE, Stefan. 2012. The Big Three in EU Foreign Policy. *Carnegie Paper*, jul.. Disponível em: <<http://carnegieendowment.org/2012/07/05/big-three-in-eu-foreign-policy/ck4c#>>. Acesso em: 17 set. 2012.
- LOY, Frank. 2011. Obama abroad: ambitious realism. *World Affairs*, p.23-32, maio/jun.
- NUGENT, Neill. 2010. *The Government and Politics of the European Union*. 7 ed. Nova York: Palgrave Macmillan.
- NYE JR., Joseph S. 2009. Get smart: combining hard and soft power. *Foreign Affairs*, jul./ago.
- _____. 2011. The war on soft power. *Foreign Policy*, 12 abr. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2011/04/12/the_war_on_soft_power?page=0,1>. Acesso em: 21 maio 2013.
- SKIDMORE, David. 2012. The Obama Presidency and US Foreign Policy: Where's the Multilateralism? *International Studies Perspectives*, v.13, p.43-64.

Recebido em: 10 de dezembro.

Aceito em : 20 de fevereiro.



O Regionalismo Pós-Liberal na América do Sul

Wilson Mendonça Júnior¹ • Maio de 2014

Resumo:

Este artigo pretende discutir o processo de institucionalização do regionalismo sul-americano, desde o regionalismo fechado da ALALC até o modelo pós-liberal do século XXI. Para tanto, daremos ênfase ao movimento da Onda Rosa e às duas esquerdas que a compõe. Por fim, destacaremos a perspectiva acerca da permanência do modelo e o papel do Brasil na consolidação da integração na região.

Palavras-chave: Integração Regional, América do Sul, Onda Rosa

Abstract:

This paper aims to discuss the institutionalization process of the South America regionalism, from the ALALC's closed regionalism to post-liberal model of the XXI century. To this end, we will highlight the movement of the Pink Tide and two lefts which compose it. Finally, we will stress the prospect about the permanence of the model and Brazil's role in the consolidation of the integration process in the region.

Key words: Regional Integration, South America, Pink Tide

¹ Mestre em Relações Internacionais (PUC Minas). Professor de Relações Internacionais do Ibmec (MG).

Partindo-se de um recorte temporal mais didático, percebe-se que foi no ano de 1960, mais precisamente na Conferência de Montevidéu, que se origina o primeiro ensaio institucional substantivo, que recebera o acrônimo de ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio). No cerne de sua nomenclatura, repousava a missão que movera a sua constituição: o intercâmbio comercial. Foi este enfoque predominante, contudo, o maior responsável pelo seu malogro. A conjuntura macroeconômica do período, sobretudo no que concerne diretamente os países envolvidos, e a negligência a respeito das disparidades estruturais entre os seus membros fomentaram a constituição de um novo modelo.

De acordo com Raúl Prebisch, um dos maiores arquitetos do arranjo regional e quem estabelecera o diagnóstico que o engendrou, o conceito da deterioração dos termos de troca era o principal responsável pela permanente perspectiva de subordinação dos países sul-americanos, majoritariamente exportadores de produtos primários, ante o Norte, exportador predominante de manufaturas. Com base nessa premissa, surgia no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) a proposta de regionalismo fechado como solução para o entrave desenvolvimentista do continente. Urgia-se fomentar o intercâmbio regional com o fim de incrementar as plantas industriais locais,

preparando seus Estados membros para a acirrada competitividade do comércio global.

O receituário era preciso na análise da relação entre centro e periferia, conquanto desconsiderava as peculiaridades das políticas internas dos países sul-americanos. O processo desenvolvimentista de substituição de importações, predominante em países-chave no período, aprofundou o protecionismo e as disparidades entre os níveis de desenvolvimento na região. A ausência de complementaridade produtiva, por sua vez, foi outro entrave ao sucesso da ALALC. Os governos ditatoriais conseguintes contribuíram, ademais, para o distanciamento político na região. As crises do petróleo e o consequente aumento das dívidas externas destes países pavimentaram o caminho para um novo arranjo regional.

A Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), constituída em 1980, novamente em Montevidéu, já apresentava em sua nomenclatura o produto dos vinte anos de experiência de sua predecessora. O termo “integração” substituiu a priorização do comércio. Este novo regionalismo pretendia, pela primeira vez, reconhecer as assimetrias no processo de desenvolvimento entre os seus membros e promover a integração regional, não exclusivamente por meio das trocas comerciais. Verificam-se, mais uma vez, que a conjuntura macroeconômica e a política de grande parte da década

de 1980 não propiciam um ambiente favorável para o desenvolvimento da ALADI.

Na década de 1990, entretanto, o processo de redemocratização e de abertura econômica incrementou novo alento ao regionalismo, sobretudo sul-americano, em virtude da assinatura do Tratado de Assunção – sob o arcabouço institucional da ALALC –, instituindo o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), em 1991. Apesar do otimismo que caracterizara o período, mormente após o fim da Guerra Fria e com a suposta expectativa da predominância do multilateralismo no âmbito da relação entre os Estados, identifica-se uma contraditória retomada do viés comercialista no processo de integração regional na América do Sul, porém, neste momento, pautada pelo regionalismo aberto. Sob a influência do receituário do Consenso de Washington, considerava-se estratégico a abertura das economias que antes se encontravam protegidas pelo processo de substituição de importações, além de substituir o Estado pela iniciativa privada na função de promotor de desenvolvimento (BARBOSA, 1996).

Com base nessa nova postura, a própria CEPAL reformulava o seu anterior diagnóstico e sustentava a premissa de que a globalização, agora sob influência neoliberal, seria responsável pelo maior acesso a tecnologia e investimentos, o que, por conseguinte, seria responsável pelo aumento da competitividade: pré-requisitos indispensáveis para a integração (LÓPEZ, 2011). O

predomínio comercialista, no entanto, negligenciava as assimetrias estruturais e o déficit público nos investimentos sociais da região. As crises financeiras, sobretudo nos países emergentes, minaram a credibilidade do ideário de “aldeia global” da integração neoliberal. O reconhecimento da existência de uma “globalização assimétrica” por parte do governo FHC, em seu segundo mandato, marcou o início da transição para uma espécie de integração pós-liberal na América do Sul.

A virada do século registra uma revisão de conceitos. Com a expressiva crise financeira de 2001 na Argentina, que sucedera a abrupta desvalorização cambial da moeda brasileira, impactou consideravelmente a estrutura do Mercosul. No ano de 2000, realiza-se em Brasília a primeira reunião de chefes de Estado exclusivamente sul-americanos, aproximadamente duzentos anos após seus respectivos processos de independência política. Este evento simboliza a intenção aprofundar o processo integracionista, todavia com uma revisão no papel do Estado na economia. De maneira inédita no subcontinente, dá-se início a um giro à esquerda no âmbito político, com vistas a incrementar políticas sociais mais impactantes.

A Onda Rosa e o giro à esquerda na América do Sul

Podemos remontar-nos ao ano de 1998, quando Hugo Chávez foi eleito na Venezuela, para tentarmos delimitar com mais precisão um

recorte temporal para este movimento político. Com efeito, não há dúvidas de que a primeira década do século XXI consolidou o ineditismo da expressiva ascensão de partidos desenvolvimentistas na região. Outro quesito que torna este processo tão peculiar diz respeito à legitimidade da ascensão destes partidos de esquerda, todos marcados pela via democrática, o que se contrapõe ao histórico de instabilidade dessas siglas, em especial ao longo dos processos eleitorais (SILVA, 2010).

Com a intenção de traçar possíveis justificativas para a eclosão do movimento, destacamos, principalmente, a esperada consolidação do processo de redemocratização na região. Marcado pelo predomínio de governos ditatoriais por décadas, a América do Sul vivenciou, na transição do último século, o reconhecimento, por parte dos principais partidos políticos, da essencialidade do “jogo democrático” para ascender-se ao poder. Nesse sentido, com a exceção pontual de ensaios golpistas no Paraguai e na Venezuela nas décadas de 1990 e de 2000, respectivamente, pode-se afirmar que essa condição foi fundamental para que a demanda popular por reformar sociais refletisse nas urnas, conforme o fez a partir de 1998.

No que diz respeito aos Estados Unidos da América e sua influência na região, constata-se que o fim da Guerra Fria e os Atentados do 11 de Setembro provocaram uma mitigação na ingerência do país nortista nos temas sul-

americanos, apesar dos efeitos controversos do Consenso de Washington, que já foram anteriormente abordados. Percebe-se que a intenção de se promover uma integração regional mais autônoma e autêntica – sem tutelas exógenas – vai ao encontro da conjuntura internacional. De maneira embrionária, surgem propostas de integração em infraestrutura e de financiamento regional, tais como a Iniciativa de Integração em infraestrutura regional sul-americana (IIRSA) e pelo Banco do Sul, FONPLATA e FOCEM, este exclusivamente no âmbito do Mercosul.

Nesse diapasão, surgem iniciativas de integração mais ambiciosas como a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e Comunidade dos Estados Latino Americanos e Caribenhos, que pretendem estabelecer, sobretudo, concertações políticas mais sofisticadas, contrapondo, ademais, fóruns consagrados, porém de imparcialidade contestada, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), conforme se verificou na celeuma da crise política em Honduras em 2009. Sob o arcabouço institucional da Unasul, por exemplo, foi constituído, em 2008, o Conselho de Defesa Sul-Americano, com o propósito de substituir o ultrapassado Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR). O Conselho já foi responsável por discutir temas acerca da reativação da Quarta Frota dos Estados Unidos e da instalação de bases militares norte americanas na Colômbia.

No tocante ao Brasil, neste período, destaca-se uma correção de cursos de caráter geopolítico. Conquanto o princípio estabelecido no artigo 4º da Carta Magna pátria ressalte que “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações” (BRASIL, 1988), verifica-se a priorização na integração sul-americana na agenda brasileira – Mercosul e Unasul –, para que, posteriormente, promova-se a integração latino-americana, CELAC. O que aproxima os dois processos, contudo, é a inclusão da agenda social, que torna, a partir do século XXI, conteúdo essencial das plataformas políticas dos mais distintos países da região.

Por fim, ainda com o propósito de traçar prováveis justificativas para o movimento da Onda Rosa, devemos destacar o princípio anti-neoliberal amplo como quesito aglutinador dessas esquerdas. Nesse aspecto, todavia, é essencial apontar que essa bandeira fora acolhida de distintas maneiras pelos partidos sul-americanos, ou seja, verifica-se uma esquerda mais radical e outra mais flexível.

Duas esquerdas?

Ao longo da primeira década do século XXI, dois modelos de governos esquerdista podem, a grosso modo, serem classificados distintamente: os refundadores e os renovadores (SILVA, 2010). Os primeiros possuem uma agenda

mais radical, com propostas de reformas constitucionais e críticas mais acerbadas ao neoliberalismo. Encaixam-se neste perfil a Venezuela, a Bolívia e o Equador. Os segundos podem ser conceituados como social-democratas e possuem maior grau de institucionalização, maior integração ao sistema político e crítica moderada ao neoliberalismo. Destacam-se, neste grupo, o Brasil, Uruguai, Chile, Paraguai e Argentina. Alguns autores (BOERSNER, 2005; CAMERON, 2009) chamam a atenção para o caráter híbrido da Argentina Kirchnerista, em alguns momentos oscilando entre os dois grupos.

No Chile, por sua vez, verificamos que a ascensão do governo direitista de Sebastian Piñera, que rompeu com os governos esquerdistas de Ricardo Lagos e de Michelle Bachelet, sofreu sobremaneira com as demandas por reformas sociais da população, o que ocasionou grande instabilidade política no seu mandato e a consequente retomada do governo pelo partido esquerdista da Concertação. Este evento chileno corrobora a tese de que a Onda Rosa não é um movimento efêmero e não fora tão desarticulada pela crise financeira de 2008.

É preciso enfatizar, ademais, que ambos os grupos devem ser considerados progressistas e que todos ascenderam ao poder de forma legitimamente democrática. Outro aspecto peculiar trata do fato de que, apesar da retórica, as duas esquerdas não superaram totalmente o legado neoliberal dos anos 1990, o que nos leva a ques-

tionar a existência de um suposto Consenso de Brasília.

Consenso de Brasília

Com a ascensão mais expressiva dos partidos de esquerda considerados renovadores, identifica-se, na América do Sul, um padrão de conduta de alguns governos, inclusive de orientação direitista, como a Colômbia de Juan Manuel Santos. Pode-se defini-los como regimes que combinam inclusão social com nacionalismo na exploração de recursos naturais e estabilidade macroeconômica. Conforme já discutido, a conjuntura internacional propicia mais margem de manobra para a implementação dessa agenda, além da predominante demanda por políticas sociais, que é característica do século XXI na América do Sul (MELLO, 2011).

Apesar de este Consenso ser um reflexo do movimento da Onda Rosa, podemos incluir a Colômbia, governada por partidos de direita, como uma das adeptas a este suposto receituário sul-americano. Juan Manuel Santos criticou políticas do antecessor, diminuiu o alinhamento automático com os EUA e se aproximou mais da América do Sul, com destaque para o relacionamento com a Venezuela. Segundo (MELLO, 2011), “A habilidade de Santos é conseguir manter postulados econômicos e de segurança de direita e agregar a eles bandeiras de esquerda como o reformismo e a integração latino-americana.”

Percebe-se que o Consenso de Brasília ganha relevo à medida que o grupo Bolivariano, ou a esquerda refundadora, enfrenta maiores entraves no processo de institucionalização política e de integração regional, conforme verificamos pela aparente atrofia da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América atualmente. Um dos principais motivos dessa condição, provavelmente, se deve à resistência de parte do receituário neoliberal. A esquerda renovadora, ao não abandonar o princípio da estabilidade macroeconômica, promove a independência do Banco Central, a estabilidade fiscal e a flutuação cambial, o que resulta na manutenção da credibilidade dos investidores internacionais.

Por último, chama a atenção, sobretudo após a crise de 2008, que os programas de transferência condicional de renda e de valorização do salário mínimo, amparados pelo nacionalismo na exploração de recursos naturais, são um dos grandes pilares deste modelo. Contudo, nos cabe questionar a viabilidade deste Consenso no futuro próximo, tendo em vista a massiva dependência destes países dos altos preços de matérias-primas para manter seu modelo de distribuição de renda, uma vez que não houve, ainda, um ajuste fiscal significativo para equilibrar esse sistema.

Considerações finais

São poucas as dúvidas que se sustentam acerca do acelerado processo de integração regional pelo qual tem passado a América do Sul

nos últimos vinte anos. Ainda há resquícios coloniais que tolhem o aprofundamento deste processo, contudo o reconhecimento das assimetrias de desenvolvimento entre os Estados e o estabelecimento de instituições autônomas e genuinamente regionais contribuem sobremaneira para uma perspectiva mais otimista para os próximos anos.

Alguns questionamentos, entretanto, merecem destaque neste debate. Necessita-se conjugar os princípios idealistas da dimensão social, tão palatável à grande parte da opinião pública, aos pragmáticos, como o fomento do comércio intra-regional e extra-regional, para que não incorramos nos contratempos da ALALC. É preciso, ademais, diversificar as fontes de divisas que sustentam as políticas sociais com o fim de torná-las mais sustentáveis, colhendo os frutos do seu efeito multiplicador, sobretudo no incremento de mão de obra qualificada suficiente para a produção em escala de manufaturas.

Para o Brasil, como paymaster e principal motor da integração regional, porque é a maior e mais diversificada unidade econômica e comercial, torna-se fundamental conseguir enxergar o outro lado da fronteira como um espaço de convivência, muito além do estrito âmbito econômico, rompendo, portanto, com a retrógrada barreira que os três séculos de colonização indelevelmente nos legou.

Referências

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Integração regional: uma introdução. SP, Ed. Saraiva, 2013.
- BARBOSA, Rubens (1996). "O Brasil e a integração regional: a ALALC e a ALADI (1960-1990)". In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.)(1996). Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990). Vol.2: Diplomacia para o Desenvolvimento. São Paulo, NUPRI-USP/Cultura Editores Associados.
- BOERSNER, Demetrio. Gobiernos de izquierda en América Latina: tendencias y experiencias. Nueva Sociedad, n. 197, 2005.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. 35. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- CAMERON, Maxwell A. Latin America's Left Turns: beyond good and bad. Third World Quarterly, v.30, n.2, 2009.
- LÓPEZ, Raúl Vázquez. Integración económica en América Latina: la visión teórica de la CEPAL confrontada con la evolución del proyecto en la región. Journal of economics, finance and administrative science, v. 16, n. 31, p. 107-118, dezembro 2011.
- MELLO, Patrícia Campos. Consenso de Brasília. Interesse Nacional, São Paulo, ano 4, nº 15, out/dez. 2011.
- SILVA, Fabrício Pereira da. Até onde vai a "onda rosa"? Análise de Conjuntura OPSA, No.2, fev. 2010.

Recebido em: 18 de dezembro.

Aceito em: 21 de fevereiro



União Europeia: desafios de uma comunidade internacional

Péricles Pedrosa Lima¹ • Maio de 2014

Resumo:

Este artigo busca fazer uma breve revisão do processo de construção da União Europeia e desenvolve uma análise da crise atual enfrentada pelos países que fazem parte desta experiência de integração. Busca-se apresentar os desafios enfrentados pela União frente ao momento de crise econômica e social que afeta o continente europeu.

Palavras-chave: União Europeia, Crise, Comunidade Internacional

Abstract:

This article attempts to briefly review the process of building the European Union and provides an analysis of the current crisis faced by countries that are part of this integration experience. We seek to present the challenges faced by the Union against the time of economic and social crisis affecting the European continent.

Key words: European Union, Crisis, International Community

¹ Professor de História do curso de Relações Internacionais do Centro Universitário Uni-BH. E-mail: periclespedrosa@hotmail.com

Europa para alguns estudiosos é um nome grego, para outros é um nome fenício. Para o filósofo, escritor e poeta francês Paul Valéry (1871 – 1945), a Europa é uma península da Ásia e recebeu este nome dos geógrafos e historiadores da Grécia Antiga, sendo Hecato de Mileto (550 – 475 a. C.) “o primeiro a associar o nome mitológico ao espaço geográfico que conhecemos hoje como continente europeu”. (TREIN, 2007, p. 136). Para este mesmo autor, desde os séculos XIII, XIV e XV, e não somente nos séculos XVIII e XIX como supõem vários estudiosos, houve poetas, políticos e filósofos que construíram argumentos em favor de uma Europa unida, na tentativa de se recuperar uma herança histórica do Império Romano. (TREIN, 2007).

A ideia de um continente unificado teve suas raízes na década de 20 do século passado após a grande guerra, onde a noção de unidade europeia já era ventilada com o lançamento de um Manifesto a favor da construção de uma união em busca do pacifismo. De acordo com Judt (2012, p.20), “os autores de um Manifesto de 1922 a favor de uma Europa unida afirmavam que numa Europa unificada não teriam cabimento mais guerras”. Mais tarde, no cenário de destruição e catástrofe que novamente a guerra trazia ao continente, a ideia de unidade reaparece a partir de 1942 nos discursos do primeiro-ministro britânico Winston Churchill. Para o político britânico seria um desastre se o bol-

chevismo russo se sobrepusesse à cultura e à independência dos velhos Estados da Europa. Churchill previa um avanço do Império Soviético sobre a Europa do leste com o fim do conflito. Conforme Trein (2008, p.138), Churchill proferiu discurso em 19 de setembro de 1946 na Universidade de Zurich onde apresentou “uma proposta aos países europeus ocidentais de criação dos ‘Estados Unidos da Europa’, porém sem a participação do Reino Unido”. Mais tarde, também no imediato pós-guerra, surgem organizações como o Movimento da Unidade Europeia de 1947, mas que pouco impacto trouxe ao mundo real (JUDT, 2012). Tornava-se evidente para a maioria dos dirigentes europeus que a União Soviética passava a representar neste pós-guerra uma ameaça para a Europa do leste e que, para sua própria proteção, os Estados da Europa Ocidental deveriam se unir. A relação entre os aliados ocidentais e a União Soviética se tornava extremamente tensa, e em 1948 surge o Pacto de Bruxelas entre a França, Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo) e a Grã-Bretanha, uma tentativa de reforço de suas fronteiras. Os Estados Unidos também prontamente reagiram diante deste cenário europeu do pós-guerra com o Plano de Recuperação Europeia (Plano Marshall), que se caracterizou como uma ação econômica financiada para a recuperação dos países aliados da Europa Ocidental. O Plano era “da ordem de U\$ 13 bilhões, em valor corrente, algo em torno de U\$ 130 bilhões em valores de

2006”. (TREIN, 2007, p.138). O empenho dos Estados Unidos, tanto militar quanto econômico, ajudou os europeus ocidentais a projetarem um futuro e a se preparem para o cenário internacional do pós-guerra. Pode-se também afirmar que a dissolução da aliança constituída em tempos de guerra entre os Estados Unidos, Grã-Bretanha e a União Soviética culminou na criação na Europa de dois blocos hostis, ocidental e oriental, fato que também impulsionou a ideia de uma união dos aliados ocidentais.

Na sequência dos acontecimentos, os anos seguintes foram de evolução do projeto de integração e da conscientização da necessidade de uma união entre os países. Sendo assim, em maio de 1948, surge em Haia o Congresso da Europa, com a criação de uma assembleia de representantes dos governos nacionais; em 1949, em Estrasburgo cria-se o Conselho da Europa com o objetivo de “promoção e defesa dos direitos humanos, democracia e a identidade cultural e política dos europeus” (TREIN, 2007, p.139). Os Estados Unidos se faziam presentes não somente na ajuda econômica, mas também na própria defesa militar do continente fragilizado pela guerra, incapaz de se organizar militarmente. Surge, portanto, em 1949, a Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN – sob a hegemonia norte-americana. A Europa no fim da década de 40 do século passado consolida sua divisão em dois blocos e na década seguinte, em

1955, vê surgir o Pacto de Varsóvia com a participação dos países do leste mais a Alemanha Oriental, culminando assim, em uma possível situação beligerante que se prolongaria durante os próximos anos; contexto conhecido como Guerra Fria. A integração europeia era mais do que nunca necessária frente a todos esses acontecimentos que rapidamente evoluíam no continente.

Os planos de integração começaram a solidificar entre políticos, empresários e intelectuais, homens idealistas que buscavam caminhos para a cooperação e integração pela via econômica, e que pudessem afastar do continente novos movimentos bélicos. Não há dúvida que desde 1945 havia em todos os territórios libertados da Europa uma disposição idealista, de construção da unidade europeia, mas o projeto começa a se tornar concreto nas mãos de homens como Robert Schumann (1880 – 1963), ministro francês dos negócios estrangeiros; Jean Monet (1888 - 1979), consultor econômico e político francês; Konrad Adenauer (1876 – 1967), chanceler democrata-cristão da República Federal da Alemanha; Paul Henri Spaak (1899 – 1982), primeiro-ministro da Bélgica; Altiero Spinelli (1907- 1986), político italiano e Jacques Delors (1925) político socialista francês, para citar alguns dos principais idealizadores dessa construção. Delors é considerado o grande articulador do projeto nos anos 80 e 90 do século XX,

exercendo a presidência da Comissão Europeia entre 1985 e 1995.

A integração europeia pode ser entendida como a formação de um grande mercado que buscará atender não só ao mercado interno como ao interesse norte-americano, potência econômica que surgira na segunda metade da década de 40 do século passado e que apoiara e financiara a reconstrução de uma Europa devastada, como dito anteriormente. Destacam-se dentro deste processo a Alemanha e a França, países consideravelmente envolvidos em guerras com enormes custos econômicos, humanos e com comprometimentos das estruturas sociais e psicológicas de seus habitantes. Este primeiro momento de integração econômica pode ter diferentes interpretações como nos explica o historiador Tony Judt. Para este autor a estratégia francesa no pós-guerra era a exploração urgente dos recursos alemães, e o plano consistia simplesmente em reduzir os meios políticos e militares da Alemanha ao mínimo para explorar ao máximo as suas matérias-primas. Este desejo, que reproduziria políticas desastrosas de anos anteriores, conduziram os países a uma “comunidade de seis nações que partilhariam e regulariam a produção e o consumo de carvão e aço, ao abrigo de uma autoridade internacional autônoma” (JUDT, 2012, pp.22-24). É importante ressaltar que a Grã-Bretanha, país fortemente envolvido nas questões europeias, via a organização da Europa do pós-guerra a certa distância, “a uma luz muito

diferente, pois não compartilhava da necessidade da França de matérias-primas alemãs, nem do desejo holandês pelos mercados alemães”. (JUDT, 2012, p.27).

A construção de um espaço coletivo, aspecto simbólico e agregador, tornava-se necessário; um espaço público, regional, onde as identidades passavam a ser respeitadas, estruturadas e compartilhadas. Associados ao espaço coletivo, o crescimento e o desenvolvimento econômico eram etapas a serem alcançadas. Por meio de um passado histórico comum e de uma cultura europeia ocidental compartilhada, buscou-se esquecer dos traumas de guerra e a via econômica foi o forte elemento agregador.

A União Europeia é, portanto, caracterizada por vencimentos de etapas progressivas firmadas por meio de tratados que foram ao mesmo tempo trazendo um processo de alargamento e aprofundamento. Marcadas por difíceis negociações, divergências e um projeto de constituição, as etapas foram sendo concluídas nas últimas décadas trazendo euforias e decepções. Nesse sentido, a cooperação iniciou-se em 1950 com a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), composta pela Alemanha, França, Bélgica, Itália, Luxemburgo e Países Baixos. Antes da guerra o carvão era responsável por 90% de todo o consumo de energia na França, Alemanha, Reino Unido e nos países do Benelux; cinco anos depois do fim da guerra satisfazia 82% do consumo de energia dos seis países da

CECA (JUDT, 2012). Como nos informa o autor, o acordo quanto à produção e distribuição desse bem estava no centro de qualquer recuperação das capacidades produtivas do continente. Concluímos, portanto, que essa primeira comunidade econômica internacional estava fortemente ancorada no compartilhamento de um recurso essencial para a sobrevivência, visto que os cinco países mais ricos da Europa estavam entre os seis membros fundadores. Por outro lado, nessa primeira etapa, o cenário internacional era dominado pela Guerra Fria, conflito que marcou de forma considerável várias gerações e conduziu a uma distância econômica e social entre os dois blocos da Europa dividida. Nesse sentido, deve-se ressaltar que nas décadas do pós-guerra, a Europa Ocidental, mediante a ajuda recebida, econômica e militar, pôde se entregar ao projeto de reconstrução e de cooperação econômica, com a segurança de saber que o orçamento de defesa dos Estados Unidos a protegeria contra quaisquer ameaças externas por meio do Tratado do Atlântico Norte, o sistema de defesa coletivo assinado em 1949.

Em 1957, ainda dentro desse cenário, surge o mercado comum, Comunidade Econômica Europeia, instituído pelo Tratado de Roma. No início da década de 60 o surgimento da política agrícola comum (PAC) busca uniformizar os preços agrícolas na Comunidade, tornando-a autossuficiente em termos alimentares. Na década de 70 a expansão/alargamento inicia-se

com a adesão da Dinamarca, Irlanda e Reino Unido em janeiro de 1973. A queda da Ditadura Salazar em Portugal (1974) e a de Franco na Espanha (1975) marcou o período com o fim das ditaduras de direita no continente e ainda, por consideráveis políticas regionais onde elevadas verbas foram designadas procurando fomentar empregos e melhorias na infraestrutura dos países mais pobres. A década de 80 inicia-se com a adesão da Grécia (1981), décimo país a aderir, e cinco mais tarde (1986), após metas socioeconômicas alcançadas, Espanha e Portugal. O período fica também marcado pela criação do Mercado Único, possibilitando o livre fluxo de comércio entre os membros, aprofundando a cooperação. A Comunidade Europeia das décadas de 70 e 80 dependia, em certa medida, da divisão da Europa surgida no pós-guerra. Segundo Judt, “quanto mais firme essa divisão, mais fácil seria imaginar uma união de nações mais estreita e próspera do lado ocidental” (JUDT, 2012, p.51). A possibilidade de uma expansão para leste poderia significar naquela altura, segundo a opinião do autor, uma variável que dificultaria o processo de integração; a ideia da Europa unida poderia não sobreviver em nível continental.

Nos anos 90 assiste-se a derrocada do comunismo na Europa central e do leste e o continente é invadido por uma nova onda de integração, iniciada pela reunificação da Alemanha (Ocidental e Oriental), assim como a livre

circulação de mercadorias, serviços, pessoas e capitais. A expansão para leste não parecia mais tão distante e impossível. Nesta altura a integração já não parece ter volta e o continente passa a ser um espaço coletivo unido pela sua história e por uma possível “nacionalidade” europeia. O Tratado da União Europeia assinado em 1992 em Maastricht vem selar a integração ao estabelecer regras para uma futura moeda única, uma política externa comum, assim como cooperação em matéria de Justiça, segurança e assuntos internos. Nesse ano a Comunidade Econômica Europeia (CEE) ultrapassa uma importante etapa de sua construção tornando-se uma União Europeia (UE). A adesão da Áustria, Finlândia e Suécia ocorre em 1995, assim como a criação do “espaço Schengen” que prevê a livre circulação dos europeus sem que seus passaportes sejam controlados nas fronteiras da União. A moeda única surge em 1999 consolidando a união econômica e monetária entre os membros que aderiram, e a Zona Euro passa a ser caracterizada como um espaço econômico onde os países que adotaram a moeda única abdicam de sua soberania monetária em favor de uma única moeda. O século XXI inicia-se com a adesão de dez países do leste e as fronteiras ideológicas e políticas, resquícios da Guerra Fria, são ultrapassadas caracterizando o alargamento a Leste do projeto de integração.

Na atualidade a construção da União Europeia é um processo dinâmico de integração

entre os diversos países do continente e pode ser entendido como um esforço de reconstrução de uma região destruída pela guerra. O momento atual de crise, que fortemente atinge a Europa e particularmente a UE, é propício a algumas reflexões sobre os possíveis desdobramentos desse processo.

A crise econômica mundial iniciada em 2008 não afastou os países membros de um novo tratado. O Tratado de Lisboa se caracteriza pela “refundação da União Europeia” e em vigor a partir de primeiro de dezembro de 2009 busca integrar o cidadão europeu ao espaço coletivo por meio da “iniciativa de cidadania”, onde o cidadão passará a ter participação direta na definição de políticas da União Europeia.

Ao analisarmos as diferentes etapas vencidas pelos Estados-Membros que compõem a UE verificamos uma considerável dose de sucesso na cooperação e na integração regional desses países. O sucesso alcançado por eles fez com que tomassem decisões conjuntas relativas a variadas questões, debatendo agendas que vão desde a agricultura à cultura, energia, comércio, transportes, entre outras. O sucesso europeu, solidariedade ancorada em políticas regionais, em supranacionalidade e integração econômica, traz a sensação de espaço único coletivo progressivamente em formação, ou pelo menos a sensação de uma cidadania europeia. A busca por esse novo cidadão europeu com uma visão moderna

de espaço único, em construção, foi e continua sendo um dos objetivos da cooperação.

A União Europeia é hoje uma integração regional complexa que abrange diferentes áreas e procura aproximar-se cada vez mais do cidadão europeu por meio de diversas e diferentes instituições: Parlamento Europeu, Conselho Europeu, Conselho da União Europeia, Comissão Europeia, Tribunal de Justiça, Banco Central, Tribunal de Contas, Serviço Europeu para a Ação Externa, Comitê Econômico e Social Europeu, Comitê das Regiões, Banco Europeu de Investimento, Fundo Europeu de Investimento, Provedor de Justiça Europeu, Autoridade para a Proteção de Dados e Órgãos Interinstitucionais.

A crise financeira internacional iniciada na primeira década do século XXI - que teve sua origem no mercado norte-americano fruto de consideráveis perdas causadas pelos empréstimos de hipotecas de alto risco distribuídas a investidores - é resultado do processo de globalização que gerou um único mercado mundial, integrando os mercados financeiros e, assim, intensificando o fluxo de capitais entre países, a liberalização de capitais e, consequentemente, o fim da segmentação entre mercados. Nesse sentido a crise expôs a fragilidade da Zona Euro e a União Europeia foi atingida pela desestabilização econômica. Pode-se assim observar os riscos de um mercado desregulado e a vulnerabilidade que se criou ao ser injetado capital e liquidez no

sistema financeiro, acompanhado de decrescentes taxas de juros.

No caso específico da UE, os países da Zona Euro e principalmente os ditos PIIGS - Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha - também designados de periféricos frente ao “núcleo duro” - Alemanha e França - foram fortemente atingidos e fragilizados gerando forte instabilidade econômica e, consequentemente, social. Os ditos países periféricos caracterizam-se por serem heterogêneos, com delicada situação fiscal, considerável endividamento privado, baixa competitividade externa e desequilíbrio nas contas públicas. A recuperação parece distante e o tênue tecido social se desintegra gerando revoltas. Para esses países o futuro não parece se apresentar como dos melhores, pois as condições para uma maior competitividade externa dependem do cenário internacional e do próprio cenário doméstico que se encontra paralisado. A previsão é de um longo período de estagnação econômica. A integração do continente e o sonho de um espaço coletivo encontram-se atualmente seriamente ameaçados por movimentos contrários aos constantes chamados para uma maior rigidez econômica e fiscal, uma austeridade que afeta o dia a dia dos cidadãos europeus.

Os países ao optarem pelo Euro perderam a possibilidade de lançarem mão de sua política cambial e monetária e a contração fiscal é a opção aplicada, gerando efeitos sociais consideráveis. Com exceção da Alemanha, os demais

países enfrentam sérias dificuldades em suas contas, procurando a austeridade fiscal e monetária fortemente recomendada e monitorada pelo FMI, Banco Central Europeu e Comissão Europeia, levando grande parcela da população a situações de extrema pobreza e desemprego. A união econômica e monetária restringiu o campo de ação de cada governo, deixando-os à mercê das políticas elaboradas fora do território nacional e que se impõem aos governos e cidadãos na tentativa de conter o déficit público e o crescimento da dívida pública. A forte crítica está centrada na Alemanha, país que passou no furacão da crise a influenciar nas decisões e nos comandos em diferentes instâncias da União Europeia, agravando a dependência dos demais membros com as instituições financeiras internacionais, gerando mais desemprego, pobreza e incertezas quanto ao futuro.

Os países da Zona Euro são diferentes com relação à competitividade externa e apresentam quadros diferentes com relação à situação fiscal. Para todos é exigida austeridade fiscal e monetária. Neste cenário questiona-se a adesão permitida de alguns países à união econômica e monetária, pois para alguns macroeconomistas, os mesmos não se encontravam em condições de aderir. Questiona-se a sobrevivência da moeda única ou a possível saída de alguns membros da união monetária como solução para o endividamento e crise social.

Todos os questionamentos surgidos em meio à gravidade da crise que assola o continente faz com que economistas e políticos alertem sobre as vantagens da moeda única: a proteção do Sistema Euro. Nesse turbilhão de questões e possíveis respostas, pergunta-se se tais vantagens são consideravelmente maiores do que a volta à moeda de cada país; à soberania monetária e cambial. Sabe-se que o país que optasse por sair do Sistema Euro entraria no mercado com uma moeda desvalorizada em relação ao euro e sem a proteção do sistema financeiro surgido com a integração financeira. O risco é imensamente maior nesse possível recuo de integração econômica. A reestruturação das dívidas parece ser o caminho e é a exigência das instituições financeiras, fazendo com que os Estados fiquem privados de investimentos e desenvolvimento econômico, afetando assim gerações de jovens que se perdem, sem perspectiva de um futuro. Na sociedade tal profusão de ideias e explicações não encontra eco em uma população que sofre diariamente com restrições sociais, alimentares, culturais, entre outras, vendo a cada dia parcelas de seus rendimentos, por meio de impostos progressivos, sendo destinadas aos cofres públicos para sanar uma dívida que parece sem solução.

A atual crise transforma a Europa em um continente em espera, em crise de identidade, e volta a trazer à superfície um conjunto diversificado e dividido de países que procuram se salvar frente ao desespero social que se estabe-

lece nas populações. A ausência de um senso comum de direção coloca a UE em compasso de espera, e aos políticos falta a criatividade para um projeto que faça essa união se reerguer e novamente ser motivo de entusiasmo e euforia, de integração e cooperação. São incapazes de falar e agir em uma só voz. A crise nos dá a impressão que os europeus não se encontram integrados politicamente e o sonho dos anos 70, de uma cooperação cada vez maior, se desintegra frente à pressão de um núcleo duro - Alemanha, França - sobre os países periféricos. A Europa unida e integrada desaparece nesse contexto e surge novamente, como no passado, uma Europa desunida na qual as manifestações sociais se sucedem.

Pode-se entender que a União Europeia se rendeu ao mercado e à moeda, sendo estes os verdadeiros poderes europeus. Forças representadas pelo Banco Central Europeu, imperativos monetários que passam a condicionar as políticas para a região, ocupam o cenário dos antigos sonhos de cooperação e trazem o pesadelo da desagregação social e econômica. A própria Comissão Europeia se submeteu às forças do mercado e às lógicas monetárias dos mercados financeiros internacionais, transferindo assim, para as forças privadas do mercado e das finanças internacionais, o poder político.

Ainda dentro desse contexto observa-se uma desintegração do serviço público em vários países, um dismantelamento que afeta principalmente a população de baixa renda nos países

periféricos. A privatização chega à saúde, energia, transporte e educação; uma desconstrução de um Estado Social construído ao longo de décadas. Sente-se um desaparecimento do Welfare State com a limitação progressiva dos gastos sociais públicos: uma crise do Bem-Estar Social e do aprofundamento do endividamento público.

A crise veio por fim, minar a construção da tão sonhada cidadania europeia, onde os europeus se sentiriam dentro de um espaço coletivo, uma comunidade europeia dentro de uma democracia supranacional. Os desafios nessa segunda década do século XXI para o continente e para União Europeia são enormes e requerem transformações que possam amenizar os efeitos sociais e econômicos que se alastram. O retorno ao sonho do espaço coletivo, a reconstrução de uma democracia supranacional, a construção de uma Europa unida e integrada e não apenas uma Europa composta de vários Estados-Membros concorrentes, é o grande desafio.

Referências

- BANCO CENTRAL EUROPEU. Integração Europeia. Disponível em: <http://www.ecb.europa.eu/ecb/educational/facts/euint/html/ei_009.pt.html> Acesso em: 21 Jan. 2014.
- COMISSÃO EUROPEIA. Jean Monnet: a força unificadora por trás do nascimento da União Europeia. Disponível em: <http://europa.eu/about-eu/eu-history/founding-fathers/pdf/jean_monnet_pt.pdf> Acesso em: 20 Dez. 2013.
- COMISSÃO EUROPEIA. Destaques da Comissão Europeia. Disponível em: <http://ec.europa.eu/portugal/comissao/destaques/index_pt.htm> Acesso em: 22 Dez. 2013.

COMISSÃO EUROPEIA. Iniciativa de Cidadania Europeia. Disponível em: <<http://ec.europa.eu/citizens-initiative/public/?lg=pt>> Acesso em: 8 Jan. 2014.

Desdobramentos da crise financeira internacional. In.: Revista de Economia Política. V. 31, n. 2. São Paulo: 2011.

UE. A Declaração de Schuman de 9 de maio de 1950. Disponível em: < http://europa.eu/about-eu/basic-information/symbols/europe-day/schuman-declaration/index_pt.htm > Acesso em: 20 Dez. 2013.

JUDT, Tony. Uma grande ilusão: um ensaio sobre a Europa. Lisboa, Edições 70, 2012.

TREIN, Franklin. “Uma Ideia de Europa”. II CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL – II CNPEPI - “O BRASIL NO MUNDO QUE VEM AÍ”. 2007. Rio de Janeiro. Europa. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

Recebido em: 10 de dezembro de 2013

Aprovado em: 14 de Janeiro de 2014



Why Politics? The crisis of political leadership in Europe and its consequences

Kai Enno Lehmann¹ Maio de 2014

Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo compreender qual tipo de crise esta sendo enfrentada na Europa. O argumento central é que a crise europeia tem motivações mais profundas e estas podem ser mais bem interpretadas por duas linhas de pensamento. Este artigo será dividido em três segmentos: na primeira parte será feito um panorama da corrente situação e sua adaptação no contexto histórico; na segunda parte, o corrente cenário será analisado e será demonstrado a crise de liderança política; por fim, serão feitas sugestões para auxiliar a emergência da Europa desta crise.

Palavras-chave: Europa, Crise, União Europeia

Abstract:

This study aims to understand the kind of crisis is being faced in Europe. The central argument is that the European crisis has deeper motivations and these can be better interpreted by two lines of thought. This article will be divided into three segments: the first part will be an overview of the current situation and its adaptation in historical context; in the second part, the current scenario will be analyzed and demonstrated the crisis of political leadership; Finally, suggestions to assist the emergence of the crisis in Europe will be made.

Key words: Europe, Crisis, European Union

¹ Possui Graduação (BA) em Política - The University of Liverpool (1998), Mestrado (MA) em Política da União Européia - The University of Liverpool (1999) e Doutorado (PhD) em Relações Internacionais - The University of Liverpool (2010). Atualmente é Professor de Relações Internacionais na Universidade de São Paulo (USP)

As Cini and Borrigan (2013, 367) have argued, that the European Union is passing through a severe crisis, especially in the economic sphere, is beyond doubt and it is not the intention of this article to challenge this assumption. Rather, the intention of the present work is to look into the question of what type of crisis is being confronted and, based on this discussion, make suggestion about possible actions to be taken.

The argument to be advanced in this work will be that the crisis that one is currently seeing in Europe is much more profound than is often portrayed in two ways: First, the problems besetting the EU are the consequences of a much deeper crisis which afflicts all European countries, irrespective of their position within or towards the EU, and which has taken on global dimensions, showing itself also in countries like the United States or Brazil. This crisis is, secondly, a political crisis rather than merely an economic one. In basic terms, there is, both at international, as well as at national level, a severe crisis of leadership. Political leaders, it will be shown, are not simply incapable of solving the problems they are confronting, they are not even capable of properly defining these problems, stuck, as they are, in outdated models of thinking which make the current crisis worse, not better.

The article will proceed in three steps.

First, a panorama of the current situation will be sketched and put into a historical context. Second, the current scenario will be analyzed and reframed so as to clearly show the crisis of leadership mentioned above. This will be shown by looking in a little more detail at the expression of this crisis in Germany and the United Kingdom, two countries with very contrasting attitudes towards the EU, but who share several elements of the crisis of leadership. Having done so, suggestions for action will be made in order to allow Europe to emerge from its current crisis. Areas of further research will also be identified.

The context: Europe during the last 10 years: Expanding and declining at the same time

It seems hard to believe today, but 10 years ago the economy of the European Union grew by 2.6%, according to Eurostat figures. Even more astonishingly, in 2004 Greece's economy grew by 4.4%, following on from 5.9% in 2003. At the same time, the EU was close to completing perhaps its most complicated – and important – enlargement process, with the addition of 10 new member states at the beginning of 2004 – 8 of which were former Communist states from Eastern Europe. These were to be followed by Bulgaria and Romania in 2007 and recently Croatia, making the EU an organization of 28 member states which stretched the length and breadth of the continent, creating not only the largest single economic market of its

type in the world but also proving beyond any reasonable doubt the enduring popularity of the EU as a symbol of economic prosperity and political stability, a fact recognized by the Committee which awarded the EU the Nobel Peace Prize in 2012, ironically at the height of the current EU crisis, as Lehmann (2012, 24) has pointed out. In short, the future seemed bright. The contrast to today could hardly be greater. Currently, the very same Greece which was growing at between 4 and 5% a year 10 years ago is in its sixth consecutive year of recession. Unemployment in some of Europe's biggest and economically most-important countries, such as Spain, is above 25%. In Greece youth unemployment stands at above 50%. Between 2007 and 2010, property prices in Ireland dropped 35%.

Bearing these numbers in mind, it seems hardly surprising that much of the literature about the EU crisis, such as Lane (2012), focuses its attention on what has commonly been termed the 'European sovereign debt crisis.' Within this context, commentators have addressed themselves to a number of points. Michaelakas (2012), for instance, analyzed the specific causes of the Greek crisis. Böll et al. (2012) looked at the history and future of the European Single Currency whilst Copsey and Haughton (2012), amongst others, analyzed the consequences for the European integration process in political terms. Finally, some, such as Krugman

(2012) talked about the economic consequences for the global economy.

Bearing in mind the severity of the economic crisis – as illustrated by the numbers above – it is not the intention here to downplay the importance of these analyses. These debates are clearly relevant and important in the context of today's economic and political scenario. However, what will be argued now is that these debates are not sufficient and will not lead to new and innovative policies if they do not go deeper and take into account the complex nature of the problems encountered, problems that go far beyond the European Union or the European economy. What will be shown now is that the problems the EU is confronting are, in many ways, the logical consequences of deep political problems that are also present in its member states (and, indeed, in many other countries across the world). Without addressing these problems, it seems to me, it would almost be impossible for the EU to resolve its own crisis.

The 'other' European crisis

The political crisis of the EU has been recognized by several authors. Perhaps Bittner (2010) summed it up best when he argued that the EU 'does small things too big and big things too small.' In other words, the EU is incapable of taking the big strategic decisions necessary to move the organization forward. In fact, the current 'debt crisis can be traced back to the glaring failure of creating a robust system of checks and

balances for the management of the single currency during the negotiations leading to the Maastricht Treaty and since, as Böll et al. (2012) have shown vividly. Instead, it focusses on small items, such as recently on the botanical name of tomatoes, which are seen by many as ‘interfering’ in the lives of ordinary citizens, leading to a potentially catastrophic loss of political legitimacy amongst Europeans, a fact amply illustrated by the EU’s own polling.

Yet, it would be wrong to simply blame the EU and/or its often cumbersome decision-making processes and political procedures for this loss of legitimacy. Rather, what is happening at EU level merely reflects what one might call the ‘crisis of politics’ which is afflicting many of the EU’s member states.

This ‘crisis of politics’ can be illustrated in many ways: In Italy, for instance, the ‘5-star movement’, led by a well-known TV comedian, received 25% of the votes in the 2013 elections. The movement’s only programmatic points seems to have been that it hated all members, in fact all parts, of the current political establishment. In the words of Foot (2012), the program was ‘almost entirely negative’. In Greece, the fascist ‘Golden Dawn’ party achieved 7% in the last general elections, some of its leaders have been implicated in apparently politically motivated murders, whilst two of its own members were recently killed outside the party’s offices. In the United Kingdom, the membership of the

traditional political parties has collapsed dramatically, as McGuinness (2012) demonstrates in a report to the very parliament where these parties are supposed to represent their voters.

What all this indicates, then, is a deep disconnect between politicians and those who they claim to – and ought to – represent. Critically, this disconnect and distrust is not the result of the economic crisis but has merely been accelerated by it, just like the unpopularity of the European Union amongst Europeans has been accelerated – but not been caused – by the economic crisis, as Serricchio et al (2013) have amply demonstrated. There is, hence, no linear causality between crisis and political unpopularity. Rather, deeper forces seem to be at work that are ‘hollowing out’ the political process and the space within which it occurs.

One can illustrate this point more clearly by looking at two countries a little more closely: Germany and the United Kingdom.

At first glance, Germany would seem to be an odd example to start discussing the European political crisis since the country’s economy is still going (relatively) strong. but even in relative strength, Germany shows considerable weakness. It is striking, for example, that after 8 years as chancellor, there are still debates as to why Angela Merkel wanted to be chancellor and what her chancellorship is for. Just like her political Godfather, Helmut Kohl, Merkel’s key domestic priority seems to be to ‘keep things going

as they are' whilst, unlike Kohl, she seems to have no vision about why the European Union should still exist other than to impose austerity on 'thrifty' states and facilitate trade. There certainly seems to be no overarching 'vision' about what 'Europe' is for, as Nye (2011) pointed out, though, to be fair, he also clearly articulated the difficulties in developing such a vision. In the EU's case, the key objective is to 'solve' the current crisis, with the 'vision-thing' left for afterwards. In fact, in terms of foreign policy, Germany has continuously been criticized over the years for not adjusting to its new-found strength and power post-reunification, other than to throw that power about to impose austerity on other countries. Unlike Kohl, Merkel does not seem to see the EU as a club in which 'solidarity' is a key trait, as Schmitter (2012) has argued.

With the probable formation of a grand coalition between the Christian Democrats and the Social Democrats as a result of the general election held in September there will continue to be very little debate about ideas, very little thinking about possible scenarios in case things worsen either in Europe or domestically, very little opportunity for a minimal opposition (made up of the Green Party and the Democratic Socialists) to hold government to account, to instigate debates and - in general terms - to probe and test government policy. In other words, there will be a continuation of the status quo and very

little uncertainty, something so important for creative change. Big, strategic questions - about Germany's role in the world, her vision for Europe and her adjustment to a possible solo leadership role within the EU or indeed her position on the balance between liberty and control in view of the recent US spying allegation - may well remain unanswered.

Having said that, Germany's position appears enviable compared to that of, for instance, the United Kingdom. The thesis of British decline is not new; in fact, it has been around for literally decades, as Turner (2010) has shown. However, it could be argued that this thesis should not just apply to Britain's role in the world (what is Britain for is a question which does not seem to have a coherent answer), but also to its domestic situation.

The country has some of the most expensive public services in the world without those services having the quality to match the price being charged for them. Nowhere is this clearer than in relation to the rail network which is amongst the most expensive in the world but which has no high-speed network to speak of and where many lines are still operated by old and decrepit diesel trains. In fact, there was a certain irony in the government announcing a couple of years ago that one of the key infrastructure investments of the coming years would be the electrification of the railway line between

Derby and Sheffield, two old powerhouses of the industrial revolution barely 50km apart.

Just like on the railways, the UK's torturous relationship with the European Union continues without a resolution in sight even if there was a definitive referendum on continued membership in 2015, as promised by Prime Minister David Cameron. If the referendum occurred and resulted in the UK's exit from the block it would still not answer the question of what then, bearing in mind the close political relationship between the UK and many other EU member states, as well the vital economic importance of the European Single Market to the British economy, as Huhne (2013), no less than a former government minister, has pointed out. In other words, there seems to be very little in terms of a positive agenda as to what the UK stands for, very similar to the German case outlined above.

This does not even begin to touch on the seeming inability of successive British governments to resolve other key strategic questions. For instance, the UK has been unable to 'rebalance' its economy, being excessively dependent on the service sector which accounts for roughly three quarters of the economy, according to the Office for National Statistics (ONS). This imbalance in terms of what it does is compounded by an imbalance of where – geographically – economic activity takes place, with the South East – and London in particular – totally dominating the rest of the country, with severe consequences, for

instance, for the British housing market, where the north-south divide is ever widening, as Reuters (2013) only recently re-confirmed. Yet, despite long-lasting and stable governments (18 years of Conservative rule were followed in 1997 by 13 years of Labour rule), none of them have been able to address these strategic challenges.

Taken together, then, these cases show that individual countries in Europe suffer from similar problems to those of the European Union: an inability to address strategically important questions in order to prepare for the future. As such, one can now bring these issues back together.

Europe and the EU: a crisis of leadership and strategic thinking

Taking into account the crisis of strategic leadership in some key European countries and the collapse of legitimacy of some political systems both outlined above, it should be no surprise that the European Union is suffering from a similar crisis, bearing in mind the crucial role the member-states have in determining and executing the political agenda of the organization, as Nugent (2010) has shown in one of the most comprehensive textbooks on the EU.

In some ways, such a crisis is the price of success. Europe, and Western Europe in particular, has been extraordinarily successful in creating both stability and prosperity over the last several decades. It successfully withstood the Cold War and successfully integrated its former Cold War adversaries into the 'Western' block.

This, if one pauses to think of it, is an extraordinary achievement. Yet, it brings with it challenges which have not been particularly well managed, chiefly the need to adapt to changing circumstances and to always renew oneself in light of these new circumstances. Post-Cold War, post-incorporation of the former Communist states and (eventually) post-economic crisis what is the role of the EU and what is the role of its member states? Looking back, historically speaking, what Europe has passed through over the last 60 years or so is ahistorical, but it seems to be seen by many of Europe's leaders as normal. As such, the economic crisis has come as a shock for which no one was prepared. There seems to have been no 'forward reasoning', as Bernstein et al. (2000) have called it, no 'scenario thinking' in case things go wrong and, in the absence of an overarching vision, no chance, therefore, to keep some kind of project on course in spite of the crisis. As a result, Europe's political leaders are constantly re-acting to shocks, the political agenda is being shaped for them and they are in constant crisis mode.

Crucially, therefore, a debate needs to be initiated about what kind of Europe one wants to create, what it is for. This debate needs to happen now and not wait until the economic crisis has been 'resolved' since, without, an overall objective there is really no incentive to solve the crisis within a European/EU setting.

In even broader terms, there needs to be an urgent debate about the role of the state and the relationship it should have with its citizens. In other words, there needs to be a debate about how the state and those who represent it can recover or renew legitimacy. Such a debate needs to be continuous. There are no definitive 'end-points' to the evolution of states or the European Union. Rather, there is a constant process of adaptation and renewal, based on always questioning what one is doing and on learning from experiences. European leaders desperately need to adapt a posture of inquiry rather than thinking that they know what works in any circumstance and imposing this 'what works' across time and space.

In short, the EU and Europe's political leaders have to re-define their role and become more humble which may well have the added side-effect of recovering some of the legitimacy lost with their populations over the last few years. In this undertaking, there is no time to lose.

References

- BERNSTEIN, Steve et al. 2000, 'God Gave Physics the Easy Problems: Adapting Social Science to an Unpredictable World', *European Journal of International Relations*, V. 6, No. 1, pp. 43-76
- BITTNER, Jochen. 2010. *So nicht, Europa. Die drei grossen Fehler der EU*. München: DTV Premium.
- BÖLL, Sven et al. 2012. 'Operation Self-Deceit: New documents shine light on Euro birth-defects', *Spiegel Online*. Hamburgo. Disponível em:

<http://www.spiegel.de/international/europe/euro-struggles-can-be-traced-to-origins-of-common-currency-a-831842.html>, accessed on 22nd July 2013.

CINI, Michelle & N. P. Borroán, 2013. *European Union Politics* (4th edition). Oxford: Oxford University Press.

COPSEY, Nathalie & Houghton, Tim, 2012. Desperate, but not serious: The EU in 2011. *Journal of Common Market Studies*. Londres, V. 50, Annual Review, pp. 1-5

FOOT, John. 2012. 'Beppe Grillo: a comedian to be taken seriously', *The Guardian*, 30th October 2012, article available on

<http://www.theguardian.com/commentisfree/2012/oct/30/beppe-grillo-comedian-italy-five-star>, accessed on 9th November 2013.

HUHNÉ, Chris. 2013. 'The Tories' psychosis over Europe is leading them to disaster', *The Observer*, 10th November 2013, available via <http://www.theguardian.com/commentisfree/2013/nov/10/cameron-tories-pursuing-disaster-europe>, accessed 10th November 2013.

KRUGMAN, Paul. 2012. *End this depression now*. Londres: W. W. Norton & Company

Lane, Philip R. 2012. *The European Sovereign Debt Crisis*. *Journal of Economic Perspectives*, Nashville, V. 26, No. 3, pp. 49-68.

LEHMANN, Kai, 2012. 'Mérito Obscurecido', *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, V. 50, No. 299, p. 24.

McGuinness, Fergal. 2012. 'Membership of UK Political Parties', House of Commons Standard Note SN/SG/5125, London: House of Commons Library.

MIHALAKAS, Nasos, 2012. 'The Real Causes of the Greek Sovereign Debt Crisis', *Diplomatic Courier*, 1st March 2012

NUGENT, Neill. 2010. *The Government and Politics of the European Union* (7a ed). Basingstoke. Palgrave Macmillan.

NYE, Joseph. 2011. 'Angela Merkel's vision thing', Project Syndicate, available on [http://www.project-](http://www.project-syndicate.org/commentary/angela-merkel-s-vision-thing)

[syndicate.org/commentary/angela-merkel-s-vision-thing](http://www.project-syndicate.org/commentary/angela-merkel-s-vision-thing), accessed on 11th November 2013.

REUTERS, 'UK house prices rise at fastest rate in 11 years', article accessed via <http://uk.reuters.com/article/2013/10/07/uk-house-prices-idUKBRE9960YL20131007>, accessed on 11th November 2013.

SCHMITTER, Philippe. 2012. 'European Disintegration? A Way Forward'. *Journal of Democracy*. Washington, D.C. V. 23, No. 4, pp. 39-48.

SERRICCHIO, Fabio et al. 2013. Euroscepticism and the global financial crisis. *Journal of Common Market Studies*. Londres. V. 51, No. 1, pp. 51-64

Turner, Michael J. 2010. *Britain and the World – Ever Decreasing Circles*. London: Continuum.

Recebido em: 27 de dezembro.

Aceito em: 25 de fevereiro.



Narrativas alternativas sobre o conflito somali: descontinuidades e especificidades históricas¹

Marta Moreno² • Maio de 2014

Resumo:

Este artigo tem como objetivo central o combate ao discurso hegemônico ocidental, devido ao seu determinismo histórico, sobre a Somália. O trabalho busca, desta forma, demonstrar como os interesses políticos subjazem a compreensão ocidental da Somália e como este não é fixo. Outra finalidade da pesquisa seria desvendar as características do conflito somali levando em consideração as influências externas.

Palavras-chave: Somália, Pós Colonialismo, Conflito

Abstract:

This article has as its central objective to oppose the Western hegemonic discourse, due to its historical determinism, on Somalia. The article seeks, then, to understand how political interests underlie the Western understanding of Somalia and as this is not fixed. Another purpose of the survey would reveal the characteristics of the Somali conflict taking into account external influences.

Key words: Somalia, Post Colonialism, Conflito

¹ O projeto que deu origem a este artigo conta com financiamento Faperj (Edital FAPERJ Nº 14/2013 - Programa Apoio a Projetos de Pesquisa na Área de Humanidades – 2013)

² Doutorado em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2011) com bolsa sanduíche da CAPES na Universidade de St. Andrews, Escócia (2010). Possui mestrado em Relações Internacionais pelo IRI- PUC-Rio (1996). Professora Assistente I, dedicação exclusiva, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O conflito da Somália, iniciado em 1991 com a queda do ditador Siad Barre, foi interpretado pelo discurso dominante como um conflito pré-moderno e congelado no tempo, já que derivado da organização clânica e primitiva da sua sociedade³. Walter Rodney nos mostra que tal representação do conflito somali se estende para as demais sociedades africanas que, em geral, são entendidas como inerentemente conflituosas em razão do tribalismo prevalecente, de forma supostamente inalterada, desde os tempos coloniais. De acordo com tal narrativa, cada tribo nutre uma hostilidade fundamental e ancestral em relação às demais e esse primitivismo arraigado obstaculiza quaisquer tentativas ocidentais de construir nações na África (apud Lauderdale, Toggia, 1999:157). Argumenta-se, neste artigo, que o determinismo histórico que informa essa visão sobre os conflitos africanos do pós-Guerra Fria é etnograficamente duvidoso, pois ao ressaltar as continuidades de tais conflitos, negligencia o impacto dos principais eventos dos séculos XIX e XX, tais como o colonialismo, sobre os mesmos.

Catherine Besteman (1996) e Virginia Luling (1997) nos ajudam a colocar em xeque a ideia de que a identidade somali permaneceu inalterada a despeito da presença dos colonizadores (italianos e ingleses) na Somália. As autoras

contestam a visão, amplamente veiculada na mídia ocidental, de que o conflito entre clãs somalis, ocorrido logo após a queda do ditador Barre, teria resultado, exclusivamente, de dinâmicas internas da Somália. O objetivo do artigo, contudo, não é o de estabelecer uma “estória correta” a partir das visões de Besteman e de Luling, mas, sim, de tornar ambíguos os discursos dominantes, demonstrando, assim, a natureza inerentemente política dos mesmos (Campbell, apud Milliken, 1999). Ao lançar luz às interpretações destas autoras, o artigo pretende revelar o caráter instável e contingente do discurso dominante (Milliken, 1999). Desse modo, objetiva-se trazer à tona discursos silenciados sobre o conflito somali que ao levarem em conta o impacto dos processos e agentes internacionais sobre a Somália, enfatizam suas descontinuidades em relação ao período pré-colonial e, ao fazê-lo, destoam do discurso dominante.

O Sistema Clânico: de inimigo à aliado da nova Somália

A independência do Estado somali em 1960 foi bem recebida pelas principais potências mundiais, incluindo os Estados Unidos e a União Soviética (ver S/PV.871). Nas palavras do representante norte-americano Mr. Wilcox:

The United States of America is pleased to support the admission of the Republic of Somalia to membership in the United Nations. It is a thrilling thing to witness the birth of a new State (ver S/PV.871:88).

³ Uma análise destes discursos foi feita no artigo: “A Herança colonial das ‘novas’ operações de paz da ONU”, *Ética e Filosofia Política*, v 2, 2011.

Já o representante soviético, Mr. Sobolev saudou a “libertação” do povo somali com as seguintes palavras:

In accordance with its policy of supporting peoples waging a struggle for the complete abolition of the shameful colonialist system, the Soviet Union on 1 July 1960 solemnly declared that it recognized Somalia as an independent and sovereign State and that it was prepared to establish diplomatic relations with the new State (S/PV.871:par. 98).

Contando, portanto, com o beneplácito das grandes potências de então, a Somália sob a tutela italiana se uniu no dia 01 de julho de 1960 à vizinha Somalilândia, antigo protetorado britânico, independente quatro dias antes, formando a “República da Somália”. Depois de uma experiência parlamentarista que durou 8 anos, um golpe militar em 1969 levou ao poder o general Siad Barre quem governou a Somália pelos 22 anos subsequentes até ser deposto em janeiro de 1991.

Conforme observa Ahmed Mah (1999): “Somalia, as a newly independent state, came to a world space which had already been textually mediated. In that discursive space, what defined Somalia was not what it was, but what it lacked” (Mah, 1999:36). Assim, ao mesmo tempo em que a Somália conquistava a sua independência e passava a integrar o sistema de Estados soberanos, ela era automaticamente posicionada num estágio bastante atrasado vis-à-vis a parte “desenvolvida” desse sistema. No marco do discurso da modernização em voga no pós-Segunda Guerra,

portanto, a Somália passava a ser produzida como “atrasada” e como um dos países mais pobres do mundo e, em razão disso, como uma das principais receptoras de ajuda externa, que, até 1969, provinha tanto dos blocos ocidental como oriental (Mah, 1999). A enorme lacuna produzida entre a Somália “subdesenvolvida” e o mundo “desenvolvido” fez com que a modernização somali conduzida pela elite pós-colonial tivesse de ser radicalmente buscada, ou seja, por meio de uma transformação total das condições econômicas, políticas e sociais somalis.

Por consequência, a nova elite governante, que assumiu o poder em 1960, passou a rejeitar o sistema clânico somali (ver Luling, 2006). Todavia, no momento da ascensão de Barre e da sua declaração, em 1970, de que, a partir de então, a Somália seria um “país socialista moderno” (Issa-Salwe, 1996:80), o clanismo continuava vivo o suficiente a ponto de precisar ser simbolicamente sepultado por meio de funerais públicos (Luling, 2006; Lewis, 2002). Como nos mostra Ian Lewis (2002), a campanha nacional contra o tribalismo culminou com demonstrações públicas no final de 1970 e no começo de 1971 nas quais esfinges representando o tribalismo, a corrupção, o despotismo e o mau governo foram simbolicamente queimadas e enterradas nos principais centros da República. Além disso, informado pela ideia de que a divisão clânica ameaçava a solidariedade nacional, o Estado proibiu qualquer referência pública aos temas

clânicos; banindo, desse modo, o clanismo do vocabulário político (Luling 2006; Lewis, 2002; Issa-Salwe, 1996). Nesse sentido, por exemplo, a palavra “jaale” (camarada) substituiu os termos usuais “ina adeer” (primo) e “adeer” (tio) (Issa-Salwe, 1996:79).

Barre se referiu às clivagens clânicas da seguinte forma: “I believe that tribalism was the stumbling block to Somalia’s progress. It was the cancerous virus that had been slowly rooting away every fibres (sic) of society. It was our number one enemy” (apud Hashim, 1997:81, grifo meu). A ideia de um inimigo interno à nação, o tribalismo, que tinha que ser combatido a todo custo, por sua vez, ajudava a produzir a Somália como uma nova nação, não mais letárgica e ligada ao passado, mas dinâmica e progressiva. O culto à nação, como nos mostra Lewis (2002), foi criado em torno do chefe de Estado, o general Barre, representado pela nova hagiografia oficial como um “Líder Vitorioso” que perseguia sem temor e com perseverança os inimigos da nação e que ao fazê-lo contribuía para a prosperidade e o progresso da mesma.

De acordo com Barre, o tribalismo deveria ser erradicado em favor do nacionalismo (Issa-Salwe, 1996). Os valores socialistas, por sua vez, eram produzidos como geradores de unidade em oposição ao tribalismo, gerador de cisão e desunião. Conforme colocado de modo sucinto pelo slogan oficial, o tribalismo: “divides [where] Socialism unites” (Lewis, 2002:209). Se os pri-

meiros nacionalistas somalis, tanto religiosos como seculares, apelavam para o conceito, assentado na noção de parentesco, de “irmandade” entre os somalis, o qual uniria os diferentes clãs e linhagens, no curso do socialismo somali, esse conceito foi substituído pelo de “amizade”, o qual apelava para a cooperação e unidade somalis com base numa identidade nacionalista indiferenciada que anulava por completo as divisões clânicas tradicionais (ver Lewis, 2002:210). Nesse sentido, o novo regime valorizava o cidadão livre de quaisquer vínculos atávicos de parentesco. Talvez, o melhor símbolo desse novo cidadão fossem as “Flores da Revolução”, como eram oficialmente designadas as crianças, quase sempre órfãs, que recolhidas das ruas de Mogadíscio e de outras cidades eram conduzidas aos “Centros da Juventude Revolucionária” onde recebiam comida, roupas, educação e treinamento sobre tarefas relativas à construção da nação (Lewis, 2002).

O socialismo científico somali, contudo, chegou ao fim em 1977, quando a União Soviética se aliou à Etiópia no episódio da invasão somali do deserto de Ogaden (Besteman, 1999). A partir de então a Somália voltou sua atenção para os Estados Unidos, quem, interessados em frustrar a influência soviética no Golfo Pérsico, passaram a assumir na década de 80 o papel de provedores de armas e capital para a Somália; substituindo, desse modo, o papel até então desempenhado pela União Soviética (Launderdale; Toggia, 1999).

Besteman (1996, 1999) argumenta que a atmosfera de culpa, recriminação e instabilidade política que se segue à guerra pela região de Ogaden combinada ao grande influxo de fundo e tecnologia militar externos teve efeitos dramáticos sobre a prática governante de Barre. Temendo perder o poder, após a derrota na Guerra do Ogaden, Barre não só tratou de silenciar brutalmente seus oponentes como também passou a confiar crescentemente no apoio das suas próprias redes familiares, particularmente do seu pai, mãe, genro; todos afiliados a diferentes clãs (Besteman, 1996). Tal apoio, por sua vez, foi garantido por meio da distribuição de recursos, capital e oportunidades controlados pelo Estado e disponíveis em função da aliança com os Estados Unidos, por meio da qual, Barre passou a receber quantidades massivas de ajuda sob a forma de programas de desenvolvimento (Besteman, 1996).

Na medida em que a distribuição de punições e recompensas por parte do governo Barre passou a se organizar crescentemente em termos clânicos, cresceu a consciência pública acerca da base clânica do governo, ainda que Barre houvesse proscrito o uso de qualquer terminologia referente ao sistema de clãs no marco do Estado nacional somali (Besteman, 1996). Nesse sentido, durante a era barreana, uma nova elite urbana, que ganha proeminência nos anos 80, passa a competir pelo uso dos recursos nacionais estimulando uma crescente ênfase em no-

vos tipos de alianças clânicas na arena nacional (Besteman, 1996).

Fica claro, portanto, que as disputas clânicas que se estabeleceram na arena nacional na década de 80 não eram da mesma natureza daquelas presentes nos tempos pré-coloniais, já que agora os vínculos clânicos eram mobilizados pelas elites nacionais e grupos de oposição na sua luta pelo controle dos recursos públicos. A liderança clânica tradicionalmente assumida por aldeões anciões se viu, portanto, desfigurada passando a ser conduzida pelas novas elites militares e burocráticas do Estado (ver Lauderdale e Toggia, 1999).

As disputas acima mencionadas não podem ser entendidas como resultantes de hostilidades clânicas profundas e naturais, mas, sim, como colocado por Besteman (1996), como padrões particulares de lutas pelo controle dos recursos do Estado. Tais disputas são, portanto, historicamente específicas e, por isso, não podem ser captadas à parte das transformações sociais resultantes da introdução de um Estado nacional centralizado exógeno às experiências dos somalis.

A sociedade somali, segundo Abdi Kusow (2004), foi representada pela narrativa do Estado pós-colonial como essencialmente homogênea e fundamentalmente igualitária. Essa narrativa de reforço do mito nacional autorizou uma série de práticas violentas voltadas para a erradicação das divisões clânicas e do dissenso no seio da sociedade somali durante o governo Barre a

fim de que a diferença, pejorativamente concebida, fosse eliminada ou convertida em identidade. Segundo Kusow (2004), prevalecia entre as elites nacionais somalis a ideia de que ao se reconhecer a existência de múltiplas vozes na sociedade, a nação iria colapsar. E, assim, o discurso ocidental do Estado-nação, exógeno à realidade somali, mas articulado pelos líderes somalis desde a independência do país em 1960, participou da ocultação de grupos que, conforme nos mostra Michael Shapiro (2009) existem fora das fronteiras da sociedade ou, como ele coloca, existem “fora da gramática” dos discursos principais do Estado-nação. Para Shapiro (2009:232), a aceitação de tais discursos hegemônicos ou o foco neste alinhamento nacional tende a deixar muitos sujeitos políticos nas sombras ou a “render invisible those people who have not been clearly welcome into the nation”. A ideia de uma sociedade coerente e consensual subjacente à narrativa do contrato social entre governantes e governados permanece, segundo Shapiro (2009), como um alibi legitimador para a exclusão de grupos minoritários. A estória totalizante da modernidade política, dominante entre as abordagens acadêmicas, que nos apresenta a narrativa de um Estado nacional não problemático - representado por um contrato social baseado em escolhas relativamente livres por parte dos governados -, não dá conta, segundo Shapiro (2009), de explicar a inserção coercitiva (e, portanto, não voluntária) de corpos nesse espaço nacional.

Um dos grupos ao longo do tempo removido das fronteiras da sociedade somali foram os povos Gosha, depreciados em razão da sua aparência física supostamente africana e do modo de vida “primitivo” e “não civilizado” nas florestas do sul do país (ver Kusow, 2004). A experiência dos povos Gosha, um povo sem qualificação política reconhecida ou nas margens da sociedade somali, desafiava o imaginário político do Estado-nação, coerente e unitário, revelando a ilusão desse constructo.

Os povos Gosha foram incorporados politicamente à nova nação somali, mas, como bem colocado por Besteman (1999), as proclamações de homogeneidade por parte desse novo Estado produziram, elas mesmas, heterogeneidade. Na medida em que os Gosha foram produzidos desde a colonização como um grupo étnico racializado, o vale do rio Juba permaneceu como um lugar de “Outros” subjugados no marco do Estado-nação somali (Besteman, 1999). Ainda que as hierarquias de status (pastores eram privilegiados vis-à-vis agricultores) e de descendência (africanos, descendentes de escravos, do sul eram depreciados vis-à-vis os árabes-somalis do Norte) estivessem presentes na sociedade somali antes da chegada dos primeiros colonizadores, para Besteman (1999), a intrusão colonial e a imposição de rótulos classificatórios baseados em categorias raciais eurocêtricas amplificaram e refinaram as construções locais de identidade no sul da Somália. Nesse sentido, Besteman (1999) não argu-

menta de modo algum que as autoridades coloniais italianas criaram uma etnicidade separada para os povos Gosha e, nesse sentido, podemos argumentar que não é seu intuito romantizar o passado somali. Todavia, a autora nos mostra que as ações coloniais tiveram sim um impacto amplificador sobre tais identidades: “their policies, actions, and descriptions nurtured the perception of ‘Gosha’ and ‘Somali’ as highly distinct and unequal social groups” (Besteman, 1999:121-2). Segundo a autora, as categorias raciais coloniais reforçaram as construções étnicas locais pré-existentes. As diferenças já existentes foram, portanto, ressignificadas a partir da gramática racial europeia. As administrações coloniais, como nos indica Besteman (1999), sustentaram a percepção dos somalis como superiores ao constructo europeu dos “africanos negros” e o espaço onde tais povos residiam, o Vale do Juba, foi racializado. Isto é, as distinções raciais se tornaram territorializadas e, desse modo, o discurso colonial passou a descrever o Vale do Juba ou a “Goshland” como um território ocupado por um grupo distinto de “raças inferiores” (Besteman, 1999).

Por conseguinte, as políticas de reforço da identidade nacional somali e de busca pela convergência entre o Estado e a nação por parte do governo Barre tiveram o efeito nefasto de tornar esses “Outros” internos, invisíveis no marco da sociedade somali. Por meio desse discurso nacionalista, portanto, os Gosha foram

privados de qualquer voz e representação política como minoria (Besteman, 1999). De fato, segundo Lee Cassanelli (1997), uma das características singulares do caso da Somália é que aqueles grupos que tradicionalmente ocuparam os distritos agrícolas mais férteis e ricos gozaram de um papel marginal na política nacional durante o século XX.

As discontinuidades do conflito somali

Para Besteman, os chamados “senhores da guerra” que, de fato, roubavam comida e incitavam a violência na Somália pós-Barre, não faziam parte das antigas rivalidades somalis tal como assumido pelo discurso dominante. Esses novos atores pertenciam a uma nova elite urbana que durante a administração Barre passou a lutar por enriquecimento pessoal através do acesso ao poder do Estado e, para alcançar tal fim, empregou uma retórica clânica⁴. Dessa forma, embora a maioria das lutas entre “senhores da guerra” na Somália pós-Barre tenha ocorrido entre clãs, tal identificação clânica não era algo natural, mas,

⁴ Essa mobilização política da identidade foi identificada por Mary Kaldor (1999) nas chamadas “novas guerras”. Para ela, a política da identidade é o meio pelo qual as elites políticas reproduzem o seu poder. O termo “*policy of identity*” utilizado por Kaldor designa os movimentos que se mobilizam em torno das identidades étnicas, religiosas e raciais com o objetivo de clamar pelo controle do Estado. Essas identidades ainda que baseadas em fissuras pré-existentes de tribo, nação e religião, em geral, usam memórias e experiências de injustiças passadas com o objetivo de mobilização política. Ver: Mary Kaldor, *New and Old Wars-Organized Violence in a Global Era*, Stanford University Press, 1999.

antes, fruto de uma mobilização levada a cabo por diversas milícias nacionais que lutavam pelo controle do Estado. Logo, o conflito somali não teria derivado de hostilidades profundas e ancestrais, mas, sim, de padrões particulares de lutas pelo controle dos recursos do Estado estabelecidas nos anos 80, sendo, portanto, historicamente específicas.

Também adotando um argumento que enfatiza as transformações da sociedade somali através do tempo, Abdi Ismail Samatar defende que a natureza da competição entre clãs mudou com a introdução do Estado colonial. De acordo com Samatar (1992:634) “the leadership in the old tradition had no public resources that they could compete for and loot, and as such the nature of the allocations made under that regime was qualitatively at variance with the modern order”. Luling (1997:290) concorda com Samatar ao afirmar que:

Clans always had to compete for resources such as land, grazing and water, but now that control of all these resources and much more was vested in the state, competition between clans, which before had been only one aspect of their existence, became its permanent condition

Nesse sentido, para os autores supracitados, o problema que a Somália passou a enfrentar no pós-Guerra Fria não estava ligado ao modo de vida somali pré-colonial, mas, predominantemente, à introdução do Estado colonial e pós-colonial e à alteração que o Estado gerou nas práticas somalis. Desse modo, o problema

enfrentado pela Somália derivou, em parte, da imposição de elementos associados com a modernidade na sociedade somali e, não, como se alega usualmente, de elementos pré-modernos.

Além disso, como bem nos mostra Luling (2006), a proibição, sobretudo, nas escolas, de se referir abertamente aos clãs durante o governo Barre teve efeitos sobre as identidades somalis, diferentemente do que o discurso dominante sugere. A proibição do tribalismo somada à crescente mobilidade e mistura de pessoas de diferentes origens na capital da Somália, Mogadíscio, bem como em outras cidades, contribuíram para o surgimento de uma geração de jovens urbanos comprometidos, em grande parte, com a rejeição ao sistema clânico (Luling, 2006).

Uma estória de Ahmed Ismail Yusuf, chamada “A Delicate Hope” que começou a circular em Mogadíscio após o início da guerra civil nos oferece um exemplo bastante claro de tal rejeição (apud Luling, 2006:476-7). Aar e Arbaab, irmãos gêmeos, estudavam em Mogadíscio quando Barre foi deposto. Embora fossem hostis ao governo Barre, os irmãos eram membros da família clânica Darod de onde proveio a principal base de apoio a tal governo. Isso explica porque quando a cidade foi liberada por uma coalizão de outra base clânica, Hawiye, eles automaticamente passaram a correr perigo tendo em vista a perseguição indiscriminada que se instalou em Mogadíscio contra os Darod. Todavia, a mãe dos gêmeos, pertencia à família clânica

Isaaq que havia libertado o território do norte – hoje “Somalilândia” - do exército de Barre. Desse modo, foi elaborado um plano para que os gêmeos escapassem para o norte e se orientassem pelo seguinte conselho da mãe: “You have to know your maternal clan affiliation and my ancestor’s names to use them if need be, all by heart”. No entanto, o conselho da mãe para que os filhos decorassem o nome dos seus ancestrais, foi prontamente rejeitado por um deles que alegou:

Over and over you keep insisting that we have to know the names of a bunch of ancestors, who’ve been dead for centuries, mom, I know you’re from the Northern clans of Isaaq and I know my father is Daarood, also from the north, So, Mom, **I will never affiliate myself with either one if I can’t belong to both**⁵...If we are going to die anyhow...for an unjust tribal war, let us not sow a poison seed for generations to come by choosing one tribe over another.

Uma vez no norte, os gêmeos foram instruídos por soldados a saírem do carro e a se identificarem. Embora tendo conseguido citar os nomes dos clãs e dos subclãs aos quais pertenciam, eles não foram capazes de provar a afiliação Isaaq, recitando o “abtirsiinyo” (genealogia) e, conseqüentemente, foram considerados suspeitos de serem espiões do regime Barre e, por isso, executados. Quando o comandante sênior, irmão da mãe dos gêmeos - uma relação afetuosa e protetora para os somalis - chegou para checar seus subordinados, reconheceu imediatamente os

corpos e voltando as armas para os guardas e depois para si disse, antes de se matar: “My flesh and blood....they were my nephews, my nephew, my nephews...”.

No marco dessa narrativa somali, portanto, o sistema clânico nos é apresentado como algo amargo e assassino (Luling, 2006), reproduzindo, desse modo, os discursos dominantes sobre o conflito. Na estória, o ato de recitar o “abtirsiinyo”, ou seja, a lista de ancestrais mortos há séculos, parece carecer de sentido e a sua evocação como garantia de segurança se assemelha a uma espécie de fraude (Luling, 2006). Todavia, essa estória, nos oferece a possibilidade de vislumbrar outras narrativas de identidade que não aquela oferecida pelo discurso dominante, já que nos mostra que nem todos na sociedade somali se identificavam com o sistema clânico. Da mesma forma que a narrativa nacional, como vimos, silenciou acerca de identidades que colocavam em xeque o alinhamento nacional, o discurso dominante sobre o “Outro” somali no pós-Guerra Fria o construiu de uma forma deveras simplificada, silenciando experiências mais complexas informadas por imaginários não captados pela narrativa clânica.

Como nos mostra Besteman (1996), a caracterização da sociedade somali como “clânica” por parte do discurso dominante se baseou em tipologias evolucionárias familiares. Isto é, a representação da Somália como uma sociedade baseada exclusivamente num sistema

⁵ Grifo meu

de clãs reforçou o entendimento antropológico tradicional de formação do Estado e claramente indicou a direção para a qual ela deve se mover, a saber: das relações de parentesco para o contrato social (Besteman, 1996). Essas relações (de parentesco e do contrato social), por sua vez, nos foram apresentadas como distintas e irreconciliáveis e, desse modo, como temporalmente dissociadas. Por consequência, as tipologias evolucionárias, subjacentes aos discursos dominantes, localizaram tais categorias (clãs/Estados) como passos distintos de uma trajetória evolucionária de sociedade (ver Besteman, 1996). Refletindo essa visão evolucionária, Abdalla O. Mansur, por exemplo, argumenta:

The most serious problem in Somalia today is that our cultural traditions are not compatible with the constructs of a modern state. We Somalis are prisoners of a culture that we created in the past and which we refuse to re-examine. What is needed is to educate our people and exhort them to free themselves from the dependency of clanism, charity, and family parasitism. Only after creating this new culture will it be possible for us to reinvent ourselves and in the process to launch the construction of a new, viable state (Mansur, 1995:115-6).

A passagem de Mansur nos mostra com clareza a tentativa mítica de se separar, depois de séculos de colonialismo e pós-colonialismo, os elementos ditos “tradicionais” dos “modernos” da sociedade somali, apresentados como normativamente hierarquizados e irreconciliáveis.

Quando a linguagem evolucionária é usada, a imagem que vem a tona é a de uma

sociedade atrasada e rígida, baseada em práticas darwinianas de sobrevivência e desprovida de outras hierarquias concorrentes (Besteman, 1996). Poderíamos acrescentar que os clãs, por meio dessa narrativa, são representados como “mini-Estados”, na medida em que são entendidos, de modo análogo ao entendimento convencional sobre os Estados, como entidades unitárias, sem fissuras, face às quais os somalis devotariam sua obediência primeira e unívoca, sem que outras identidades competitivas lhe rivalizassem. Na estória “A Delicate Hope” acima apresentada, contudo, essa imagem é colocada em xeque, visto que os irmãos se sentem igualmente pertencentes a dois clãs diferentes, ao do pai e ao da mãe, e se recusam, portanto, a ter que devotar uma lealdade excludente.

Besteman (1996) nos oferece um entendimento da sociedade somali que traz a tona a flexibilidade e complexidade dessa sociedade, negligenciadas pelo discurso dominante, o qual torna o sistema clânico não só a essência da sociedade somali, mas também sua totalidade⁶. A antropóloga nos mostra que nem todos os cidadãos somalis no marco da prévia estrutura estatal eram membros de um clã, já que a sociedade somali continha grupos que existiam fora do sistema clânico, como o eram muitos moradores costeiros que reivindicavam descender dos pri-

⁶ Sobre a tendência de tratar o “Outro” como uma totalidade, ver: Appadurai, Arjun: “Putting Hierarchy in Its Place”, *Cultural Anthropology*, vol.3, n.1, Feb. 1988.

meiros colonizadores árabes e persas, assim como muitos dos moradores dos vales dos rios Juba e Shabelle.

Besteman também deixa claro que o pertencimento a um clã não constitui um atributo irrevogável adquirido a partir do nascimento, já que a mobilidade entre clãs não era apenas possível, como também bastante difundida no sul, onde os somalis costumavam comutar a afiliação a clãs, por proteção, casamento, direito à terra, trabalho ou, ainda, por razões políticas (Besteman, 1996). Ao apresentar o processo de afiliação a um clã como um processo relativamente simples, mostrando que em alguns clãs do sul existem inclusive mais membros adotados do que descendentes do fundador ancestral, a antropóloga coloca em xeque a visão prevalecente acerca do caráter permanente e estático do sistema de clãs. A flexibilidade do sistema clânico somali também é ressaltada por Luling (2006:474) quando diz: “Far from being something that sets one set of people permanently against a fixed ‘other’, it is a flexible scale by means of which alliances can be constantly reshuffled”.

Além disso, a ênfase da narrativa dominante na Somália clânica obscureceu outras identidades que atravessam o sistema de clãs. Vale recordar que os povos Gosha, descendentes de escravos da linhagem Bantu, adquiriram um status inferior no seio da sociedade somali devido a essa herança tida como “impura” (Besteman,

1996). Agravando tais discriminações, esses povos também foram construídos por meio do discurso colonial como racialmente distintos e inferiores (Besteman, 1996). Em função disso, os clãs do sul que obtiveram um grande número de Bantus acabaram sendo considerados de status inferior na arena nacional (Besteman, 1996). Ademais, uma parte substantiva da população do sul praticava a agricultura, considerada por muitos somalis como uma ocupação inferior. Assim, uma combinação de fatores, como as construções discursivas de linhagem, de raça e de ocupação, deixou muitos agricultores e agro-pastores do sul marginalizados no Estado pós-colonial, independente do fato de fazerem parte ou não de um clã (ver Besteman, 1996).

Em suma, segundo Besteman (1996), tais concepções acima apresentadas de raça, linhagem e status dotaram a identidade somali de maior complexidade do que o simples pressuposto de uma identificação exclusivamente clânica sugere. O retrato alternativo da sociedade somali esboçado pela antropóloga revela, por conseguinte, não só um grande fluxo e dinamismo na mesma, mas também a presença de uma variedade de identidades sociais que atravessam, minam, mudam e substituem as identidades clânicas.

Com isso, a autora buscou mostrar que a identidade que emerge como proeminente num dado momento é contextualmente específica e historicamente condicionada e, não, como nos sugere o discurso dominante, inalterável. Na

maior parte do século XX, por exemplo, o status derivado das construções sociais de raça e pureza apresentou um maior constrangimento para a agência individual do que o pertencimento a um clã que, no sul da Somália, podia ser facilmente alterado, oferecendo, portanto, maior potencial de mobilidade.

Sobre a especificidade histórica do conflito somali, Besteman (1996) no conta que no contexto pós-Barre, os clãs que depuseram o ditador reivindicaram como recompensa o controle sobre os mesmos tipos de recursos, a exemplo das terras, exigidos pelas elites urbanas na década de 80 (Besteman, 1996). E, assim, os ataques às vilas do sul do país, que resultaram na fome na região, seguiram o mesmo padrão de apropriação de recursos. E, desse modo, os sulus rurais, cuja maior parte não havia desempenhado qualquer papel no Estado de Barre e tampouco no seu desmantelamento se tornaram alvos das milícias de outras partes do país, muitos tendo que sobreviver, desde 1991, em campos de refugiados (Besteman, 1996). Esses habitantes do sul foram excluídos da política nacional com base na sua raça, linhagem e status, aspectos inapropriadamente capturados apenas pela rubrica clânica (Besteman, 1996).

Assim, para autora, as causas do conflito não foram, tais como os meios de comunicação expuseram exaustivamente, as rivalidades clânicas ancestrais, mas, sim: (i) os crescentes investimentos nas identidades clânicas por parte

do governo Barre na década de 80, (ii) a emergência de uma virulenta competição de classe num ambiente de influxos massivos de ajuda externa, e (iii) a crescente militarização do Chifre da África, internacionalmente apoiada.

A partir dos argumentos de Besteman, fica nítida a participação dos atores “externos” no conflito somali, lido, por esses mesmos atores, como um conflito de dimensões meramente domésticas e, portanto, face aos quais eles não tinham qualquer responsabilidade moral.

Por outro lado, a razão da retirada dos Estados Unidos e da ONU do conflito na Somália foi atribuída meramente às facções hostis internas que se recusavam a cooperar com os agentes internacionais, silenciando, desse modo, acerca dos equívocos da dita “comunidade internacional” em remediar o conflito. Argumenta-se aqui, diferentemente, que o discurso dominante foi cúmplice dos inúmeros equívocos cometidos pelos agentes internacionais na Somália.

Na medida em que o discurso da ONU concebeu o Estado centralizado como a única alternativa possível para reorganizar politicamente a vida somali, os esforços da Organização se concentraram na capital, em detrimento do campo, onde ocorreram os principais atos de violência e onde a fome se generalizou. Como colocou Ahmed Samatar (2002), os povos agrícolas do sul foram os que pagaram os maiores custos materiais e humanos derivados da guerra. No auge da fome e da destruição, as comunida-

des agrícolas dessa região morreram aos milhares com a cidade de Baidoa se transformando no epicentro da morte e, em função disso, ficando conhecida como a “city of the walking dead” (Samatar, 2002, Mukhtar, 1996).

Argumenta-se aqui que dois fatores fizeram com que a ONU marginalizasse a destruição em curso no sul agrícola do país, focando nas batalhas da capital e do porto de Mogadíscio. Em primeiro lugar: o fato dela se guiar pela norma de um Estado politicamente centralizado que teria de ser construído desde a capital. Em segundo lugar, a leitura do conflito como “clânico”, a qual não levou em consideração as discriminações de raça, linhagem e status que ao longo dos anos incidiram sobre os agricultores do sul e que culminaram, segundo Mohamed Mukhtar (1996), numa política genocida dirigida a esses agricultores no curso do conflito. Mukhtar (1996:551) cita um Sheik do sul, Eedin Alyow, quem teria dito sobre tais atos de violência:

The Hawithe and Darod had a master plan of extinguishing our people. For example, they started to take all our stored grain first, then they took all the animals that we kept. After several weeks, the villages were dead or still alive. When they realized that we were eating garas (an edible wild fruit) they started systematically to burn all the garas trees in the area. What could this mean?

Por outro lado, na medida em que o conflito somali foi lido primordialmente sob a rubrica clânica e o Estado centralizado passou a ser o ideal perseguido pela ONU no país, os líderes clânicos, altamente armados, foram privi-

legiados como interlocutores em detrimento de outras autoridades que apontavam para um exercício de poder mais descentralizado e local. Conforme colocado por um relatório da Human Rights Watch (1995):

M]any observers fail to note the importance of the UN's overwhelming emphasis on brokering deals between powerful military leaders, to the detriment of those in Somali society seeking reconstruction and reconciliations (...) We conclude (...) that a principal problem of the Somalia operation was that it was pursued firstly as an exercise in conflict resolution between powerful individuals without addressing the policies each pursued which led to Somalia's continuing devastation.

De um modo geral, o relatório acima mencionado critica o foco da ONU e dos Estados Unidos em poucas personalidades, primeiro tratadas como “colegas”, depois como “fora da lei” e finalmente, de novo, como negociadores legítimos em detrimento das autoridades locais.

Por outro lado, a já referida simplificação promovida pela leitura ocidental acerca da sociedade somali teve efeitos imprevistos, os quais acabaram por reproduzir e mesmo reforçar a dinâmica clânica. Para Foucault, a relação entre os objetivos declarados de um programa específico e os efeitos de poder que ele produz é de “não-correspondência”; o que significa que os discursos não criam automaticamente nas sociedades os efeitos exatos antecipados pelo seu conteúdo (ver Hendrie, 1997). É justamente por isso que, para ele, as relações de poder devem ser examinadas no nível da vida diária (ver Hendrie,

1997). Quando, com a ajuda de Luling (2006), tais relações são examinadas na vida diária é possível perceber que a ideia que informou os agentes internacionais, segundo a qual os somalis eram divididos exclusivamente em clãs, fez com que novos clãs fossem formados a partir de 1991 a fim de garantirem um lugar nas negociações políticas em curso. Esse foi justamente o caso dos Bantus, os quais passaram a asseverar uma identidade clânica comum, a “qowmiyad”, junto à ONU e aos Estados Unidos. Desse modo, ainda que o objetivo da ONU na Somália tenha sido o de criar um Estado centralizado que colocasse um fim às lealdades clânicas tradicionais, durante a sua operação, muitos grupos não identificados com tais lealdades se viram estimulados a entrar no “jogo clânico” a fim de terem suas vozes reconhecidas pelos agentes internacionais.

Conclusão

O artigo buscou desvelar as descontinuidades da sociedade somali, colocando em xeque, desse modo, o discurso que vem produzindo não apenas a Somália, mas inúmeros Estados africanos, como sujeitos a conflitos supostamente derivados da continuidade dos seus modos de organização social pré-modernos e tribais.

Entendemos que a sociedade somali só pode ser produzida como primitiva e os seus conflitos como imutáveis e endógenos se silenciarmos acerca de discursos alternativos –como é o caso dos discursos de Besteman e Luling – que abordam o impacto dos processos e atores glo-

bais sobre os mesmos. De fato, de acordo com Phillip Darby (2008), a violência que é comumente apresentada como tendo causas endógenas, não pode ser explicada adequadamente com referência às formações culturais locais ou ao fenômeno dos Estados “falidos”, mas suas raízes podem ser traçadas à conquista e governo coloniais que criaram novas divisões no marco das sociedades tradicionais e exacerbaram as velhas, acentuando identificações étnicas e religiosas.

Por meio do estudo de tais discursos alternativos, evidencia-se a cumplicidade de atores que embora entendidos como modernos e de suas instituições, a exemplo do Estado-nação, que embora entendidas como garantidoras da paz social, tiveram e continuam tendo uma participação nas rivalidades que hoje assolam diversos Estados pós-coloniais.

Referências

- BESTEMAN, Catherine: “Representing Violence and ‘Othering’ Somalia”, *Cultural Anthropology*, 11(1), 1996.
- _____: *Unraveling Somalia. Race, Violence, and the Legacy of Slavery*, University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 1999.
- CASSANELLI, Lee V.: “Somali Land Resource Issues in Historical Perspective”, In: Clarke, Walter; Herbst, Jeffrey (eds): *Learning from Somalia: the lessons of armed humanitarian intervention*, Westview Press, 1997.
- DARBY, Phillip: “A disabling discipline”, In: Christian Reus-Smith; Duncan Snidal (eds) *The Oxford Handbook*

of International Relations, Oxford: Oxford University Press, 2008.

HASHIM, Alice Bettis: *The Fallen State: dissonance, dictatorship, and death in Somalia*, University Press of America, 1997.

HUMAN RIGHTS WATCH/AFRICA. "Somalia Faces the Future: Human Rights in a Fragmented Society", vol. 7, n. 2, April 1995. Disponível em: <http://www.hrw.org/legacy/reports/1995/somalia/>

ISSA-SALWE, Abdissalam M.: *The Collapse of the Somali State. The Impact of the Colonial Legacy*, Haan Publishing, London, 1996.

KUSOW, Abdi M.: "Contested Narratives and the Crisis of the Nation-State in Somalia: A Prolegomenon", In: Kusow, Abdi (ed): *Putting the Cart Before The Horse. Contest Nationalism and the Crisis of the Nation-State in Somalia*, Africa World Press, 2004.

LAUDERDALE, Patt; TOGGIA, Pietro: "An Indigenous View of the New World Order: Somalia and Ostensible Rule of Law", *Journal of Asian and African Studies*, volume 34:2, 1999.

LEWIS, Ian M.: *A Modern History of the Somali: Nation and State in the Horn of Africa*, James Currey, Oxford and Ohio University Press, Athens, 2002 (fourth edition).

LULING, Virginia: "Come back Somalia? Questioning a collapsed state". *Third World Quarterly* 18(2), 1997.

_____: "Genealogy as Theory, Genealogy as Tool: Aspects of Somali 'Clanship'", *Social Identities*, vol. 12, n. 4, July 2006.

MAH, Ahmed: *The Colonial Discourse of Development in Africa. The Somalia Experience*, thesis of the Arts Department of Theory and Policy Studies in Education, Ontario Institute for Studies in Education of the University of Toronto, 1999.

MILLEKEN, Jennifer: "The Study of Discourse in International Relations: A Critique of Research and Methods", *European Journal of International Relations*, vol. 5 (2), 1999.

MUKHTAR, Mohamed Haji: "The plight of the Agro-pastoral society of Somalia", *Review of African Political Economy*, vol. 23, issue 70, december 1996.

Samatar, Abdi Ismail: "Destruction of State and Society in Somalia: Beyond the Tribal Convention", *The Journal of Modern African Studies*, 30, 4, 1992.

SAMATAR, Ahmed I.: "Somalia: Statelessness As Homelessness", In: Samatar, Abdi Ismail; Samatar, Ahmed, I. (eds): *The African State: reconsiderations*, Heinemann, Portsmouth, NH, 2002.

SECURITY OF COUNCIL. Security of Council Official Records, 871st Meeting, New York, 5 July 1960 (S/PV.871).

SHAPIRO, Michael J.: "How does the Nation-State Work?", In: Jenny Edkins and Maja Zehfuss (eds). *Global Politics. A New Introduction*, Routledge, 2009.

Recebido em: 03 de Dezembro de 2013

Aprovado em: 22 de Janeiro de 2014



Reflexões sobre o papel da mídia transnacional nos levantes árabes contemporâneos

Silvia Ferabolli¹ • Maio de 2014

Resumo:

Este trabalho sugere que as transformações ocorridas na mídia árabe nas últimas duas décadas são constitutivas das transformações que vêm ocorrendo nas sociedades árabes nesse período. Aproveitando-se da tecnologia via satélite, fazendo uso de um repertório que ressoa através de toda a região e focando seu conteúdo em questões consideradas "árabes", a comunicação política transnacional no mundo árabe é capaz de fazer o que acontece em um país árabe ecoar por toda a região e, portanto, pode ser considerada como um dos elementos fundamentais que levaram ao "efeito dominó" visto nos levantes populares em curso no mundo árabe desde 2010.

Palavras-chave: Política árabe, mídia árabe, Primavera Árabe.

Abstract:

This work suggests that the changes occurring in the Arab media over the past two decades are constitutive of the transformations taking place in Arab societies in this period. Taking advantage of satellite technology, making use of a repertoire that resonates throughout the region and focusing your content on issues considered "Arab", transnational political communication in the Arab world is capable of echo what happens in an Arab country throughout the region and therefore can be considered as one of the key elements that led to the "domino effect" seen in the ongoing popular uprisings in the Arab world since 2010.

Key words: Arab politics, Arab media, Arab Spring.

¹ Doutora em Política e Estudos Internacionais pela School of Oriental and African Studies – SOAS, University of London. Professora de Relações Internacionais da UniRitter Porto Alegre.

Em 1991, Paul Noble observou que “em alguns aspectos, o sistema árabe assemelha-se a uma vasta câmara de som na qual informações, ideias e opiniões ressoam com pouca consideração para com as fronteiras estatais. Desenvolvimentos políticos e mudanças em um segmento do sistema [reverberam] em outros segmentos” (Noble 1991, 47-48). Essa afirmação provou-se impressionantemente atual e verdadeira na transição da primeira para a segunda década do século XXI. O desenvolvimento da tecnologia via satélite na região árabe², nos anos 1990, desencadeou uma revolução nas formas tradicionais de mídia de massa, nomeadamente jornais, rádio e televisão que, anteriormente, eram de controle quase exclusivo dos regimes árabes. Esta nova mídia privada transnacional surgiu como um locus alternativo para o debate político, libertando jornalistas das amarras dos censores estatais e permitindo a ligação das populações árabes, não só dentro da região, mas também fora dela, integrando a diáspora árabe ao dia-a-dia da política árabe. Se há alguns anos se podia falar em um “enorme hiato entre o dina-

misso e a profunda transformação dos meios de comunicação no mundo árabe e o [pequeno] impacto que este dinamismo tem tido sobre os processos políticos e instituições [regionais]” (Kraidy 2007), isso deixa de ser verdade a partir de 2010. Isso porque, conforme sugere esse artigo, as transformações ocorridas nos meios de comunicação árabes nas últimas duas décadas são constitutivas das transformações que vem ocorrendo nas sociedades árabes e que culminaram com os levantes populares em curso na região desde 2010. Aproveitando-se da tecnologia via satélite, fazendo uso de um repertório que ressoa em toda a região e focando seu conteúdo em questões consideradas “árabes”, a mídia árabe transnacional permite que acontecimentos em um país árabe reverberem por toda a região e isso faz dela um dos elementos fundamentais do “efeito dominó” visto nos desenvolvimentos da chamada Primavera Árabe, que vem atingindo, em maior ou menor grau, todos os regimes da região. Para sustentar o argumento oferecido para consideração aqui, este trabalho vai examinar 1) o papel desempenhado pela língua árabe em facilitar a regionalização da indústria midiática árabe; 2) o desenvolvimento histórico da mídia de massas árabe; 3) o estado atual das comunicações políticas transnacionais árabes, com foco na TV via satélite árabe, jornais pan-árabes e blogosfera árabe. Na conclusão, o argumento será discutido à luz da economia-política regional árabe.

² Para efeitos desse artigo, a região árabe é formada pelos vinte e dois membros da Liga Árabe de Estados, a saber, Líbano, Egito, Iraque, Síria, Jordânia, Arábia Saudita, Iêmen, Sudão, Líbia, Tunísia, Marrocos, Kuwait, Argélia, Ilhas Comores, Bahrein, Qatar, Omã, Emirados Árabes Unidos, Mauritânia, Somália, Djibuti e Palestina. Para uma discussão sobre a integração regional árabe ver Ferabolli, Silvia. *Relações Internacionais do Mundo Árabe: os desafios para a realização da utopia pan-arabista*. Curitiba: Juruá, 2013 (2nd edição).

Paisagem midiática em árabe

O atual poder da língua árabe em sua forma padronizada, ou o novo "koine, ou árabe educado, uma mistura de formas urbanas e rurais de árabe amalgamados em um tipo de fala que é mutuamente inteligível para os árabes" (Alshaer 2011, 289) é, em grande medida, o resultado das políticas de arabização (no sentido de tornar o árabe a língua oficial do Estado), levada a cabo pelos regimes nacionalistas árabes pós-coloniais.

O papel da Organização Cultural, Científica e Educacional da Liga Árabe (ALESCO) também foi significativo neste sentido. No entanto, a língua árabe também está se tornando cada vez mais unificada devido ao poder da televisão por satélite árabe e sua capacidade para cobrir os supostos 14 milhões de km² da massa terrestre árabe (do Atlântico ao Golfo). Como um jornalista entusiasmado da *The Economist* relatou:

O árabe é uma língua ricamente diversificada e estratificada. Os nativos de Laayoune [no Saara Ocidental] ainda falam seu dialeto local. Mas agora que eles ouvem uma série de usos todos os dias – do discurso clássico da literatura a seus vários derivativos regionais – estes já não mais o assustam por sua superformalidade ou exotismo. A língua escrita ensinada nas escolas, conhecida como árabe padrão moderno, costumava ser esquecida no dia-a-dia. Agora ela emerge como uma língua realmente falada, acessível não só aos poucos educados, mas a todos (*The Economist*, 2005).

De fato, o poder não só da televisão árabe via satélite, mas também da imprensa pan-árabe e da blogosfera árabe, de conectar o mundo árabe através de uma forma mutuamente inteligível da língua árabe é o ápice de um processo iniciado em 1967 pelos Ministros da Cultura e Informação dos então países membros da Liga dos Estados Árabes (LAS), que se reuniram na Tunísia e "capturados pela corrida ao espaço" desenharam o esboço de um sistema de satélite pan-árabe que conectaria toda a região. Esta conferência "definiu a visão para o estabelecimento de um sistema espacial usando as tecnologias de satélite emergentes para apoiar as necessidades de informação, de cultura e de educação dos países árabes" (Arabsat 2006). Dez anos depois, em 1976, os então 21 membros da LAS assinaram um acordo que estabeleceria formalmente a Arab Satellite Communications Organization (Arabsat), que seria baseada em Riad, na Arábia Saudita. O objetivo do Arabsat foi definido nos seguintes termos: "servir as necessidades dos setores de telecomunicações, informação, cultura e educação do mundo árabe por meio de serviços baseados em satélites que correspondam aos mais elevados padrões internacionais" (Arabsat 2006). A Arabsat iniciou oficialmente suas operações comerciais em 22 de agosto de 1985. Ela não só foi pioneira no fornecimento de tecnologia de transmissão digital para o mundo árabe, como também foi "a primeira a trazer serviços de internet via satélite

para a região, em 1999" (Arabsat 2006). Hoje, a Arabsat é a operadora líder de satélites no mundo árabe.

Da mídia colonial à mídia transnacional

A mídia árabe passou por três fases históricas: a colonial, a pós-colonial e a pós-década de 1990 (Ayish 2003). A fase colonial caracterizou-se pelas tentativas das potências coloniais de desenvolver os meios de comunicação nos países árabes, a fim de melhor servir os interesses do Estado colonial. Na fase pós-colonial, os regimes árabes fizeram uso da mídia controlada pelo Estado para consolidar o poder dos Estados nascentes. O aumento nas taxas de alfabetização, resultante das políticas de educação promovidas pelos Estados árabes independentes, levou a uma demanda crescente por jornais diários e programas de notícias em língua árabe. Vários cursos relacionados à mídia foram criados, especialmente no Egito, para responder à demanda das populações árabes por mais informações, entretenimento e networking. A revolução provocada pelos sistemas de satélite, pela tecnologia de transmissão digital e pelos serviços de internet baseados em satélites deu início, na década de 1990, à terceira e atual fase da mídia árabe.

As mudanças fundamentais nas comunicações transnacionais árabes começaram na década de 1990, quando empresários do Golfo se tornaram os principais investidores da mídia árabe além-mar. Atraídos pela promessa de lucro e status

pessoal, eles foram encorajados a estabelecer suas corporações na Europa, principalmente em Londres, onde estariam livres da censura governamental. Os custos para o estabelecimento de tais empresas em Londres poderiam ser pagos por esses investidores, que buscaram controlar as mais importantes publicações pan-árabes – e, em grande medida, conseguiram. Seus jornais atraíram (e ainda atraem) os mais talentosos jornalistas árabes, fazendo de Al-Sharq Al-Awsat e Al-Hayat os jornais pan-árabes mais lidos no mundo (Rugh 2004, 168). Este fenômeno foi mais tarde repetido em relação à TV árabe por satélite, visto que as duas mais populares redes de televisão pan-árabes, Al-Jazeera e Al-Arabiya, são propriedades do Emir do Catar e do cunhado do rei da Arábia Saudita, respectivamente.

Essa nova paisagem midiática árabe, composta por TV via satélite, imprensa pan-árabe offshore e blogosfera árabe, vem atraindo a atenção de pesquisadores há algum tempo, levando alguns autores inclusive a afirmar que estes novos meios de comunicação árabes "cada vez mais constroem os quadros narrativos dominantes através dos quais as pessoas compreendem os eventos" (Lynch, 2003). No entanto, algumas vozes questionam esse tipo de informação chamando a atenção para "o grau em que os indivíduos e as comunidades formam opiniões e priorizam questões com base em sua própria experiência de vida, conhecimento cultural, expectativas e quadros de referência interpreta-

tivos" (Sakr 2009, 2). Enquanto esse debate certamente merece ser mais explorado, essa não é uma tarefa que esse texto irá realizar, visto que seu foco está na discussão de como as comunicações políticas transnacionais no mundo árabe fazem o que acontece em um país árabe reverberar através de toda a região.

TV árabe via satélite

A pequena cidade empoeirada de Laayoune encontra-se no extremo ocidental do deserto do Saara, ou o mais longe que se pode chegar da Arábia e ainda estar em uma terra de língua árabe. Antes deste século, seus únicos links com o oriente árabe eram as ondas de rádio curtas, jornais velhos, um filme egípcio ocasional e as histórias dos peregrinos voltando do haj. Mas, agora, o clamor de lugares como Beirute e Bagdá chega às portas de Laayoune: na verdade, dentro de suas salas de estar, 24 horas por dia. Em todo o mundo árabe, o impacto da antena parabólica foi profundo. Ela [...] criou um sentimento de pertença e participação em uma espécie de metrópole árabe virtual. Ela começou a tornar realidade um sonho que 50 anos de discursos e gestos políticos não conseguiram realizar: a unidade árabe (The Economist, 2005).

Para atingir públicos tão distantes como os de Laayoune e Beirute ou Abu Dhabi, a mídia árabe tem investido na transmissão de notícias regionais, em detrimento daquelas locais. Kraidy (2007, 5) explica que "o localismo tem sido tradicionalmente uma importante dimensão de meios de comunicação públicos na América do Norte e Europa Ocidental. Em contraste, a mídia árabe que mais se aproxima de uma mídia

pública foca em questões de nível regional (ou seja, pan-árabe), em detrimento do localismo". Mídia pan-árabe e questões pan-árabes, muitas vezes, se co-constituem e o caso do Iraque é ilustrativo disso. O sofrimento do povo iraquiano pode ser uma questão de "interesse coletivo árabe" (Lynch 2003, 4) e o motivo pelo qual o país recebe cobertura maciça da Al-Jazeera. Ou, talvez, tenha sido exatamente "a furiosa e ininterrupta cobertura de 1998 dos bombardeios da Operação Raposa do Deserto pela Al-Jazeera" (Lynch 2003, 4), seguida pela cobertura da ocupação do Iraque em 2003, que fez o Iraque não apenas uma questão de interesse árabe, mas até mesmo "um poderoso princípio definidor de uma nova identidade árabe e islâmica" (Lynch 2003, 4). Não há dúvida de que questões locais ainda são as de maior interesse para as populações árabes, mas há também um grande interesse nas "agrupas de iraquianos e palestinos, a 3.000 quilômetros de distância" (The Economist, 2005).

Lynch (2003, 2) explica que os modernos meios de comunicação transnacionais no mundo árabe e, acima de tudo, a TV via satélite, cujo foco principal recai sobre assuntos de interesse pan-árabes, estão transformando o que ele chama de "cultura política árabe" – e esta transformação está se processando a partir do interior da região. A revolução das comunicações transnacionais no mundo árabe é sustentada pelos "produtores da nova tecnologia na região, os developers e em-

presários que estão realmente criando a revolução" (Anderson citado em Dunn 2000, 353). A Arabsat, por exemplo, apresenta-se como uma "entidade orgulhosa de ser operada por árabes" que é dirigida e operada por uma classe mundial de profissionais árabes altamente qualificados (Arabsat 2006).

Al-Jazeera e Al-Arabiya, os principais canais por satélite pan-árabes, também são dirigidos por árabes, apesar de terem objetivos diferentes. O ex-diretor da Al-Jazeera, Mohammed Jasim al-Ali, explicou a arabidade da TV do Catar nos seguintes termos: "eles [a equipe Al-Jazeera] carregam consigo a experiência profissional da BBC, mas sua origem como árabes significa que podemos adaptar essa experiência e aplicá-la para o mundo árabe. Nós conhecemos a mentalidade dos árabes" (El-Nawawy; Iskandar citados em Lahlali 2011, 80). Este tipo de raciocínio "pode ser considerado tendencioso em favor do público árabe e alguns podem considerá-lo como uma tentativa de abrir mão da objetividade a fim de ganhar popularidade entre o público árabe" (Lahlali 2011, 80). A Al-Arabiya, por outro lado, visa oferecer notícias "guiadas pela 'liberdade fundamentada e responsável', sem envolver-se nas controvérsias muitas vezes associadas a sua rival Al-Jazeera" (Zayani; Ayish citados em Lahlali 2011, 109). O proprietário saudita da Al-Arabiya disse querer que sua empresa seja "uma emissora de notícias calma e objetiva" e, assim, as tropas americanas estacionadas no

Iraque são chamadas pela Al-Arabiya de "forças multinacionais" em vez de "forças de ocupação" e os abusos de direitos humanos do Iraque durante a era de Saddam Hussein são apresentados "a fim de contextualizar a invasão e fornecer um relato equilibrado do que está acontecendo no Iraque" (em Lahlali 2011, 110). Se a Al-Jazeera é criticada por ser tendenciosa em favor do público árabe, a imparcialidade da Al-Arabiya pode ser vista como "uma tentativa de apaziguar os americanos [ou] minar a insurgência [iraquiana]" (Lahlali 2011, 110). Na atual batalha entre Al-Jazeera e Al-Arabiya por corações e mentes árabes, a primeira parece estar ganhando. Especula-se que a Al-Jazeera tenha uma audiência potencial total de pelo menos 45 milhões de telespectadores, com cerca de 5 milhões deles fora do mundo árabe. A Al-Arabiya, por outro lado, tem apenas cerca de metade da audiência da Al-Jazeera e essa é muito mais centrada no Golfo (Lahlali 2011).

Mesmo que Al-Jazeera e Al-Arabiya sejam os mais populares canais via satélite pan-árabes isso não significa que suas posições sejam incontestáveis. O sucesso inicial da Al-Jazeera destacou as potencialidades para o lucro, prestígio e poder das transmissões pan-árabes via satélite. Hoje, as libanesas LBC/Al-Hayat e a Al-Manar (essa última, de propriedade do Hezbollah), a saudita MBC e a Abu Dhabi TV, para citar alguns exemplos, estão desafiando as duas gigantes dentro e fora do mundo árabe. E os

números em jogo são enormes: a Al-Jazeera em inglês tem potencial de transmissão para "mais de 220 milhões de residências em mais de 100 países" (Campbell 2011). Além disso, populares apresentadores de TV, como George Kordahi, tornaram-se celebridades em todo o mundo árabe e podem atrair audiências gigantescas. O apresentador do programa Quem vai ganhar um milhão? da saudita MBC afirmou que "80 por cento dos telespectadores árabes assistiam a seu show" (Lynch 2005) o que o permitiu arrecadar 100 milhões de dólares para a causa palestina quando ajudou a promover uma maratona televisiva para arrecadação de fundos (Al-Jazeera 2011 online). Kordahi, cuja reverência ao pan-arabismo não é segredo, presta "homenagem explícita às preocupações políticas pan-árabes, como a questão palestina. Um dos bordões mais populares de Kordahi era 'saudações ao inabalável povo da Palestina'" (Lynch em 2005). O apresentador se orgulha de retratar a si mesmo como alguém capaz de ajudar "os árabes a se conhecerem mais uns aos outros" (Al-Jazeera 2011 online).

Jornais pan-árabes

A imprensa pan-árabe além-mar é um fenômeno que surgiu no final da década de 1970, quando jornalistas que escapavam da guerra civil libanesa buscaram refúgio em Londres. Desde a sua criação, essa nova mídia impressa localizada no exterior foi voltada principalmente para o mercado no mundo árabe, ao invés da

diáspora árabe na Europa. De fato, "a mídia árabe moderna offshore nasceu [e foi] produzida por árabes, para os árabes, em língua árabe e com agendas e atitudes árabes, mas fora dos limites sufocantes dos Estados árabes" (Jarrah 2008). No entanto, os países árabes sempre tiveram uma "mão" nestas publicações pan-árabes por meio de subsídios, pagamentos, publicidade e assinaturas em massa, o que significa que certas concessões e autocensura tornaram-se norma nestas publicações, mesmo que elas estivessem operando longe das capitais árabes (Jarrah 2008). Tais publicações são influentes porque apresentam perspectivas, opiniões e informações que nunca seriam permitidas nos jornais sediados no mundo árabe e possuídos (ou pelo menos permitidos) por esses Estados (Jarrah 2008).

No entanto, a crise do Golfo mudou radicalmente os modernos meios de comunicação árabes no exterior e esta realidade está diretamente ligada ao papel desempenhado pela Arábia Saudita na "moderação" da imprensa pan-árabe baseada em Londres: "jornalistas cujas lealdades foram consideradas suspeitas foram expurgados de algumas publicações, e os sauditas embarcaram em uma campanha agressiva (e em curso) de aquisições nas mídias árabes, começando com a compra total do Al-Hayat" (Jarrah 2008). Esse movimento saudita tem levado àquilo que alguns autores chamam de "saudização" da imprensa árabe offshore, especialmente no que concerne

ao conteúdo do Asharq al-Awsat e Al-Hayat (Jarrah 2008).

A suposta saudização da imprensa árabe além-mar, juntamente com o surgimento dos serviços de internet baseados em satélites (o que levou à introdução no mercado árabe de novos jornais pan-árabes independentes, tanto on-line quanto impressos), reduziu a popularidade dos principais jornais pan-árabes sediados em Londres. O apelo da mídia impressa continuará a diminuir na medida em que o uso da internet se espalha pelo mundo árabe: "com as notícias sendo uma das formas de conteúdo mais populares entre os jovens na região árabe, não é de estranhar que o consumo está se movendo para a internet, com 40% dos leitores acessando notícias através da internet em 2009" (Arab Media Outlook Report 2010, 33).

No que concerne aos três grandes jornais pan-árabes estabelecidos em Londres, suas características são descritas por Jarrah (2008):

O Al-Hayat de hoje não é tão extraordinário. Ele ainda tem pontos fortes. Mas, como o Asharq al-Awsat, mesmo que em menor grau, a influência saudita tornou-se mais visível. Leitores de longa data queixam-se de uma abordagem editorial mais conformista e uma erosão geral da qualidade. [...] No outro extremo do espectro político, Al-Quds al-Arabi é provavelmente o único dos grandes jornais de Londres que realmente precisa de sua base offshore. Como porta-estandarte da mídia impressa pan-árabe anti-establishment, é insultado por detratores como demagógico e reverenciado pelos fãs por sua coragem e sinceridade ao criticar os regimes árabes e por publicar notícias pouco simpáticas sobre eles. Como resultado, ele

sofre exclusão total em alguns países árabes, enfrenta proibições temporárias frequentes em outros e sua arrecadação de publicidade comercial é exígua.

De um jornal pan-árabe se espera, mesmo que ingenuamente, que diga o que o Estado árabe não permite que a imprensa nacional diga. Quando ele é visto como não desempenhando essa função que se espera dele (ou seja, falar para o público árabe e em nome do público árabe), os leitores reagem movendo-se para outros veículos de comunicação. Esta é uma das razões pelas quais o consumo de notícias está se movendo para a internet, em busca de conteúdo independente – outrora monopólio da imprensa árabe além-mar. O surgimento da blogosfera árabe, discutido abaixo, está diretamente ligado a estas dinâmicas.

Blogosfera árabe

Ao contrário do que o título desta subseção possa indicar, mesmo que exista de fato uma blogosfera árabe, um estudo realizado por Etling et al (2010) revelou que os blogueiros árabes são mais focados em questões políticas internas. No entanto, este mesmo estudo também revelou que "a preocupação com a Palestina é uma questão que une toda a rede". O Arab Media Outlook Report de 2010 também declarou que "quanto mais 'local' o conteúdo, mais popular [o blog] é entre os consumidores" (2010, 13). No entanto, o relatório considera "local" duas coisas diferentes: "Nós levamos em conta os dois aspec-

tos do conteúdo 'local', analisando-o a partir de um ponto de vista pan-árabe, que inclui o conteúdo produzido e consumido por uma audiência pan-árabe (por exemplo, canais como a MBC ou jornais como Asharq al-Awsat), bem como a partir de um ponto de vista nacional, incluindo conteúdo em canais terrestres, em jornais de circulação nacional e em sites locais" (Arab Media Outlook Report de 2010, 14). Neste sentido, o "local" pode significar tanto "regional" quanto "nacional" com a Palestina figurando como a questão regional de maior importância nacional (ou a questão nacional de maior importância regional?)

Não é de hoje que a Palestina é a questão que une o mundo árabe como um todo. Autores como Kazziha (1990) argumentam que a luta dos palestinos contra Israel, especialmente depois de 1948, está no cerne da disseminação do sentimento nacionalista árabe do "núcleo levantino" para o resto do mundo árabe:

[Depois de 1948] a Palestina tornou-se não apenas uma parte da política árabe, a nível oficial, mas também um elemento essencial para a consciência política da juventude árabe e para os oficiais que chegaram ao poder em alguns dos países do núcleo árabe durante a década de 1950. Ela contribuiu para o colapso final dos antigos regimes da Síria, Egito e Iraque e, em diversas ocasiões, ameaçou por fim na monarquia jordaniana (Kazziha 1990, 301).

O poder mobilizador da causa palestina se espalhou por toda a região árabe depois de 1948,

gerando um sentimento de fraternidade entre os cidadãos árabes que não poderia ser ignorado pelos líderes políticos locais: "a participação de uma unidade marroquina em combate na frente da Síria durante a Guerra de Outubro [1973] foi talvez um dos atos mais populares do rei Hassan depois que ele chegou ao poder. Da mesma forma, o envio de tropas argelinas para o Egito em 1967 (...) revitalizou o senso revolucionário argelino" (Kazziha 1990, 311). Meio século mais tarde, na era da televisão via satélite, os palestinos ainda unem o mundo árabe: "a popularidade da Al-Jazeera cresceu [com] a eclosão da intifada palestina em outubro de 2000. As reportagens explícitas e ao vivo do derramamento de sangue prendiam as audiências árabes, gerando em toda a região uma onda de simpatia para com os palestinos" (The Economist, 2005).

Questões nacionais e regionais são muito importantes na blogosfera árabe e elas parecem interagir umas com as outras fazendo a alegação feita por Lynch em 2007 de que "há menos uma 'blogosfera árabe' do que uma série de blogosferas nacionais frouxamente ligadas em pontos nodais" (2007, 22) parecer obsoleta. As palavras de um blogueiro retornando do Terceiro Encontro de Blogueiros Árabes, que ocorreu em Túnis, em 2011, parece descrever melhor o papel que os bloggers veem para si mesmos no atual momento da história árabe:

Esta multidão tem sido protagonista, cada uma seu próprio país, deste fenomenal 2011. Cada uma dessas pessoas, junta-

mente com a juventude árabe de cada país, provou ser capaz de contribuir, online e offline, para a formação de um novo futuro para a região árabe. Dois anos atrás [no Segundo Encontro de Blogueiros Árabes, realizada em Beirute, em 2009] eu senti que havia uma espécie de "pan-arabismo cultural", um sentimento de unidade que permeava a reunião. Desta vez [2011] era ainda mais forte. Existe algo que esses jovens compartilham que vai além da retórica. As Primaveras Árabes têm reforçado este sentimento que vem se construindo nos últimos anos, graças aos encontros presenciais, mas principalmente graças à Internet e às redes sociais. Essa juventude árabe é verdadeiramente pan-árabe. A revolução de um é a revolução de todos. A liberdade de um será a liberdade de todos" (Della Ratta 2011).

A citação acima corrobora a percepção de Khanna de um sentimento de unidade entre a juventude árabe que se espalha rapidamente:

Como o senso de europeísmo, esse sentimento de arabismo está se acelerando rapidamente entre a juventude eletrônica e profissionalmente globalizante no mundo árabe. Intercâmbio de estudantes, conferências de ativistas, mídia impressa e blogs da internet estão contribuindo para um impulso amplo, coordenado, "de baixo", para a mudança política, uma tendência não vista com tal consistência em nenhum outro lugar do mundo. Em outras palavras, ao passo que o Islã político é, de fato, em grande parte um fenômeno de nível nacional, o arabismo político existe fortemente na consciência árabe (Khanna, 2006).

Não há dúvida de que os blogs no mundo árabe estão restritos a uma fração diminuta da pequena elite conectada online. No entanto,

muito da nova energia na política árabe vem de grupos relativamente pequenos de

ativistas [mas] uma tecnologia que amplifica seus esforços pode ter um impacto desproporcional, mesmo que não chegue às massas. Grande parte dos leitores de blogs árabes são ativistas políticos, jornalistas e outras elites politicamente influentes (assim como acadêmicos e governos estrangeiros que tentam medir a opinião pública árabe), um público de alta qualidade, mesmo se relativamente pequeno (Lynch 2007, 5).

Essa minoria não só importa como eles também se percebem como tendo um papel significativo na transformação da realidade política que as sociedades árabes enfrentam hoje. Como um blogueiro árabe afirmou em um artigo para o *The Guardian* "nossos papéis como blogueiros no processo vindouro de construção da nação terá que ser adaptado a estas novas realidades" (Badran 2011). Além disso, a repercussão tanto na mídia árabe quanto nos meios de comunicação internacionais do Terceiro Encontro de Blogueiros Árabes revelou que esses blogueiros não são os únicos que têm grandes expectativas para sua participação política no processo revolucionário árabe. Abaixo, uma seleção não exaustiva de algumas manchetes da imprensa, e seus respectivos veículos de comunicação, a respeito do Terceiro Encontro de Blogueiros Árabes, em Túnis: ArabNet – The 3rd Arab Bloggers Meeting; BBC Outriders Podcast – Arab Bloggers Summit 2011; New York Times – A Blogger at Arab Spring's Genesis; IPS – Social Media Lift the Silence; Al Jazeera – Arab bloggers meet in post-revolution

Tunisia; The Guardian (Comment is free) – The first Arab Bloggers Meeting was private and low key. Not this year's; National Public Radio – Arab Bloggers Gather In Tunisia After Arab Spring; Al Jazeera English – Tunisia denies visas for Palestinian bloggers; Voice of America – Why Did Tunisia Block Palestinians From Arab Blogger Conference?; Press TV (Iran) – The 3rd blogger's conference opens in Tunisia; AFP – La blogosphère arabe, Nobel potentiel, s'interroge sur elle-même; AFP – Arab bloggers debate role ahead of Nobel Peace Prize.

Finalmente, Lynch (2007, 24) levanta uma questão pertinente em relação à arabicidade da blogosfera árabe: "o que faz um blog 'árabe'"? Ele levantou essa questão depois de ter visto a inclusão de seu blog, Abu Aardvark, no popular agregador de blogs árabes Toot, a despeito do fato de ele não ser árabe nem residir em um país árabe, mesmo que escreva sobre questões árabes. O Toot responde a interrogação de Lynch da seguinte maneira: "Somos, nós mesmos, blogueiros, leitores, designers e tecnólogos. Estamos muito animados em construir um novo meio em que vozes inteligentes de e para a Arábia são reunidas e apresentadas para uma comunidade mais ampla" (2011 Toot online). Se Lynch escreve sobre "questões árabes", então seu blog pode ser considerado parte da blogosfera árabe, o que significa que não são apenas falantes nativos de árabe, nem exclusivamente nacionais árabes, ou somente questões árabes que fazem a blog-

osfera árabe, mas a soma de todos esses elementos. Poder-se-ia argumentar que, no caso de resolução do problema nacional palestino, pouco restaria para ser chamado de "questão árabe". No entanto, a ocupação do Iraque, em 2003, e o papel que a OTAN desempenhou na derrubada do regime de Kadafi na Líbia, em 2012, sugere que "a característica mais marcante" da região árabe, qual seja, "a tradição de intervenção externa" (Henry; Springborg 2010, 3) continuará a produzir questões para os povos árabes considerarem como suas, pelo menos no futuro próximo.

Considerações Finais

Depois de ter examinado o papel desempenhado pela língua árabe no sentido de facilitar a regionalização da indústria midiática árabe, apresentado o desenvolvimento histórico dos meios de comunicação árabes e discutido o estado atual das comunicações políticas transnacionais no mundo árabe, pode-se argumentar plausivelmente que, ao aproveitar-se da tecnologia via satélite, fazer uso de um repertório que ressoa através de toda a região e focar seu conteúdo em questões consideradas "árabes", a comunicação política transnacional no mundo árabe é capaz de fazer o que acontece em um país árabe ecoar por toda a região e, portanto, pode ser considerada como um dos elementos fundamentais que levaram ao "efeito dominó" visto nos levantes populares em curso no mundo árabe desde 2010.

A discussão proposta neste trabalho pode ter levado o leitor a pensar que o fenômeno da comunicação política transnacional no mundo árabe é uma evidência inegável de que existe uma esfera pública árabe autônoma para além dos domínios do aparelho estatal árabe. No entanto, essa história não termina assim. Não se pode separar a esfera pública árabe gerada pelos meios de comunicação transnacionais do papel que a Liga Árabe desempenhou na criação Arabsat e do papel do dinheiro do Golfo em seu financiamento. Os maiores contribuintes financeiros da Arabsat são Arábia Saudita (36,66%) , Kuwait (14,59%) , Qatar (9,81 %) e os Emirados Árabes Unidos (4,66 %). Isso significa que pelo menos dois terços dos recursos da Arabsat vem do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG). Além disso, o apelo dos jornais pan-árabes e sua capacidade de atingir grandes áreas do mundo árabe e além – atingindo as comunidades árabes na Europa e nos Estados Unidos – não pode ser dissociada do financiamento saudita (como no caso de Al-Hayat e Asharq al-Awsat), que lhes permite contratar os jornalistas árabes mais qualificados. Além disso, estes jornais pan-árabes se aproveitam da transmissão pela internet via satélite para impressão simultânea em um grande número de cidades em todo o mundo, o que é outro desenvolvimento pioneiro de Arabsat, por sua vez, largamente financiada pelo CCG. Por fim, as centenas de canais árabes por satélite que cobrem grandes áreas do mundo

árabe, alguns deles atravessando todos os vinte e dois membros da LAS e além são, na sua maioria, de propriedade de capital privado e a maior parte desse capital, mais uma vez, vem do Golfo, especialmente da Arábia Saudita. Não há dúvida de que a tendência para a regionalização da indústria midiática árabe está tornando os povos árabes mais conscientes do seu espaço regional e o efeito dominó visto nos levantes populares em curso desde 2010 reforçou esta percepção não só aos olhos árabes, mas também aos olhos da comunidade internacional. No entanto, se os mais conservadores dentre os Estados árabes (os membros do CCG) são aqueles que estão financiando as comunicações políticas transnacionais no mundo árabe e se os desenvolvimentos tecnológicos da Arabsat estão nas mãos dos atuais principais patrocinadores da Liga Árabe (o estados do CCG, mais uma vez), então deve-se perguntar o quão longe – e por quanto tempo – será permitido que os efeitos da chamada Primavera Árabe reverberem através da região.

Referências

- AL-JAZEERA (2011). One on One. George Kordahi. Available at: <
<http://www.aljazeera.com/programmes/oneonone/2008/08/2008828585711513.html>>. Access in June 17 2011.
- ALSHAER, Atef (2011). Language as Culture: The Question of Arabic. In: SABRY, T. (ed). Arab Cultural Studies: Mapping the Field. London: I.B. Tauris, p. 275-296.
- ARAB Media Outlook Report (2010). Arab Media Outlook 2009-2013. Inspiring. Local content forecasts and analysis of traditional and digital media in the Arab world. Dubai: Dubai Press Club/Value Partners.
- ARABSAT (2006). Thirty years of Arabsat: creating the largest Arab community in the sky. Available at:

- <<http://www.arabsat.com/Public/pdf/ArabSatBookEng.pdf>>. Access in May 11, 2011.
- AYISH, Muhammad I (2003). Arab world television in the age of globalisation: an analysis of emerging political, economic, cultural and technological patterns. Hamburg: Deutsches Orient-Institut.
- BADRAN, Y. (2011). The first Arab Bloggers Meeting was private and low key. Not this year's. The Guardian, October 8. Available at <<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2011/oct/08/ara-b-bloggers-meeting>>. Access in November 20, 2011.
- CAMPBELL, M. (2011). Al Jazeera Enrages Dictators, Wins Global Viewers With Coverage of Unrest. Available at: <<http://www.bloomberg.com/news/2011-02-25/al-jazeera-enrages-dictators-wins-global-viewers-with-coverage-of-unrest.html>>. Access in December 14, 2011.
- CARNEGIE Endowment for International Peace (2004). Arab Reform Bulletin. Statistics on Arab Media. December, Vol. 2, Issue 11.
- DELLA RATTA, D. (2011). Wrapping up the Third Arab Bloggers meeting. Available at: <<http://mediaoriente.com/2011/10/10/wrapping-up-the-third-arab-bloggers-meeting/>>. Access in November 9, 2011.
- DHIAB, Maha (2002). Tahadiyat al-'Uluma li-l-Watan al-'Arabi [The challenges of globalization to the Arab world]. Al Mustaqbal Al Arabi, n. 276, February, p. 148-162. Doha Film Institute. Available at: <<http://www.abudhabi.filmfestival.ae>>. Access in November 29, 2011.
- DUNN, Michael Collins (2000). The Information Revolution. Middle East Journal, Vol. 54, n. 3, p.351-354.
- ETLING, Bruce; KELLY, John; FARIS, Robert; PALFREY, John (2010). Mapping the Arabic Blogosphere: Politics, Culture, and Dissent. Internet and Democracy Project. Berkman Center for Internet & Society at Harvard University. Available at: <http://cyber.law.harvard.edu/sites/cyber.law.harvard.edu/files/Mapping_the_Arabic_Blogosphere_0.pdf>. Access in May 13, 2011.
- FERABOLLI, Silvia (2008). Relações Internacionais do Mundo Árabe: os desafios para a realização da utopia pan-Arabista. Campinas: Juruá.
- HADAD, Mahmud (2009). Hal al-Naqid Masmuah fi 'Alam al-Thaqafa al-'Arabiya? [Is criticism allowed in Arab culture?]. Al Mustaqbal Al Arabi, n. 362, April, p. 148-150.
- HENRY, C. M.; SPRINGBORG, R. (2010). Globalization and the politics of development in the Middle East. Cambridge: Cambridge University Press.
- ITOO (2011). About us. Available at: <<http://itoot.net>>. Access in December 20, 2011.
- JARRAH, N. (2008). The rise and decline of London as a pan-Arab media hub. Arab Media & Society, Winter issue. Available at: <<http://www.arabmediasociety.com/?article=571>>. Access in November 14, 2010.
- KAZZIHA, W. (1990). The impact of Palestine on Arab Politics. In: LUCIANI G.; SALAME, G. (eds.) The Arab State. London: Routledge, p. 300-318.
- KHANNA, P. (2006). The New Global Arabism. Washington Post, June 9. Available at: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/06/08/AR2006060801362.html>>. Access in October 21, 2009.
- KORANY, B. (1999). The Arab World and the New Balance of Power in the New Middle East. In: HUDSON, M. (ed.) The Middle East Dilemma: the politics and economics of Arab integration. New York: Columbia University Press, p. 35-59.
- KRAIDY, M. M. (2006). Transnational Broadcasting Studies. Reality Television and Politics in the Arab World: Preliminary Observations. Transnational Broadcasting Studies. Issue 15 (Fall/Winter). Available at: <<http://www.tbsjournal.com/Archives/Fall05/Kraidy.html>>. Access in October 27, 2009.
- KRAIDY, M. M. (2007). Public Media in the Arab World: Exploring the Gap between Reality and Ideals. Center for Social Media, School of Communication. American University. Washington, DC. Available at: <http://www.centerforsocialmedia.org/files/pdf/arab_public_media.pdf>. Access in January 6, 2009.
- LAHLALI, E-M. (2011). Contemporary Arab Broadcast Media. Edinburgh: University of Edinburgh Press.
- LYNCH, M. (2003). Taking Arabs Seriously. Foreign Affairs. Available at: <<http://www.marclynch.com/wp-content/uploads/2011/03/Taking-Arabs-Seriously-Marc-Lynch.pdf>>. Access in February 8, 2012.
- LYNCH, M. (2005). "Reality is Not Enough": The Politics of Arab Reality TV. Available at: <<http://www.tbsjournal.com/Archives/Fall05/LynchPF.html>>. Access in July 12, 2011.
- LYNCH, M. (2007). Blogging the New Arab Public. Arab Media & Society, issue 1, Spring. Available at: <<http://www.arabmediasociety.com/?article=10>>. Access in July 12, 2011.
- NOBLE, P. (1991). The prospects for Arab Cooperation in a Changing Regional and Global System. In: HUDSON, M. (ed.) The Middle East Dilemma: the politics and eco-

nomics of Arab integration. New York: Columbia University Press, p. 60-91.

RUGH, W.A. (2004). Arab Mass Media: newspapers, radio, and television in Arab politics. Westport: Greenwood Press.

SAKR, N. (2009). Arab Media and Political Renewal: Community, Legitimacy and Public Life. London: I. B. Taurus.

THE ECONOMIST (2005). Special report: Arab satellite television. The world through their eyes. February 24.

WEHR, Hans. A Dictionary of Modern Written Arabic (Arabic-English). (1994). Urbana: Spoken Language Services. 4th ed.

Recebido em: 01 de Dezembro de 2013

Aprovado em: 02 de Fevereiro de 2014



Quo vadis, Hamas?

Where are you going, Hamas?

Liana Araújo Lopes¹ • Maio de 2014

Resumo:

Este artigo examina a trajetória do Hamas desde sua fundação em 1987. Explora, ainda, o curso que tem tomado, considerando eventos ocorridos na arena política palestina e fatores externos após sua vitória nas eleições parlamentares de 2006.

Palavras-chave: Hamas, Fatah, Autoridade Palestina

Abstract:

This article examines Hamas's trajectory since its foundation in 1987. It also explores the path it has taken, considering events that happened in the Palestinian political arena and external factors after its victory in the 2006 parliamentary elections.

Key words: Hamas, Fatah, Palestinean Authority

¹ Doutorado em Relações Internacionais. Coordenadora do mestrado em estudos sobre a paz e conflitos da Universidade de Uppsala, Suécia. Professora convidada na mesma universidade na disciplina desenvolvimento e conflito armado.

Movimento de Resistência Islâmico, ou Hamas², foi formado em 14 de dezembro de 1987, poucos dias após a eclosão da primeira Intifada (1987-1993³). Foi fundado como um desdobramento da Irmandade Muçulmana em Gaza, tendo como principal objetivo substituir o Estado de Israel por um Estado islâmico que se estenderia sobre a Faixa de Gaza e Cisjordânia. Sua visão quanto à Palestina se distingue, portanto, da natureza secular de Estado delineado pela Organização para Libertação da Palestina⁴ (OLP). Ademais, por cerca de duas décadas, buscou enfraquecer essa organização e seu grupo majoritário, o Fatah (Movimento Palestino de Libertação)⁵.

Conforme seu primeiro comunicado, o Hamas afirmava que a resistência à ocupação dos territórios palestinos por Israel seria o meio para se alcançar uma solução para os problemas de seu povo e o estabelecimento de um Estado na histórica Palestina. Destacou, também, a centralidade

da doutrina islâmica nesse processo, sendo sua visão de nacionalismo baseado em preceitos religiosos. Dessa forma desenvolveu-se como um movimento de liberação nacional fundamentado em uma estrutura distinta da OLP em termos políticos, culturais, sociais e de militância.

Desde sua origem, possui um importante papel social e político na Faixa de Gaza e Cisjordânia, além de ser considerado um legítimo representante da causa palestina por uma significativa parcela da população. Sua legitimidade reside, também, no fato de ser um dos principais responsáveis pelo fornecimento de serviços essenciais a palestinos sob os efeitos da ocupação e operações militares israelenses. Pode-se ainda dizer que consiste em um movimento agregando duas dimensões: uma, política, caracterizada por um forte sentimento nacionalista e de resistência à ocupação israelense; outra, religiosa, em que valores islâmicos são tomados como referencial para suas estratégias de socialização do povo palestino e de constituição de seu futuro Estado.

Hamas entre 1994 e 2006

As críticas do movimento islâmico à OLP se acentuaram entre 1993 e 2001, no âmbito dos Acordos de Oslo por considerá-los uma capitulação, já que não contemplaram os direitos dos palestinos⁶. Ainda, as tensões entre o Hamas e

² Acrônimo de Harakat Al-Muqawama Al-Islamiyya.

³ Revolta popular palestina

⁴ Essa organização, criada em 1964, veio a ser considerada pela Liga Árabe como legítima representante do povo palestino em 1974. Uma referência sobre a OLP é *The PLO: the struggle within. Towards an independent Palestinian state*, de Alain Gresh (Zed Books, 1985).

⁵ Criada no exílio por países árabes, a OLP passou a ser conduzida por organizações palestinas (sob a liderança do Fatah), somente após a guerra árabe-israelense de 1967.

⁶ Os acordos foram criticados por outros grupos islâmicos e por grupos seculares integrantes da OLP, em particular, a Frente Popular de Liberação Palestina e a Frente Democrática para a Liberação da Palestina (LOPES, 2006).

aquela organização se explicam pela balança de poder formada com os acordos. Vale dizer, como resultados das negociações com Israel, a liderança da OLP pôde retornar do exílio e ocupar os principais cargos do autogoverno interino⁷. Ademais, a Autoridade Palestina (AP), estabelecida em 1994, foi formada majoritariamente por membros do Fatah.

Grupos de oposição ao Fatah interpretaram as eleições de 20 de janeiro de 1996 como um produto do processo de Oslo. Sendo assim, por acreditarem que sua participação seria uma aprovação dos acordos que rejeitavam, bem como uma legitimação de Yasser Arafat no poder, não concorreram naquelas eleições. Por conseguinte, o partido obteve 77% dos assentos do Parlamento e seu líder, Arafat, foi eleito com 88,2% dos votos populares (LOPES, 2006, p. 171). Apesar da abstenção de vários grupos naquele pleito e da conjuntura socioeconômica desfavorável aos palestinos, o apoio popular ao Fatah era expressivo naquela década⁸.

⁷ A Declaração de Princípios, ou Acordo de Oslo I, apresenta o objetivo de se fundar uma autoridade palestina a ser eleita, sob o formato de um autogoverno por um período interino não superior a cinco anos, conforme havia sido proposto nas negociações para a paz em Madri em 1991 (LOPES, 2006, p. 114).

⁸ Em uma pesquisa de opinião pública realizada em dezembro de 1995, 55% dos respondentes disseram preferir o Fatah e 10% dos entrevistados votariam no Hamas (CPRS Poll, n.21). Em outra enquête feita entre 28 e 30 de junho de 1996, o Fatah era o grupo com o maior percentual de aprovação: 39,3% na Cisjordânia e 49,7% na Faixa de Gaza. O Hamas, por sua vez, possuía o apoio de 8,8% da população da

Até a Intifada de Al-Aqsa em 2000, o partido foi bem-sucedido com a eleição de Mahmoud Abbas para o cargo de presidente da AP em janeiro de 2005. Contudo, o Hamas alcançou bons resultados nas eleições municipais naquele ano. De igual forma, confirmou sua ascensão política em 2006, ao obter a maioria dos assentos parlamentares, elegendo, ainda, Ismail Haniyeh para o cargo de primeiro-ministro.

A vitória do movimento islâmico nas eleições para o Conselho Legislativo, naquele ano, se deve a um conjunto de fatores que remontam a uma década de insucessos da AP, assim como às políticas restritivas por parte de Israel e à estagnação nas negociações para uma resolução do conflito israelense-palestino. De mais a mais, o presidente Abbas não era um líder tão popular e carismático quanto Arafat. O Hamas se beneficiou desse cenário, além de ter recebido do público os créditos da retirada israelense da Faixa de Gaza em 2005. Registre-se, também, que o grupo teve um aumento de 55% de sua popularidade entre novembro de 2004, quando do falecimento de Arafat, e dezembro de 2005 (SHIKAKI, 2007, p. 6). Ainda, a partir de 2005, o partido de Haniyeh passou a adotar uma estratégia distinta daquela seguida até então, lhe assegurando votos entre os eleitores seculares. Enfatizando um discurso nacionalista e mod-

Cisjordânia e 6,2% na Faixa de Gaza (PEACE MONITOR, 1996, p. 121).

erado, seus líderes nos territórios palestinos decidiram concorrer às eleições criando o Partido Mudança e Reforma. Sua plataforma propunha uma reforma administrativa e o combate à corrupção, duas das principais reivindicações da população palestina ao criticar a gestão do Fatah. Note-se que não se mencionou a destruição de Israel como define sua Carta de 1987. Mas é feita uma referência ao direito do povo palestino finalizar a ocupação recorrendo a todos os meios, incluindo a luta armada (HROUB, 2006, p. 10). Além disso, desde seu programa político de 2005, tem adotado uma abordagem mais amena em termos da imposição da shari'a⁹ na Faixa de Gaza (KURZ, BERTI e KONRAD, 2012).

Sua decisão em participar de instituições democráticas estabelecidas no âmbito dos Acordos de Oslo é sem dúvida um sinal de transformação do Movimento de Resistência Islâmico. Contudo, sua atuação na arena política como um partido não representou uma renúncia a seus objetivos iniciais. Vale dizer, mantém sua meta de finalizar a ocupação israelense, defender o direito de retorno dos refugiados palestinos e estabelecer um Estado, tendo Jerusalém como sua capital. Ainda, integrar o Conselho Legislativo possibilita à sua liderança adquirir maior legitimidade em outros segmentos da sociedade. Seu sucesso nas eleições parlamentares foi um

marco em sua trajetória, caminhando, pois, de uma posição marginal na sociedade em direção ao status de uma das principais organizações militares e políticas palestinas.

Desdobramentos das eleições de 2006

Em seguida às eleições parlamentares em janeiro de 2006, medidas tomadas por atores externos agravaram a situação socioeconômica palestina, ameaçando o processo democrático em curso. Israel restringiu o fluxo de produtos e pessoas para a Faixa de Gaza, além de ter interrompido a transferência de fundos para a AP, reduzindo, por conseguinte, seus recursos em 60% (SHIKAKI, 2007, p. 7). Imediatamente após as eleições, o Quarteto (Estados Unidos, União Europeia, Rússia e ONU) condicionou sua assistência econômica aos palestinos, ao reconhecimento de Israel pelo Hamas e que este renunciasse à violência, bem como aceitasse os acordos de paz já firmados entre a AP e Israel. Em fevereiro de 2006, antes mesmo de o novo governo ser confirmado pelo Parlamento, os Estados Unidos requereram à AP a devolução de uma verba que lhe havia sido doada para a construção de escolas, casas e estradas na Faixa de Gaza. Isto posto, as sanções internacionais e o boicote diplomático sobre o Hamas objetivavam torná-lo mais moderado ou, ainda, causar seu enfraquecimento por meio da perda de apoio popular por causa de sua baixa capacidade governativa.

⁹ Um conceito religioso do islamismo referente a um sistema de regras e obrigações que as sociedades muçulmanas devem seguir (PASSIA, 2004, p. 112).

Tão logo o Parlamento aprovou o novo governo, Haniyeh e sua equipe tentaram buscar um diálogo com Israel e o Quarteto. O novo primeiro-ministro ressaltou que seu governo permitiria a continuidade das conversações pela paz entre Mahmoud Abbas e Israel. Além disso, o recém-nomeado ministro das relações exteriores, Mahmoud al-Zahar, anunciou que a nova administração gostaria de discutir a paz fundamentada na proposta de dois Estados. O Movimento de Resistência Islâmico demonstrava, naquele momento, claras mudanças em suas estratégias.

Entretanto, os gestos do Hamas não renderam frutos. Os Estados Unidos, que classificam o grupo como terrorista, ordenaram a seus diplomatas não contatarem nenhum de seus membros nem qualquer pessoa que estivesse trabalhando com o partido, independente de sua filiação partidária. Outra medida tomada pelo governo estadunidense, em 2006, foi a proibição de empresas de seu país realizarem quaisquer tipos de transações com a AP. Junto a isso, as sanções externas levaram a um declínio das atividades econômicas e limitaram substancialmente a provisão de bens públicos. O objetivo de punir o Hamas afetou, também, o pagamento dos 164 mil funcionários da AP e, consequentemente, cerca de um milhão de seus dependentes, em sua maioria, aliados do Fatah (EISENSTADT, 2007, p. 16).

Com o agravamento das condições de vida nos territórios palestinos e a drástica redução dos recursos da AP, os atritos entre o Hamas e Fatah tornaram-se recorrentes ao longo de 2006. Depois de algumas tentativas de conciliação entre as partes, ambos os partidos acordaram em formar um governo de unidade nacional em fevereiro de 2007. No entanto, o acordo não durou muito, posto que as divergências entre os dois se acentuaram. Sua incompatibilidade caracteriza-se pelo fato de cada um se concentrar em interesses particulares, em vez de buscarem desenvolver uma agenda comum que contemple os interesses nacionais. Ressalte-se, ainda, que o acordo não definia como o poder seria compartilhado entre as partes.

Por conseguinte, a competição política entre os dois partidos tomou o formato de confrontos mútuos e a escalada da violência nos territórios palestinos em maio e junho de 2007. Na sequência desses acontecimentos, o Hamas expulsou membros do Fatah que ocupavam instituições governamentais na Faixa de Gaza. Como resposta à tomada daquela região, o presidente da AP, Abbas, declarou estado de emergência, formou um novo governo e nomeou Salam Fayyad para o cargo de primeiro-ministro.

Desde então, a Faixa de Gaza e a Cisjordânia se tornaram duas entidades políticas governadas, respectivamente, pelo Hamas e pela AP/Fatah, sendo que cada um possui suas próprias forças de segurança, restringe ou impede as

atividades dos membros do grupo rival. Essa dinâmica tem aprofundado, por sua vez, a polarização entre os dois grupos e as divisões na sociedade palestina.

Para onde caminha o Hamas?

Com a crise político-econômica se agravando¹⁰ em 2007-2008, as críticas ao Movimento de Resistência Islâmico se intensificaram¹¹. O descontentamento com suas táticas violentas no plano doméstico, sua inabilidade em atender as necessidades básicas da população e os confrontos com o Fatah afetaram seu grau de apoio popular.

Todavia, em princípios de 2008, o Hamas recuperou parte de seu prestígio por sua intervenção na reabertura da fronteira com o Egito¹².

¹⁰ Em 2007, o desemprego na Faixa de Gaza estava em torno de 44%, sendo que mais de 80% de sua população dependiam de alimentos fornecidos por organizações internacionais (EISENSTADT, 2007). Em 2008, 51,8% das famílias residentes na Faixa de Gaza e 19,1% na Cisjordânia encontravam-se abaixo da linha de pobreza (HILAL, 2010, p. 31). A guerra de Israel contra Gaza em 2008-2009 agravou esses problemas (HILAL, 2010, p. 31).

¹¹ Uma pesquisa de junho de 2007 revelava que, em caso de novas eleições, o Fatah venceria com 43% e o Hamas receberia 33% dos votos (PSR, Poll n. 24).

¹² Em dezembro de 2006, 36% dos entrevistados em uma enquete votariam no Hamas, sendo que o Fatah receberia 42% dos votos (PSR, Poll n. 22). Em outra pesquisa realizada um ano depois, o Hamas teria 31% dos votos e o Fatah contaria com 49% do apoio dos eleitores (PSR, Poll n. 26). Em uma enquete conduzida entre 23 de janeiro e 3 de fevereiro de 2008, 34% dos votos para o parlamento seriam para o Hamas e 46% para o Fatah (PSR, Special Poll, 2008). Por outro lado, comparando a administração de Haniyeh e Fayyad, o primeiro tinha uma aprovação

Observe-se, porém, que a população continuava reprovando o fato de o mesmo recorrer ao uso da força como meio para manter o controle sobre a Faixa de Gaza¹³. No entanto, a Guerra contra Gaza, executada por Israel em 2008-2009, favoreceu a liderança daquela região¹⁴. O mesmo se constata quando da Operação Pilar de Defesa realizada pelo exército israelense contra aquele território em novembro de 2012¹⁵.

Nota-se, pois, uma oscilação no nível de apoio popular ao partido de Haniyeh desde sua eleição ao Conselho Legislativo. Na ocorrência de ofensivas militares israelenses sobre a Faixa de Gaza, o Hamas tem maior aceitação popular. Por outro lado, quando os ataques são interrompidos, sua baixa capacidade governativa e o impasse com o Fatah no estabelecimento de um

de 43%, enquanto o segundo era positivamente avaliado por 37% dos entrevistados (PSR, Special Poll, 2008). Logo após a reabertura do entreposto em Rafah (fronteira com o Egito), em março de 2008, o índice de popularidade de Haniyeh era de 47% (PSR, Poll n. 46).

¹³ Setenta e dois por cento da população desaprovavam o uso da violência pelo Hamas na manutenção do controle da Faixa de Gaza (PSR, Special Poll, 2008).

¹⁴ A popularidade do Hamas passou de 28%, em dezembro de 2008, para 33%, em março de 2009 (PSR, Poll n. 31).

¹⁵ Para oitenta e um por cento de entrevistados em uma pesquisa, o Hamas foi vitorioso naquela guerra. Ainda, Haniyeh venceria Abbas caso houvesse novas eleições presidenciais em dezembro de 2012 (48% e 45% dos votos, respectivamente). Em uma pesquisa três meses antes, o quadro era o inverso (51% dos votos para Abbas e 40% dos entrevistados elegeriam Haniyeh). (PSR, Poll n. 46).

governo de unidade nacional são fatores levando a uma queda de sua popularidade¹⁶.

Caso o status quo se mantiver, ou seja, não ocorrendo uma reconciliação entre o Fatah e o Hamas, se as condições de governo deste último continuarem limitadas pelos fatores externos anteriormente mencionados, e na ausência de uma nova ofensiva israelense, o partido de Abbas provavelmente deve vencer as urnas em eleições parlamentares. Consoante uma pesquisa de opinião pública sobre as intenções de voto para o Conselho Legislativo, realizada em setembro de 2013, 38% dos entrevistados votariam naquele partido, enquanto 31% elegeriam o Hamas. Ainda segundo essa enquete, para o posto de presidente da AP, Haniyeh perderia para Mahmoud Abbas ou Marwan Barghouti, ambos do Fatah¹⁷.

Contudo, dada a pequena margem de diferença no percentual de preferência de votos dos eleitores, mesmo se o Fatah obtiver a maioria dos assentos no parlamento e vencer as eleições presidenciais, possivelmente terá dificuldades em

implementar sua agenda. Poder-se-ia chegar a uma paralisia decisória no governo no que diz respeito a questões que ainda revelam distintos posicionamentos quanto às negociações com Israel, demarcação de fronteiras e ao formato do futuro Estado palestino, a saber, secular ou islâmico.

Junto aos problemas enfrentados nas esferas política e econômica, o Hamas encontra-se diante de desafios decorrentes de certos eventos no Oriente Médio e no interior do grupo. Em nível regional, o movimento islâmico depara-se com dilemas relacionados aos desdobramentos da guerra civil na Síria - país em que alguns de seus membros mantinham um escritório - e a crise no Egito, a partir da deposição de Mohammed Morsi, membro da Irmandade Muçulmana. Trata-se, pois, de um momento de revisão de suas alianças regionais.

Ao tomar partido dos revolucionários no conflito sírio, o Hamas perdeu o apoio do regime de Bashar Assad, um de seus principais financiadores. Com a saída de sua liderança de Damasco em janeiro de 2012, o movimento esperava que o novo regime de Morsi, eleito em julho de 2012, se tornasse seu aliado político. Entre as questões em que o novo presidente poderia favorecer os palestinos, estava a abertura de uma rota para o comércio da Faixa de Gaza. No entanto, a deposição do presidente egípcio por militares, em 3 de julho de 2013, e a continuidade dos protestos em seu país constituem com-

¹⁶ Vale conferir a enquete feita entre 21 e 23 de junho de 2012 pelo *Palestinian Center for Policy and Survey Research*, Poll n. 44.

¹⁷ Até o momento em que este artigo foi elaborado, não havia sido definida uma data para as eleições parlamentares e presidenciais. Mas, conforme a enquete pública mencionada acima, Abbas receberia 51% dos votos se disputasse as eleições para o posto de presidente com Haniyeh que, por sua vez, receberia 42% de votos. O percentual de votos para este último cairia para 35% se concorresse para a presidência da AP com Marwan Barghouti que, por seu turno, obteria 58% dos votos (PSR, Poll n. 49).

plicadores para a atual situação do governo do grupo de Haniyeh. Em outras palavras, uma vez que esse país volta-se para suas questões domésticas, é possível que Haniyeh e seus aliados não recebam suficiente apoio a favor de seu posicionamento no embate com o partido de Abbas. E, mais recentemente, as relações entre autoridades de Gaza e Cairo têm sido afetadas por causa do tráfico ilegal por meio de túneis entre suas fronteiras (WHITE, 2013, p. 138), assim como pela acusação pelo exército egípcio que palestinos têm participado em alguns confrontos no Sinai.

Como foi dito acima, o Hamas tem lidado com certos desafios relacionados à dinâmica entre membros do próprio grupo. Em certa medida, as tensões refletem fatores que afetam o posicionamento de seus líderes sobre temáticas tais como o reconhecimento ou não de Israel e, consequentemente, os limites territoriais do futuro Estado, e sua integração à OLP, organização que sempre criticaram. Esses fatores são, a saber: sua separação geográfica devido à descontinuidade territorial entre a Faixa de Gaza e Cisjordânia; local de residência, ou seja, nos territórios palestinos ou no exterior; seus papéis no Movimento de Resistência Islâmico (em atividades militares, religiosas ou de governança). Seguindo a mesma lógica, tem havido discussões sobre a criação de um novo partido separado do movimento e de seu braço armado (ICG, 2012, p. 16).

No que se refere ao plano ideológico, há distintas visões acerca de determinadas questões relacionadas a princípios fundacionais do movimento. De um lado, encontram-se Mahmoud al-Zahar e outros defensores do princípio da luta armada contra Israel e a manutenção das relações com o regime do Irã. De outro, há quem argumente a alternativa de se recorrer a meios não violentos na busca de uma solução para os problemas palestinos.

Um dos principais representantes desse segundo grupo é Khaled Meshal, líder do Hamas desde 2004. Seguindo essa ordem de ideias, Meshal negociou no Cairo um acordo com a AP em maio de 2011, o qual foi ratificado em um encontro com Abbas em Doha, em fevereiro de 2012. Essas ações, sem a anuência da liderança em Gaza, geraram mais divergências no movimento. Segundo o acordo, considera-se Abbas como o futuro chefe do governo de unidade nacional a ser implementado. Claro está que tal arranjo, sem a aprovação da liderança em Gaza, dificulta uma reconciliação entre Haniyeh e Abbas. As negociações entre ambos trataram, também, das novas eleições palestinas para a presidência e para o legislativo, assim como para o Conselho Palestino Nacional, um órgão da OLP.

Mesmo que não se vislumbre, em curto prazo, a implementação do acordo ratificado em Doha, não parece provável que o mesmo seja revogado. Primeiramente, a liderança do mo-

vimento islâmico na Faixa de Gaza, que já se encontra em uma posição vulnerável diante de seu eleitorado e de sanções internacionais, possivelmente comprometeria ainda mais seu apoio doméstico. Vale lembrar que pesquisas de opinião pública têm indicado um considerável percentual de palestinos a favor da reconciliação entre Hamas e Fatah (PSR, Poll, n. 47). Em segundo lugar, uma quebra do acordo teria custos nas relações entre o movimento islâmico e Qatar que, por sua vez, facilitou as negociações entre Meshal e Abbas.

Dados o contexto da dinâmica regional e o enfraquecimento da liderança da AP para negociar uma solução para a causa palestina, as tensões acima apontadas podem levar a mudanças mais substantivas no Movimento de Resistência Islâmico. Destaque-se, também, que as divisões internas no grupo e em sua esfera doméstica favorecem a Israel. No entanto, caso consigam conciliar seus distintos posicionamentos a favor dos interesses nacionais, nas linhas de argumentação de Meshal e Abbas; e se o Hamas tiver representação na OLP, os palestinos teriam sua posição mais fortalecida em uma mesa de negociação com os israelenses¹⁸. Por outro lado, resta saber se Israel aceitaria negociar com a OLP e a AP compostas por integrantes do Hamas. De igual forma, a resolução do conflito entre os dois

povos, também, depende da reação dos Estados Unidos sobre a inclusão de representantes do movimento islâmico em conversações para a paz.

Considerações Finais

Conforme exposto ao longo deste artigo, em sua trajetória o Hamas passou por mudanças em sua agenda. Algumas de suas linhas de ação têm gerado divisões no grupo que podem levar a uma redefinição de algumas de suas estratégias com implicações na dinâmica intra-palestina, assim como no conflito israelense-palestino.

Ao concentrar a análise no Movimento de Resistência Islâmico e em suas relações com seu principal grupo oponente, Fatah, pretendeu-se chamar a atenção para a complexidade de questões na esfera doméstica palestina que representam desafios para seu governo, assim como para uma resolução do conflito com Israel, ainda que indiretamente.

Cabe, ainda, refletir sobre duas questões referentes à formação de um governo de unidade nacional. A primeira diz respeito à relação entre o compartilhamento de poder e a administração do conflito entre o Hamas e Fatah. A segunda trata da conexão entre compartilhamento de poder e intervenção externa no atual impasse entre esses dois grupos. Ambas concernem ao estabelecimento de um arranjo em que as partes decidam coexistir sem recorrerem à violência.

Estudos sobre compartilhamento de poder salientam que um arranjo político entre grupos conflitantes favorece a construção de um

¹⁸ Considerando-se o fato de não haver um Estado Palestino, creio que a participação e representação dos grupos palestinos por meio da OLP sejam essenciais.

sistema político democrático capaz de criar mecanismos que evitem as tendências centrífugas em sociedades divididas (SISK, 1996, p. 77). Seguindo essa linha de raciocínio, restrições tais como a aplicação de veto, a introdução de pactos de segurança mútua, e a oferta de assentos em altos cargos no governo são exemplos de incentivos que poderiam ser criados para a cooperação entre o Hamas e Fatah. Nessa direção, considera-se relevante que as práticas de compartilhamento de poder se desenvolvam em um ambiente em que as partes se comprometam a identificar “um destino comum” (SISK, 1996, p. 77).

De acordo com estudos sobre essa temática, não é necessário existir uma cultura política ou valores comuns. Mas, é preciso haver um conjunto mínimo de condições para a adoção de práticas regulatórias para eventuais conflitos após o arranjo político entre as partes. Sua conscientização sobre essa necessidade constitui uma condição fundamental em um processo de paz. Trata-se, pois, de entenderem que a conciliação de seus interesses não representa uma forma de subjugar o outro mas, antes, um meio de se determinar, conjuntamente, soluções para suas divergências (SISK, 1996, p. 78). Dentre os incentivos que levariam grupos em conflito a criarem tal compromisso e mecanismos que regulem os conflitos estão: a existência de uma ameaça externa comum; o reconhecimento de que o conflito tem implicações sobre a esfera econômica; e o nível de violência decorrentes dos

confrontos (SISK, 1996). No caso examinado neste artigo, as três condições são notórias.

Contudo, dado o histórico das relações entre o Hamas e Fatah desde 2006, a implementação de práticas de compartilhamento de poder sugere a importância de uma mediação para o controle do conflito. Tal processo dependeria não só da capacidade de agentes externos ao conflito persuadirem as partes a negociarem mas devem, também, simultaneamente envolver outros setores da sociedade que não participaram dos confrontos (SISK, 1996, p. 85). Diz respeito a se alcançar o que Horowitz argumenta sobre a necessidade de se “encontrar uma base mínima para viverem juntos” (1985, p. 583). Ainda, de se incluir outros atores capazes de legitimamente representarem as demandas sociais, a exemplo dos bem-sucedidos processos de negociação na África do Sul, em Moçambique e na Irlanda do Norte (OHLSON e SÖDERBERG, 2002, p. 29).

Referências

- CENTER FOR PALESTINE RESEARCH AND STUDIES (CPRS) Polls. Survey Research Unit. Poll n. 21, Dec. 7-10, 1995. Disponível em <<http://www.pcpsr.org/survey/cprspolls/94/poll1.html>>. Acesso em 20 de out. 2013.
- EISENSTADT, Michael. The Palestinians between state failure and civil war. Policy Focus, n. 78, The Washington Institute for Near East Policy, dez. 2007.
- GRESH, Alain. The PLO: the struggle within. Towards an independent Palestinian state. Zed Books, 1985.
- HILAL, Jamil. Hamas's rise as charted in the polls, 1994-2005. Journal of Palestine Studies, vol. 35, n. 3, p. 6-19, 2006.
- HILAL, Jamil. The polarization of the Palestinian political field. Journal of Palestine Studies, vol. 39, n. 3, p. 24-39, 2010.

HOROWITZ, Donald. *Ethnic groups in conflict*. Berkeley, University of California Press, 1985.

HROUB, Khaled. A “New Hamas” through its new documents. *Journal of Palestine Studies*, vol. 35, n. 4, p. 6-27, 2006.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP (ICG). *Light at the end of their tunnels? Hamas & the Arab uprisings*. Middle East Report, n. 129, 14 agosto de 2012, 52 p.

KURZ, Anat; BERTI, Benedetta; KONRAD, Marcel. The institutional transformations of Hamas and Hizbollah. *Strategic Assessment*, vol. 15, n. 3, out. 2012.

LOPES, Liana Araújo. *A Autoridade Palestina e a resolução do conflito com Israel*. 2006. Tese (doutorado). PUC, Instituto de Relações Internacionais, Rio de Janeiro. 278p.

OHLSON, T; SÖDERBERG, M. *From intra-state war to democratic peace in weak states*. Department of Peace and Conflict Research, Uppsala University, 2002.

PALESTINIAN CENTER FOR POLICY AND SURVEY RESEARCH (PSR). *Public opinion polls: numbers 22-48*. Disponível em <<http://pcpsr.org>>. Acesso em 30 out. 2013.

PASSIA – Palestinian Academic Society for the Study of International Affairs. *Dictionary of Palestinian Political Terms*. Jerusalem, 2004.

PEACE MONITOR: 16 February-15 May 1996. *Journal of Palestine Studies*, vol. 25, n. 4, p. 114-124, 1996.

SHIKAKI, Khalil. *With Hamas in Power: impact of Palestinian domestic developments on options for the peace process*. Working Paper 1. Crown Center for Middle East Studies, Brandeis University, fev. 2007.

SISK, Timothy D. *Power sharing and international mediation in ethnic conflicts*. United States Institute of Peace. Washington, D. C., 1996.

WHITE, Ben. Quarterly update on conflict and diplomacy. *Journal of Palestine studies*, vol. 42, n. 4, p. 126-149, 2013.

Recebido em: 14 de dezembro.

Aceito em: 8 de fevereiro.



A Ásia no sistema internacional e a China como pivô

Paulo Fagundes Visentini¹ • Maio de 2014

Resumo:

O crescimento da China não é um fenômeno que afeta somente a própria Ásia, nem um processo de aspectos contemporâneos de fluidos. É algo enraizado na História de longo alcance. A China não é "emergente", mas "re-emergente", e suas ações internacionais não são fáceis de explicar tendo como base apenas em teorias ocidentais de IR, mas também nas relações históricas entre os países asiáticos. Atualmente, o desenvolvimento da China está chegando a uma nova fase, através de um player global, se não for uma potência global.

Palavras-chave: Crescimento Chinês, Ásia e Relações Internacionais, China e Ásia

Abstract:

The China's raising is not a phenomenon that only affects Asia itself, nor a process of fluid contemporary aspects. It's something rooted in the long range History. China is not "emerging", but "re-emerging", and its international actions are not easy to explain focused only on Western Theories of IR, but also in the historical relations among Asian countries. Presently, China's development is reaching a new phase, means of a global player, if not a global power.

Key words: China's rising, Asia and International Relations, China and Asia

¹ Professor Titular de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul(UFRGS). Pós-doutorado em Relações Internacionais pela London School of Economics (1997), Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (1993), Mestre em Ciência Política pela UFRGS (1983), Bacharel e Licenciado em História pela UFRGS (1980).

As grandes nações têm buscado estreitar suas relações com a Ásia, e com a China em particular, num misto de interesse e apreensão. A etapa de “invadir” o mercado sino-asiático deu lugar ao temor frente ao “perigo amarelo” comercial, com a “invasão” dos mercados ocidentais pelos produtos orientais (geralmente fabricados por corporações transnacionais Ocidentais), e com a percepção de pânico frente à idéia de que a China deverá se tornar a primeira potência econômica em breve. Já a Índia, que também conhece notável desenvolvimento, ainda é pouco conhecida na sociedade brasileira. O Dragão Chinês e o Elefante Indiano obscureceram os Tigres Asiáticos e o Japão, e prosseguem em seu crescimento econômico.

As empresas e os governos passam, aos poucos, a se dar conta de que desconhecem as sutilezas das estruturas e procedimentos do modelo de desenvolvimento e da diplomacia asiáticas, que era analisada através de modelos elaborados no Ocidente, os quais desconheciam a história da Ásia e as percepções que os asiáticos têm das nações ocidentais e das relações internacionais. Há outra visão do mundo que precisa ser desvendada e se faz necessário compreender os interesses em jogo e a disputa de poder subjacente. Isto também é válido para o Brasil, que, inicialmente, viu a China como uma oportunidade de negócios, depois como Parceiro Estratégico na ascensão global, e agora como um desafio que

pode nos levar a buscar outras alianças ou reviver antigas, com conseqüências incertas.

A Ásia oriental e meridional, do Japão ao Paquistão, abriga mais da metade da população mundial e várias das mais sólidas e antigas civilizações. Durante cinco séculos os impérios continentais da região foram eclipsados pelos impérios marítimos do Ocidente (ADSHEAD, 2000). Mas no século XX iniciaram um processo de transformações múltiplas, que está impulsionando seu desenvolvimento econômico-social e alterando não apenas sua posição dentro do sistema mundial, mas a própria estrutura e essência deste.

História e cultura

Durante os últimos cem anos a Ásia foi marcada por grandes acontecimentos internacionais como a emergência do Japão como potência em 1905, a Guerra do Pacífico, Revolução Chinesa e as Guerras da Coreia, da Indochina e do subcontinente indiano. Importantes alterações estratégicas, de alcance regional e mundial também ocorreram, como a cisão sino-soviética e a aliança sino-americana, em meio à constituição de potências nucleares. Um amplo e diversificado processo de modernização econômica e política provocou a ascensão de potências regionais e mundiais, no quadro de recuperação das nações asiáticas e da afirmação de princípios de soberania, característicos do sistema westfaliano.

A Ásia Oriental e, em menor medida, meridional, têm constituído a região de maior dinamismo econômico no mundo há quatro décadas (Japão, Tigres, China e Índia), o que tem produzido uma nova configuração das relações de poder regionais e globais, com a ascendência de novos pólos de poder. Contudo, a importância deste fenómeno não tem sido apreendida em toda sua dimensão e complexidade. Esta região e seu processo de inserção internacional são comumente analisados a partir de premissas inadequadas.

A Ásia não constitui um “bloco”, e o Japão foi deixando de seu centro dinamizador, pois os fenómenos atualmente em curso na Ásia, embora se encontrem articulados ao conjunto das transformações globais, apresentam formas peculiares. Gradualmente a China foi emergindo como pólo articulador da região, com base na economia e no resgate de seu papel histórico e a Ásia concentra vários núcleos de poder, que constituem as bases para um sistema mundial multipolar. Mais ainda, pode-se especular sobre a gradual formação de um amplo espaço eurasiático.

Na Ásia oriental e meridional há quatro Estados de grande porte em termos de extensão territorial, população e/ou dimensão do PIB: a China, a Índia, o Japão e a Indonésia, além de outros de dimensão média. Todavia, eles podem ser agrupados em duas matrizes civilizacionais, a chinesa (confuciana) e a indiana. O Japão pertence a primeira e a Indonésia é uma nação

muçulmana (a maior do mundo em seguidores desta religião), malaia e, por seu passado budista, guarda vestígios societários da matriz indiana.

A civilização chinesa possui mais de quatro milênios de história com notável continuidade, com um Estado centralizado, de marcante continuidade histórica. Desde suas origens remotas o Estado chinês foi caracterizado pela ênfase na centralização político-administrativa, na homogeneidade e na continuidade. Em grande parte isto se deve à filosofia confuciana, um conjunto de normas de comportamento social. Cabe ressaltar que na China, e no conjunto da Ásia, a noção de indivíduo encontra-se amplamente subordinada à noção de coletivo.

Já a civilização indiana era bem diferente. Enquanto os chineses eram etnicamente homogêneos (han), a Índia se caracteriza pela diversidade étnica, cultural e religiosa, decorrente de inúmeras invasões. A cada nova conquista/migração se estabelecia uma nova casta ou religião, que se sobrepunha às já existentes, criando hierarquias e complexas divisões de trabalho e papéis sociais. Desta forma, a Índia se caracterizou pelos particularismos e pela diversidade. Tudo isso contribuía para que as forças de mudança fossem enfraquecidas. Os Impérios e Reinos Hindus, ao longo da história, não possuíam um centro geográfico e étnico único. Ao contrário da civilização chinesa, a indiana foi berço de diversas religiões, algumas se expandindo por amplas regiões, como foi o caso

do budismo, que acabou se tornando uma religião predominantemente não indiana. Já o sudeste asiático recebeu tanto a influência chinesa (Vietnã) como indiana (Mianmar, Tailândia e Camboja), e mais tarde muçulmana (Indonésia e Malásia).

Guerras e Revoluções

Desde o final da Primeira Guerra Mundial, com o triunfo da Revolução Soviética, o início da Revolução Chinesa e o enfraquecimento das potências coloniais, reforçados pela ambição do Japão se tornar a potência naval do Oceano Pacífico, um novo cenário estratégico emergiu. Com a Grande Depressão o Império Japonês iniciou seu avanço sobre a China e, posteriormente, se voltou para as colônias européias do sudeste asiático (ricas em recursos naturais), o que conduziu ao conflito com os Estados Unidos. A Grande Guerra do Pacífico foi concluída com a derrota total do Japão, com a utilização de uma arma de destruição massiva, a Bomba Atômica.

Era necessário para Washington evitar o renascimento do poder japonês, bem como controlar a emergência da URSS na Ásia oriental e dos movimentos de libertação nacional que se formaram na luta contra a invasão japonesa. Assim, a China do Kuomintang foi elevada, artificialmente, ao status de grande potência pelos EUA, ocupando um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Mas tal estratégia estava fora da realidade e durou pouco:

os comunistas venceram a guerra civil na China, ocorreu a Guerra da Coreia e, na sequência, os americanos se envolveram na do Vietnã. Para tanto, necessitaram do Japão, resgatado de seu papel de paria.

Assim, um novo cenário emergiu na região asiática. Durante a Guerra Fria, do ponto de vista geopolítico o continente esteve dividido e o Japão foi o centro do desenvolvimento econômico, em aliança subordinada com os Estados Unidos. A Guerra da Coreia terminou com um “empate” e a do Vietnã com a derrota americana. A República Popular da China, inicialmente se apoiando na URSS, foi praticamente excluída diplomática e economicamente, e experimentou vários modelos de desenvolvimento. Tais iniciativas, bem como a acomodação buscada por Moscou com Washington na sequência da desestalinização, produziram a cisão sino-soviética nos anos 1960. A Revolução Cultural e o bloqueio internacional tiveram graves consequências para a China.

Mas nos anos 1970, no contexto da derrota que se avizinhava para os EUA no sudeste asiático, houve espaço para uma aliança sino-americana, a qual permitiu a Beijing ocupar uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU (KISSINGER, 2011). Paralelamente, o “Milagre Japonês” teve como sequência o desenvolvimento dos Tigres Asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong e Cingapura). Na década seguinte a China lançou sua modernização e

desenvolvimento e, no início dos anos 1990 a URSS desapareceu e a Guerra Fria foi encerrada. E a partir da experiência histórica do anti-colonialismo, do nacionalismo, do socialismo e do desenvolvimento econômico, bem como da visão diplomática que engendraram que as relações internacionais da Ásia devem ser analisadas.

Coexistência Pacífica

A diplomacia asiática contemporânea tem como um dos seus mais sólidos postulados, aceitos praticamente pela totalidade dos Estados da região, os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica. Eles foram enunciados há pouco mais de meio século por Chu En-lai, o fundador da diplomacia da República Popular da China, durante viagem à Ásia meridional, que representavam uma espécie de padrão para as relações internacionais. Os cinco princípios são: 1) respeito mútuo à soberania e integridade nacional, 2) não agressão, 3) não intervenção nos assuntos internos de um país por parte de outro, 4) igualdade e benefícios recíprocos e 5) coexistência pacífica entre Estados com sistemas sociais e ideológicos diferentes. Este padrão de conduta internacional foi, desde então, o norteador da diplomacia chinesa, do Movimento Neutralista e foi adotado pelo Movimento dos Países Não-Alinhados (fundado em 1961).

Os princípios, formulados na esteira das negociações de Genebra para encerrar a primeira Guerra do Vietnã (contra a França) em 1954,

foram ratificados pelos chamados países neutralistas (Índia, Birmânia, Indonésia, entre outros) na Conferência Afro-asiática de Bandung, realizada na Indonésia em 1955. Tratava-se de uma agenda para o posicionamento internacional dos países do Terceiro Mundo (nações em desenvolvimento da África, Ásia, América Latina e Oceania), em favor da descolonização, do desenvolvimento econômico e do repúdio aos blocos militares da Guerra Fria. O indiano Nehru, o birmanês U Nu, o indonésio Sukarno, o egípcio Nasser, o iugoslavo Tito, o ganês N'Krumah e o chinês Chu En-lai foram os principais ativistas do Movimento dos Não-Alinhados e difusores destes princípios.

Com o avanço do processo de descolonização, uma centena de países do Terceiro Mundo ingressou na ONU nas duas décadas seguintes, o que alterou a correlação de forças dentro da Assembléia Geral da organização. Aliás, os princípios eram, em boa medida, inspirados na Carta das Nações Unidas. Os cinco princípios contribuíram, igualmente, para deslegitimar a política das superpotências e dos blocos militares e de poder, influenciando na adoção da agenda da Nova Ordem Econômica Internacional, formulada pelos Não-Alinhados e adotada pela ONU nos anos 1970.

Os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, além de constituírem uma estratégia inteligente para a política externa dos grandes países em desenvolvimento da periferia do sistema

mundial, representam a afirmação planetária da concepção westfaliana das relações internacionais. De fato, se observarmos com cuidado, cada um dos itens retoma, de forma atualizada, os princípios da Paz de Westfália de 1648, que consagraram o Estado como principal ator da política internacional. Assim hoje, quando os regimes internacionais supranacionais e a nova hegemonia norte-americana buscam reafirmar uma política de poder, ainda que dentro de outros parâmetros, os Cinco Princípios mostram sua atualidade como instrumento de ação dos países em desenvolvimento (IKENBERRY, & MASTANDUNO, 2003).

Mais do que isto, eles representam uma estratégia para a afirmação de um sistema mundial multipolar. Daí o destaque que a diplomacia chinesa deu às comemorações do cinquentenário dos mesmos, afirmando que a globalização deve coexistir com o legado da história, que produziu uma diversidade de países e pluralidade de culturas. Sem dúvida, uma visão que contrasta com o Choque de Civilizações, visão que legitima as políticas de força nas relações internacionais. Finalmente, os Cinco Princípios são reapresentados como um código de conduta que favorece a todos e prega, como se auto-denomina, a Coexistência Pacífica.

Da História à Política

O colapso do regime e do Estado soviéticos em 1991 teve enorme impacto geopolítico

na Eurasia. Enquanto os “muros asiáticos” ruíam e a região restabelecia fluxos interrompidos ou muito debilitados, a China despontava com um crescimento irreversível e uma posição internacional ascendente e o Japão entrava num longo processo de estagnação. Na sequência, a Índia também iniciava um ciclo de crescimento econômico, internacionalização e integração regional (a SAARC), além de reconhecimento de seu status de potência nuclear.

Já o sudeste asiático, através da ASEAN, lograva um bem sucedido processo de integração e desenvolvimento que reúne repúblicas e monarquias, democracias e regimes militares, modelos capitalistas e socialistas e Estados industrializados e menos desenvolvidos, grandes e minúsculos. No nordeste asiático, apesar das tensões calculadas e teatrais na península coreana e da estagnação do Japão, a reconstrução do espaço geopolítico prossegue. Aliás, inclusive no conjunto do continente, através da Organização de Cooperação de Xangai.

Os postulados westfalianos de soberania são matizados pelos conceitos asiáticos de hierarquia e estabilidade, numa visão sistêmico-diplomática de longo prazo. O capitalismo global impulsionado pela economia socialista de mercado chinesa conquista mercados além-mar e adquire empresas e dívidas dos países Ocidentais. Mais ainda, na frenética busca por fontes de energia e matérias primas, os Cinco Princípios da Coexistência Pacífica estabelecem novos eixos de

Cooperação Sul-Sul, como os da China e Índia com a África, alterando o equilíbrio mundial e conferindo substância a um sistema mundial multipolar em formação.

Para completar, com a crise da zona Euro e do dólar, os Estados Unidos buscam uma parceria com a China, conhecida como G-2, num dinamismo acelerado que faz com que obras respeitáveis envelheçam em poucos meses. Mas o dinamismo da fase contemporânea faz com que tais arranjos durem muito pouco. Atualmente, o que se observa, é uma estratégia de concencao da China pela Europa e, principalmente, pelos Estados Unidos, utilizando-se de recursos diplomáticos, militares e financeiros. Um dos pontos cruciais, que explorar-se-a como estudo de caso, são as relações com os países em desenvolvimento, particularmente no contexto da crise atual.

A China, o Sul e a crise

A realização das Olimpíadas em 2008 mostrou ao mundo a face moderna e orgulhosa da Novíssima China, que se popularizou, impregnando o imaginário coletivo, apesar de questões aterrorizantes sistematicamente veiculadas pelos meios de comunicação. O sistema político alcançou estabilidade e grande capacidade de renovação, enquanto as dimensões sociais e ambientais se tornaram objetivos prioritários do governo. Mas mais interessante, foi a rápida e silenciosa passagem da China da condição de simples receptora de investimentos a investidora

no exterior. Enquanto sua projeção para a Ásia Central se tornou mais complicada pela Guerra ao terrorismo comandada por Washington, Beijing simplesmente aprofundou com intensidade a internacionalização de sua economia para a África e América Latina.

Nessa última, a cautela é visível, uma vez que se trata de uma região de influência norte-americana. Mas as oportunidades econômicas, que estão, em tese, abertas a todos, são exploradas com competência pelos chineses. No mesmo sentido, os regimes progressistas surgidos na região tiraram proveito diplomático da situação, ganhando maior autoconfiança. Mas é na África que as empresas internacionalizadas da China tem feito maior avanço, deslocando rapidamente os interesses europeus e configurando uma nova situação política e econômica no continente negro. Em apenas uma década a realidade africana sofreu uma reviravolta de 180 graus, fazendo o continente se tornarem um importante protagonista das relações internacionais. Outras regiões em desenvolvimento também foram rapidamente integradas à internacionalização da economia chinesa, além de ter aumentado drasticamente a aquisição de companhias nos países desenvolvidos.

Em 2008 eclodiu a crise “financeira” que abalou profundamente os países da OCDE, mas poupou os BRIC e boa parte do mundo em desenvolvimento, a ponto da Secretária Clinton ter solicitado ajuda chinesa para sustentar o dólar

e retomar o crescimento. Segundo ela, a agenda dos Direitos Humanos não deveria ser a prioridade nessa relação “entre parceiros”, o que sugeria, conforme alguns analistas, a formação de uma espécie de G-2. Certamente essa situação será explorada pelos chineses, mas numa perspectiva conjuntural, pois as mudanças em curso somente se tornariam irreversíveis com o advento de uma ordem mundial multipolar, gerida multilateralmente por uma ONU reformada.

É necessário salientar, como lembrou Robert Brenner, que a crise atual já se encontrava inscrita na década de 1970. Como resposta a essa, o capitalismo Ocidental engendrou um novo modelo de acumulação, o qual se realiza não mais por crescimento (agregação de riqueza nova), mas por expropriação/apropriação dos bens coletivos (públicos). Neste sentido, a financeirização é apenas uma forma desse processo, e não sua essência ou um fim em si mesmo. E ao longo dos anos 1980, essa versão enfraquecida e não agregadora do capitalismo teve de buscar integrar um novo espaço que se abriu com a entrada da China e do ex-campo soviético na economia mundial. Essa aumentou em um terço em termos de PIB, recursos naturais e mercado consumidor.

As tentativas de associar de forma subordinada esses novos espaços acabou fracassando, sob acusação de “capitalismo mafioso” ou “capitalismo socializante ou estatista”. Mais ainda, parece que em outros países anteriormente inte-

grados ao Consenso de Washington está ocorrendo uma reversão. Assim, essa economia mista tem se mostrado mais dinâmica que a versão neoliberal do capitalismo, gerando o que foi denominado de Consenso de Beijing. Naturalmente, a China tem problemas domésticos, por ter copiado muitos elementos negativos do Ocidente, como a indústria automobilística, além do processo de desenvolvimento fomentar uma elite empresarial individualista, que pode vir a criar problemas políticos. Manter a unidade do país também exigirá esforço e criatividade.

A questão central, todavia, se encontra no plano internacional, que é evitar a Síndrome alemã. Como acomodar o crescente desenvolvimento econômico e sua correspondente expansão de poder político e militar na atual (des)ordem mundial, sem gerar uma frente anti-chinesa e, no limite, uma guerra? Daí a sutileza e complexidade das relações com os Estados Unidos e a insistência em fomentar o surgimento de pólos de poder autônomos (América do Sul, África, Índico) e compartilhar o desenvolvimento com os vizinhos e essas regiões. A velocidade das transformações tem exigido constantes reajustes estratégicos, mas até agora a China tem conseguido realizá-los.

A expansão da cidadania não apenas pela ampliação das liberdades, mas, especialmente, pela ampliação do consumo material está gerando um novo paradigma internacionalizado. Esse processo multiplica atores e, portanto, tensões,

sendo necessário criar novos mecanismos políticos de agregação. Por fim, a incorporação de bilhões de pessoas, que até agora apenas sobreviviam, gera discussões globais sobre recursos naturais e meio ambiente. A novidade é que os poderosos países da OCDE já não se encontram mais em posição de impor soluções unilaterais em benefício próprio.

Referências

- ADSHEAD, S.A.M. *China in world History*. London: Macmillan/Palgrave, 2000.
- ALDEN, Chris, LARGE, Daniel, and OLIVEIRA, Ricardo de (Eds). *China returns to Africa. A rising power and a continent embrace*. London: Hurst & Company, 2008.
- AUSTIN, Greg, and HARRIS, Stuart. *Japan and Greater China. Political economy and military power in the Asian Century*. London: Hurst & Company, 2001.
- BOQUÉRAT, Gilles, and GRARE, Frédéric (Eds). *India, China, Russia. Intricacies of an Asian Triangle*. New Delhi: India Research Press, 2004.
- BOUISSOU, Jean-Manle, FAURE, Guy, et LAIDI, Zaki. *L'expansion de la puissance japonaise*. Bruxelles: Complexe, 1992.
- CLEGG, Jenny. *China's global strategy. Towards a multi-polar world*. London: Pluto Press, 2009.
- COHEN, Stephen. *India, emerging power*. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- CUMINGS, Bruce. *North Korea*. New York/ London: New Press, 2004.
- DEEPAK, B.R. *India & China, 1904-2004. A Century of Peace and Conflict*. New Delhi: Manak Publications, 2005.
- DITTMER, Lowell, and YU, George T. (ed.). *China, the developing world, and the new global dynamic*. Boulder/ London: Lynnr Rienner Publishers, 2010.
- DOMENACH, Jean-Luc, et GODEMENT, François (dir.). *Communismes d'Asie: mort ou métamorphose?* Bruxelles : Complexe, 1994.
- HARRISON, Selig S. *Korean endgame. A strategy for reunification and U. S. Disengagement*. Princeton: Princeton University Press, 2002.
- IKENBERRY, G. John, and MASTANDUNO, Michael. (Eds). *International Relations Theory and the Sio-Pacific*. New York: Columbia University Press, 2003.
- HUNTINGTON, Samuel P. *O Choque de Civilizações - e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- KISSINGER, Henry. *Sobre a China*. Rio de Janeiro: Record, 2011..
- LI, Ming. *The rise of China and the demise of the capitalist world economy*. New York: Monthly Review Press, 2008.
- MACKERRAS, Colin, TANEJA, Pradeep & YOUNG, Graham. *China since 1978: reform, modernisation and "Socialism with Chinese Characteristics"*. Sydney: Longman, 1997.
- MEDEIROS, Carlos. *China: entre os séculos XX e XXI*. FIORI, José Luís (Org.) *Estados e Moedas o desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 279-411.
- MONETA, Carlos J. (Comp.). *Vietnam, Doi Moi (Renovación) Del socialismo al mercado?*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1995.
- PINTO, Paulo A. P. *A China e o sudeste asiático*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 2000.
- _____. *Taiwan: um futuro formoso para a ilha?* Porto Alegre: Ed. Da Universidade/ UFRGS, 2005.
- PROCÓPIO, Argemiro (Org). *O século da China*. Curitiba: Juruá, 2010.
- ROSS, Robert (Ed.). *China, the United States and the Soviet Union. Tripolarity and policy making in the Cold War*. Armonk/N.Y: M.E. Sharpe, 1993.
- SISODIA, N. S., and BHASKAR, C. Uday (Eds.). *Emerging India. Security and Foreign Policy Perspectives*. New Delhi/ Chicago: Institute for Defense Studies and Analyses/ Promilla & Co, and Bibliophile South Asia, 2005.
- SEGAL, Gerald (Ed.). *The Soviet Union in East Asia: predicaments of power*. London/ Boulder: Heinemann/ Westview, 1983.
- TOGO, Kazuhiko. *Japan's foreign policy 1945-2003*. Leiden/ Boston: Brill, 2005.
- WENQUAN, Yin. *Desarrollo de China dentro de la Globalización*. Beijing: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 2007.
- WILD, Leni, & MEDHAM, David (ED.). *The new sinosphere*. London: Institute for Public Policy Research, 2006.

Recebido em: 11 de dezembro.

Aceito em: 20 de fevereiro.

Chamada de Artigos

Entrega de artigos

O Boletim Conjuntura Internacional opera em fluxo contínuo. Os artigos serão analisados conforme ordem de chegada.

Normas de produção

O artigo deve ser entregue em formato .doc pelo sistema do Boletim Conjuntura Internacional: (<http://periodicos.pucminas.br/index.php/conjuntura/index>), contendo ainda um arquivo informando o nome completo do autor, informações pessoais e e-mail de contato.

O Boletim Conjuntura Internacional atenta ainda para as seguintes considerações:

- 1 – O autor deve possuir diploma de ensino superior em áreas correlatas à temática central da publicação;
- 2- Os artigos enviados devem ser inéditos;
- 3- Todo e qualquer artigo enviado ao Boletim Conjuntura Internacional será submetido ao Conselho Editorial, a quem cabe a decisão soberana acerca do mérito da proposta;
- 4- Os artigos devem ser formatados com espaçamento duplo, Times New Roman e corpo 12. Devem conter, obrigatoriamente, entre 30.000 e 50.000 caracteres (incluindo espaços; notas; referências; e palavras e caracteres de quadros, gráficos e tabelas). Além disso, devem ser acompanhados por abstracts, resumos de 500 a 800 caracteres em português e em inglês, com quatro a seis palavras-chave, em que fique clara uma síntese de propósitos, dos métodos utilizados e das principais conclusões alcançadas;

5- Os quadros e gráficos deve ser apresentados em folhas separadas do texto corrido, numerados e titulados, com indicação das unidades em que se expressam os valores e fontes correspondentes. Os gráficos e tabelas devem se apresentar, sempre que possível, confeccionados para sua reprodução direta;

6- As notas devem ser de natureza substantiva, restringindo-se a comentários adicionais do texto. Devem ser alocadas ao final da página, iniciar-se com a chamada numérica recebida no texto, em corpo 10, usando-se espaçamento simples entre linhas e espaçamento duplo entre notas;

7- Citações, quando necessárias, devem seguir a regra: se menores de três linhas, são inseridas diretamente no texto, entre aspas; se maiores de três linhas, devem constituir parágrafos independentes com espaçamento simples e margem esquerda de 4 cm. Em sequência a cada citação, devem aparecer o sobrenome do autor, o ano da publicação e o número de página;

8- As referências devem vir ao final do texto, em ordem alfabética, com título do livro ou periódico em itálico. A referência deve conter, na ordem, sobrenome do autor, nome do autor, título, edição local, editora, data. No caso de periódico, é necessário incluir o nome do mesmo após o título do trabalho;

9- Qualquer dúvida quanto às normas aqui citadas ou a outros modelos de publicação, pede-se seguir as normas da ABNT (para mais informações, verificar http://www.pucminas.br/documentos/normalizacao_artigos.pdf);

10- O Boletim Conjuntura Internacional se reserva o direito de alterar os originais, a fim de adequá-los às regras acima descritas;

11- No caso da publicação do artigo, o autor será notificado de sua publicação;

12- Os trabalhos e artigos são de inteira responsabilidade de seus autores, de forma que o Boletim Conjuntura Internacional e seus conselheiros não assumem a responsabilidade pelas opiniões expressas.

Telefones para contato: (31) 3319-4257 e (31) 3319-4935

Para mais informações, favor enviar e-mail para ci@pucminas.br

Atenciosamente,

Conselho Executivo do Boletim Conjuntura Internacional.

Prof. Leonardo César Souza Ramos

Profa. Geraldine Marcelle Moreira Braga Rosas Duarte